



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EDUARDO GUANDALINI GENARO

**A PERSPECTIVA HISTÓRICA NA SOCIOLOGIA DO
CONHECIMENTO E NO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO
DE KARL MANNHEIM**

Londrina
2016

EDUARDO GUANDALINI GENARO

**A PERSPECTIVA HISTÓRICA NA SOCIOLOGIA DO
CONHECIMENTO E NO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO
DE KARL MANNHEIM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José de Rezende

Londrina
2016

EDUARDO GUANDALINI GENARO

**A PERSPECTIVA HISTÓRICA NA SOCIOLOGIA DO
CONHECIMENTO E NO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO
DE KARL MANNHEIM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Maria José de
Rezende
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Luci Silva Ribeiro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Claudinei Carlos Spirandelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de _____ de ____.

*A Arthur Genaro (05/12/1921- 11/05/2016)
que incentivou filhos e netos a estudar*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai Elcio Genaro e a minha mãe Elcinéia Maria Guandalini pelo sustento que me forneceram durante toda a minha graduação.

A Patrícia Carola Facina pelo apoio psicológico e pelos conselhos dados durante a realização desta pesquisa.

Às companheiras e companheiros do movimento estudantil que são grandes influências na formação de meu pensamento político, o qual inevitavelmente se expressa nesta pesquisa.

Às pesquisadoras e pesquisadores do grupo de pesquisa “O combate às desigualdades nas suas muitas dimensões: as propostas dos relatórios do desenvolvimento humano (RDHs) das Nações Unidas (ONU) entre 1990 e 2010” e do grupo de pesquisa “O combate às desigualdades nas suas muitas dimensões: as propostas dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) das Nações Unidas (ONU) entre 1990 e 2010” pelos debates proporcionados sobre metodologia de pesquisa.

Agradeço a professora Maria José de Rezende pelas diversas reuniões em que debatemos sobre este trabalho, pelos debates realizados nos grupos de pesquisa já mencionados. Por orientar minha iniciação científica e pelas reflexões realizadas nas matérias Sociologia I, Teorias Sociológicas Contemporâneas, Sociologia da Mudança Social, Teoria e Método em Sociologia, Teoria Social Brasileira I, Investigação Sociológica, Sociologia Brasileira e Sociologia do Desenvolvimento, assim como por outras discussões realizadas em palestras e outras aulas. Todos estes contatos com o pensamento da professora despertaram em mim grande admiração por sua atividade como socióloga e influenciaram decisivamente no direcionamento de meu pensamento sociológico.

GENARO, Eduardo Guandalini. **A perspectiva histórica na sociologia do conhecimento e no planejamento democrático de Karl Mannheim**. 2016. 113 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

A pesquisa investiga a perspectiva histórica de Mannheim em sua sociologia do conhecimento e em sua planificação para a liberdade. A monografia realiza uma análise documental baseada na hermenêutica de profundidade e busca entender como é a dinâmica da história e que grupos sociais participam desta, segundo as obras do autor. O resultado deste estudo demonstra que, para o autor, as técnicas sociais são os elementos dinâmicos do processo histórico e requerem que haja sobre elas conscientização, o que exige a planificação, que pode ser totalitária ou democrática, mas a propensão é para a segunda. A investigação mostra que a planificação para a liberdade necessita de atividade sociológica, realizada pela camada intelectual, e da compreensão moral de princípios metafísicos na realidade, que abrem caminho para as elites políticas e econômicas promoverem mudança social. O estudo percebe que ele considera as massas irracionais e as elites como portadoras de soluções, razão pela qual vê a perspectiva do autor como elitista. Entende que o autor tem uma concepção harmoniosa dos antagonismos sociais. Demonstra que o autor entende o processo histórico como parcialmente reversível, mas irreversível em seus pontos dinâmicos. Relaciona esta concepção da história às observações que ele fez sobre o contexto em que vivia. O trabalho aponta a possibilidade de utilizar o raciocínio sociológico do autor para realizar uma sociologia que desmistifique determinismos e fatalismos através de uma análise hermenêutica e dialética das complementaridades e dos antagonismos das perspectivas sociais.

Palavras-chave: Sociologia do conhecimento. Planejamento democrático. Karl Mannheim.

GENARO, Eduardo Guandalini. **A perspectiva histórica na sociologia do conhecimento e no planejamento democrático de Karl Mannheim**. 2016. 113 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

The research investigates the historical perspective of Karl Mannheim in his sociology of knowledge and his planning for freedom. The monograph conducts a documental analysis based on depth hermeneutics and seeks to understand the dynamics of history and which social groups participate in this, according to the works of the author. The result of this study demonstrates that, for the author, the social techniques are the dynamic elements of the historical process and require awareness and planning, that can be totalitarian or democratic, but the tendency is for the second. The research shows that planning for freedom requires sociological activity, carried out by intellectual layer, and moral understanding of metaphysical principles in reality, opening the way for the political and economic elites promote social change. The study realizes that he considers the masses as irrational and the elites as having solutions, reason for which we understood the author's perspective as elitist. Considers that the author has a harmonious conception of social antagonisms. It shows that the author understands the historical process as partially reversible but irreversible in its dynamic points. Relates this conception of history to the comments he made about the context in which he lived. The work shows the possibility of using the sociological reasoning of the author to conduct a sociology that demystify determinisms and fatalisms through a hermeneutic and dialectical analysis of complementarities and antagonisms of social perspectives.

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 AS FUNDAMENTAÇÕES DA ANÁLISE SOCIOLÓGICA EM KARL MANNHEIM: AS TÉCNICAS SOCIAIS EM MUDANÇA E A SOCIOLOGIA EM UMA ÉPOCA DE DESINTEGRAÇÃO SOCIAL | 12 |
| 2.1 AS TÉCNICAS SOCIAIS E OS CONTROLES SOCIAIS NO ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL . Erro! Indicador não definido. | |
| 2.1.1 A Transição das Sociedades Estáticas para as Dinâmicas | 12 |
| 2.1.2 A Multidimensionalidade dos Controles Sociais e o Ajustamento Social | 14 |
| 2.1.3 As Mudanças nas Técnicas Sociais e a Participação dos Grupos Sociais nos Controles Sociais | Erro! Indicador não definido. |
| 2.2 A SOCIOLOGIA SISTEMÁTICA | Erro! Indicador não definido. |
| 2.3 A SOCIOLOGIA ESTRUTURAL | 28 |
| 2.4 O PROBLEMA DA DESINTEGRAÇÃO SOCIAL | 34 |
| 2.4.1 A Polarização Política e a Crise de Valores | 34 |
| 2.4.2 Democratização e Desintegração Social | 37 |
| 2.4.3 Racionalidade, Moralidade e Desintegração | 40 |
| 3 PERSPECTIVA HISTÓRICA NA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO DE KARL MANNHEIM | 43 |
| 3.1 A VALORIZAÇÃO ENQUANTO ELEMENTO INTRÍNSECO ÀS PERSPECTIVAS SOCIAIS E À ANÁLISE SOCIOLÓGICA | 43 |
| 3.1.1 A Valorização e os Pré-Supostos Ontológicos e Metafísicos nas Perspectivas | 43 |
| 3.1.2 A Reformulação da Objetividade pela Análise das Valorações | 46 |
| 3.2 A TOMADA DE CONSCIÊNCIA SOBRE AS TÉCNICAS SOCIAIS | 51 |
| 3.3 POLARIZAÇÃO POLÍTICA E FORMULAÇÃO DE PERSPECTIVAS ANTAGÔNICAS | 55 |
| 3.4 IDEOLOGIA E UTOPIA | 57 |
| 3.5 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO, COMPLEMENTARIDADE E SÍNTESE DAS PERSPECTIVAS | 62 |
| 3.6 A CAMADA DOS INTELLECTUAIS | 66 |
| 4 A PERSPECTIVA HISTÓRICA NO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO DE KARL MANNHEIM | 699 |
| 4.1 AS TÉCNICAS SOCIAIS E O PLANEJAMENTO | 699 |
| 4.2 PERIGOS E LIMITAÇÕES DAS DITADURAS TOTALITÁRIAS | 71 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 4.3 A POLÍTICA CRIADORA NO PLANEJAMENTO | 73 |
| 4.4 OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NA PLANIFICAÇÃO | 76 |
| 4.5 A INTEGRAÇÃO DEMOCRÁTICA..... | 79 |
| 4.6 O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO..... | 81 |
| 4.6.1 O Planejamento Democrático enquanto um Método Pacífico de Mudança Social..... | 81 |
| 4.6.2 A Dependência do Planejamento para com as Elites..... | 85 |
| 4.6.3 O Controle dos Controles e a Determinação dos Fatores Técnicos sobre os Políticos..... | 87 |
| 4.6.4 As Classes Médias como Estabilizadoras | 89 |
| 4.6.5 O Planejamento Econômico com Manutenção do Capitalista | 90 |
| 4.6.6 A Condução do Planejamento Democrático pelas Elites..... | 91 |
| 4.7 MORAL, RELIGIÃO E TRADIÇÃO COMO CONSTITUIDORAS DO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO..... | 94 |
| 4.7.1 A Busca do Controle Consciente sobre as Questões Morais | 94 |
| 4.7.2 Os Arquétipos..... | 97 |
| 4.7.3 A Necessidade da Religião para o Planejamento | 98 |
| 4.7.4 A Manutenção da Tradição na Mudança Social | 100 |
| 4.8 DIRECIONALIDADE, REVERSIBILIDADE E IRREVERSIBILIDADE DO PROCESSO HISTÓRICO PARA MANNHEIM..... | 101 |
| 4.8.1 A Dialética do Controle Humano sobre as Técnicas Sociais..... | 101 |
| 4.8.2 A Tendência Histórica da Relação entre Totalitarismo e Democracia..... | 105 |
| 4.8.3 As Valorações e a Metafísica na Análise Social: do Sociólogo ao Aprendiz de Feiticeiro..... | 107 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 11010 |
| REFERÊNCIAS..... | 1122 |

1 INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste estudo é a perspectiva do processo histórico na sociologia do conhecimento e no planejamento democrático de Karl Mannheim. A pesquisa visa analisar a relação da proposta teórico-metodológica do autor e as perspectivas políticas e filosóficas adotadas por ele, visto que observa as interpretações e as interações do autor para com seu contexto no intuito de clarificar essa interação.

Os problemas sociológicos estudados são: Qual é a perspectiva do autor sobre a existência de elementos valorativos na pesquisa social e sobre a natureza deles? Qual o papel da diferenciação funcional na dinâmica do processo histórico para o autor? Como ele analisa os elementos conscientes e inconscientes presentes na formulação do pensamento e da personalidade nas diferentes temporalidades históricas? Como o autor entende a formulação de sínteses do conhecimento histórico, do planejamento consciente e da participação dos grupos que as elaboram? Como ele analisa a questão sobre se existe ou não um sentido no processo histórico, se este é ou não cumulativo, se é reversível ou não? Como Mannheim entende a formação de contrastes e antagonismos sociais, a dinâmica da sua mudança e a participação dos diversos agentes nesses processos?

A relevância teórica desta pesquisa está na descrição, análise e sintetização da perspectiva de Mannheim em sua sociologia do conhecimento e na proposta do planejamento democrático. Está na demonstração de como o autor usou e interconectou seus principais conceitos e os direcionou em relação ao contexto histórico em que viveu. Está ainda na interpretação sobre as suas perspectivas políticas e filosóficas sobre o processo histórico.

A relevância social desta pesquisa está na possível utilização das reflexões do autor para futuras análises sociológicas. As pesquisas do autor se dedicam à questões como a presença de elementos racionais e irracionais nas perspectivas sociais, a complementaridade e os antagonismos destas, a relação entre a existência social e o pensamento social, a formação da personalidade dos indivíduos de acordo com o contexto histórico, a presença de elementos valorativos nas pesquisas sociais, entre outras. A abordagem dos procedimentos metodológicos do

autor sobre estes problemas permite extrair o seu raciocínio sociológico¹, para uma possível aplicação em outros contextos.

O pensamento do autor teve grande repercussão em diversos países, inclusive no Brasil, variando conforme o contexto². O estudo destes contextos específicos, foge ao recorte desta pesquisa. Entretanto, a análise da interpretação do autor sobre o contexto em que vivia contribuí para a elucidação de sua perspectiva histórica e das motivações de suas propostas metodológicas.

Os procedimentos de pesquisa utilizados neste estudo têm base em uma hermenêutica de profundidade. Esta metodologia exige a aplicação de algumas fases, sendo uma delas a da análise da doxa, aquela que interpreta as descrições dos sujeitos sobre seu contexto, os quais interpretam os termos, as relações, os sujeitos e objetos descritos. Esta parte da pesquisa analisa as concepções dos sujeitos em vista de alcançar as suas pré-concepções. Outra fase da pesquisa é análise formal ou descritiva, a que busca descrever e analisar o discurso em sua forma e produção histórica (MOTTA, 2014).

Estas duas partes foram sendo realizadas à medida que os textos de Mannheim foram sendo tomados como produtores de elementos simbólicos, os quais foram sendo descritos e sistematizados levando-se em consideração como cada conceito representava sua percepção da história. Nessas fases observou-se como as diversas noções se inter-relacionam produzindo significados sobre a dinâmica da história, limitando-se porém a observar como Mannheim produziu estas concepções, sendo que esta não se atém às produções simbólicas de outros sujeitos de seu tempo.

A fase da análise sócio-histórica é aquela que visa observar as diversas interações entre as concepções e os sujeitos nas relações de poder. Nela se investiga como as produções simbólicas e as trajetórias dos sujeitos se processam em seu recorte temporal, no campo de interações, nas instituições da época e na estrutura social (MOTTA, 2014). Este procedimento foi feito de maneira bastante limitada, pois não se realizou uma pesquisa histórica sistemática sobre o contexto em que o autor escreveu, nem se observou rigorosamente como os diversos sujeitos daquele período se relacionavam com o pensamento do sociólogo húngaro

¹ Termo utilizado por Guerreiro Ramos (1965), refere-se à utilização de um procedimento sociológico cujo princípio pode ser reformulado para a aplicação metodológica em outros contextos.

² Gláucia Villas Bôas (2002) escreve a respeito da propagação do pensamento de Mannheim.

analisado. O contexto em que viveu o autor foi acessível por meio das suas próprias obras e de seus comentadores, os quais estudam as influências teóricas e políticas recebidas por ele em sua trajetória biográfica. Estas duas fontes permitiram uma reconstrução parcial do contexto em que o autor viveu.

A fase da reinterpretação é a que busca articular e complementar as outras etapas de modo a produzir uma compreensão do que significam aquelas formas simbólicas³ que vão além do que se apreende delas no cotidiano. Se a análise formal é o processo em que se investiga o material simbólico, a reinterpretação é um processo de síntese que produz hipóteses interpretativas ou reinterpretações e incorpora o conteúdo das formas simbólicas ao contexto histórico em que foram produzidas (MOTTA, 2014). Esta última fase se realizou de modo limitado, por serem as fontes consultadas insuficientes para uma reinterpretação do contexto em que Mannheim escreveu, sendo, portanto, também limitada a reinterpretação de como a sua obra se insere naquele contexto.

As análises de Mannheim não se restringem à sua própria época; ele interpreta historicamente o passado e as possibilidades do futuro. A pesquisa não realizou estudos sistemáticos sobre esses períodos mas, através de uma análise documental descrevendo e analisando seus conceitos e interpretações da história, e da análise parcial do contexto do autor, pode-se constatar certas tensões em sua perspectiva na direção de determinados objetivos e interpretações que fazem parte da dinâmica de seu pensamento. Ou seja, pode-se observar como sua análise é baseada em concepções metodológicas, epistemológicas, políticas e filosóficas.

A percepção das bases do pensamento de Mannheim permitiu observar parcialmente seu direcionamento a um contexto histórico. Assim realizou-se uma síntese destas concepções que permitiram interpretar a perspectiva histórica do autor.

³ As formas simbólicas se referem à textos, falas, e ações às quais são criadas e interpretadas pelos sujeitos. As significações geradas por estes últimos só podem ser entendidas pela sua relação com o contexto social (MOTTA, 2014).

2 AS FUNDAMENTAÇÕES DA ANÁLISE SOCIOLÓGICA EM KARL MANNHEIM: AS TÉCNICAS SOCIAIS EM MUDANÇA E A SOCIOLOGIA EM UMA ÉPOCA DE DESINTEGRAÇÃO SOCIAL

Este capítulo visa discutir os aspectos centrais da formulação metodológica da sociologia de Mannheim. Tratando sobre técnicas e controles sociais, elementos que o autor aponta como centrais para a análise. Será demonstrado que o autor concebe a sociedade como dinâmica, de modo semelhante como se dá a mudança social, o que implica na discussão sobre mudança social e desenvolvimento. Realizada esta exposição, se descreverá o método sociológico que Mannheim propõe em sua discussão sobre sociologia sistemática e sociologia estrutural. Em seguida se verá como Mannheim definiu e analisou a desintegração social, o que é fundamental para entender as discussões postas nos itens anteriores.

Neste capítulo se demonstrará, através da descrição da concepção sociológica de Mannheim, qual é a sua perspectiva histórica. Ao longo do capítulo serão feitas diversas análises semelhantes a fim de aprofundar o entendimento sobre como o autor trabalha a percepção da história e da mudança social conjuntamente a análise científica.

2.1 AS TÉCNICAS SOCIAIS E OS CONTROLES SOCIAIS NO ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

2.1.1 A Transição das Sociedades Estáticas para as Dinâmicas

A teoria de Mannheim contém, como uma de suas concepções mais fundamentais, a distinção entre sociedades orgânicas e sociedades dinâmicas. As sociedades orgânicas, também qualificadas como estáticas pelo autor, são as sociedades existentes desde as ditas sociedades primitivas, nas quais havia formas mais simples e menos diversificadas de técnicas sociais⁴ em comparação as sociedades contemporâneas. Estas sociedades estáticas existiram como tipo majoritário de sociedade, até a Era Moderna, que antecede as revoluções

⁴Mannheim (1953, 1961) define técnicas sociais como conjunto de métodos de influenciar o comportamento humano, presentes nos padrões de interação e na ordem social.

burguesas⁵ e a revolução industrial⁶. Após este período ocorre a emergência de sociedades dinâmicas⁷, com mais técnicas sociais, as quais remetem a técnicas sobre a natureza e sobre a organização social, em que uma maior diversificação do trabalho, entre outros processos, gera um ambiente mais propício às mudanças, mais desorganizado porém e aberto a possibilidades catastróficas, como as ditaduras totalitárias.

Mannheim (1962) afirma que as sociedades orgânicas conseguiam integrar e absorver impulsos e desejos. Nestas os desejos e fixações coletivos encontravam objetivos de maneira inconsciente. Aquela sociedade oferecia uma resposta orgânica às situações novas que encontrava, ou seja, a própria sociedade orgânica possuía em sua estrutura meios de, em um lento processo de modificações graduais e inconscientes, realizar as mudanças necessárias a uma nova situação. Era um desenvolvimento harmonioso da sociedade. Em contrapartida, as sociedades dinâmicas foram constituídas após às revoluções burguesas, responsáveis por novos impulsos, não passíveis de serem integrados à sociedade de maneira inconsciente. Disto surge tanto uma ruptura com aquele período de mudança harmônica, a qual gera o potencial de controle consciente sobre a mudança, quanto uma sociedade que corre o risco não só de não conseguir promover as mudanças históricas exigidas, mas até de gerar uma situação de tendências destrutivas.

Mannheim (1962) diz que o que gerava a possibilidade do desenvolvimento harmonioso das sociedades orgânicas era o fato de que nestas o desenvolvimento psicológico acompanhava o desenvolvimento técnico. Portanto, o que gera a ruptura com este momento histórico é um desenvolvimento desigual das faculdades humanas, que pode gerar um colapso social caso não promova um acompanhamento do desenvolvimento do controle racional ao da técnica já obtido.

⁵Em **Homem e Sociedade** (1962) Mannheim diz que o período de mudança religiosa da Reforma, respondido pela Contra-Reforma correspondia já a uma liberação de impulsos, pela primeira, que tentava ser controlada pela segunda. Mas o autor dá destaque à época de transição da era Moderna para a sociedade de massas, advinda das revoluções burguesas.

⁶É evidente que estas mudanças não ocorreram abruptamente e de uma única vez; o processo de mudança ocorreu dentro da própria Era Moderna, na qual foram criadas as condições para a mudança social. A distinção entre estas duas épocas não pode ser como a de duas esferas isoladas. O próprio Mannheim fornece indícios de que tal isolamento das duas épocas não conduziria a uma análise rigorosa do processo histórico.

⁷ O autor não deixa esta distinção histórica tão clara, em um sentido sistemático, em todos os seus escritos, pois ele utiliza os termos sociedade dinâmica e sociedade orgânica como concepções de tipos de sociedade. Mas fica evidente que estes tipos de organização são característicos de épocas distintas e sucessivas da história.

A possibilidade de controlar o processo de mudança social está ligada a um dos aspectos da mudança da sociedade estática para a sociedade dinâmica: na primeira, a ordem social e as relações de poder nesta estabelecidas, ou o *status quo*, eram aceitas como dadas⁸, não se observando uma interação dinâmica entre as relações e as possibilidades de mudança nestas. Isto muda nas sociedades dinâmicas, nas quais se fundamenta uma crença no progresso, ou seja, a possibilidade de obter uma mudança social desejada, estando esta arraigada em “[...] uma atitude positiva para com a mutabilidade do homem e da sociedade” (MANNHEIM, 1962, pg. 49). Para o autor, a sociedade dinâmica começa a estabelecer a concepção de que a sociedade é mutável e que se podem controlar essas mudanças⁹, atitude que rompe com um fatalismo, ou seja, com uma concepção de impossibilidade de mudança, do período anterior.

Essa possibilidade de controle da mudança na teoria de Mannheim não se converte em um novo fatalismo, no qual todos os elementos seriam racionalizados e, sendo com isso novamente transformados em estáticos, já que totalmente previsíveis pela razão; contrariamente disto, o autor vai apontar a permanência de elementos irracionais nos processos sociais, que, mesmo com todo esforço racional, não poderiam jamais ser removidos.

Mannheim (1962) concebe que o elemento irracional não é necessariamente prejudicial, sendo este a força matriz que tem a possibilidade de, quando tendo sentido a finalidades racionais, criar valores culturais¹⁰. Com isto os impulsos, enquanto elementos irracionais gerados em uma sociedade, são passíveis a serem direcionados e canalizados por esta com finalidades socialmente construtivas.

2.1.2 A Multidimensionalidade dos Controles Sociais e o Ajustamento Social

⁸ Mannheim (1962) menciona a ideia de uma imutabilidade nacional presente em sua época, que já era uma época dinâmica, como advinda da tendência de tentar manter o *status quo*.

⁹ Desta possibilidade de controle é que ele elabora o conceito de controle social, que se refere ao uso de posições-chave do processo social para influenciar a vida social. Tal processo seria possibilitado pelas técnicas sociais, cujo maior controle permite a passagem de meios de controle inconscientes para meios mais conscientes (MANNHEIM, 1962).

¹⁰ Segundo Mannheim (1962), o processo social de criação destes valores é a sublimação, a qual se expressa em diversas sociedades e consiste em ter os impulsos irracionais condicionados através de atividades esportivas, comemorativas e culturais. Ou seja, é uma forma da organização absorver estes.

Em **Homem e Sociedade** (1962), o autor afirma que o surgimento, a limitação e a forma que tomam os fatores irracionais e racionais estão submetidos a mecanismos sociais¹¹; com isso ele aponta a determinação das formas de pensamento¹² e das interações a elementos fundantes da organização social¹³.

Por mais que o autor aponte a divisão do trabalho como elemento fundamental da mudança da organização social em determinados momentos de sua obra, isto não resulta na categorização deste fator como o único determinante das relações sociais¹⁴. Mannheim explica que, em diferentes sociedades e em diferentes temporalidades, a esfera da vida social e a técnica social predominantes podem ser

¹¹ Em **Homem e Sociedade** ele aponta os mecanismos sociais como responsáveis pela criação de hierarquias e maneiras de determinam os que sobem e os que descem na escala social. Pode-se dizer que são procedimentos sociais adotados nas diversas relações, sendo impossível a identificação de um mecanismo social de maneira a não contextualizá-lo historicamente.

¹² O termo formas de pensamento está se referindo apenas ao pensamento social dos grupos e indivíduos. Mannheim utiliza de muitos termos a respeito de como o indivíduo, ou o grupo, percebem o contexto em que se encontram. Neste trabalho tomaremos os termos concepção de mundo, visão de mundo e perspectiva (social) como sinônimos e referentes a maneira de perceber o mundo que inclui não apenas as formas de pensamento (ou estilos de pensamento, como será especificado na exposição sobre a sociologia do conhecimento). Mannheim também utiliza do termo *Weltanschauung*, cuja tradução mais próxima, e que será adotada em toda a obra, é cosmovisão (algumas vezes se traduz o termo para visão de mundo, mas como já explicitado se tomará visão de mundo como semelhante a perspectiva e cosmovisão como tradução de *Weltanschauung*) e se refere a percepções do mundo, também mais abrangentes do que apenas as formas de pensamento e que, diferentemente da perspectiva que costuma se referir a um grupo específico, ou a um indivíduo dentro deste, pode abarcar elementos que são percebidos por mais de um grupo. Percepção que não é igual e nem mesmo necessita se referir aos mesmos elementos da realidade social – um grupo pode perceber um elemento que outro não percebe, e no que diz respeito a elementos que ambos percebem, a percepção é distinta. Mazucato (2015) aponta que a cosmovisão é tratada por Mannheim sobre determinadas situações como referente a esta percepção geral da qual compartilham diferenciadamente os grupos, e sobre outros contextos é aplicada como elemento distintivo entre grupos, ou seja, grupos distintos teriam dentro de uma mesma sociedade e dentro de uma mesma temporalidade, cosmovisões diferentes. Isto será mais trabalhado na discussão da sociologia do conhecimento de Mannheim. Muñoz (1993) também aponta que em momentos mais iniciais da carreira de Mannheim o termo cosmovisão teria uma conotação idealista. No presente trabalho não se buscará aprofundar a distinção dos usos destes termos no decorrer da obra do autor, trabalho que exigiria leitura das obras iniciais de Mannheim. Também não se visará uma distinção sistemática destes termos na obra do autor, devido ao recorte da pesquisa buscar entender mais a operacionalização dos termos, não no sentido de uma distinção conceitual elaborada, mas no de perceber a abordagem do processo histórico utilizada pelo autor. Para isto se observa como são observados ontologicamente os sujeitos, como se propõe uma discussão epistemológica para abordar o contexto social e como, através desta abordagem, se tenta trazer o processo histórico à esfera consciente e controlá-lo.

¹³ Mannheim (1962) também afirma que as abstrações se constituem enquanto pensamento elaborado socialmente por grupos, não sendo elaboradas individualmente. O número de abstrações existentes na sociedade é condicionado pela divisão do trabalho, e este número corresponde ao de interpretações coletivas. Na teoria de Mannheim as abstrações estão inseridas dentro da organização social, já que: “A abstração não é, de modo algum, determinada pelo objeto, mas sim pela forma de atividade do sujeito consciente, e especialmente pela organização grupal de que o sujeito é membro” (MANNHEIM, 1962, pg. 219). As abstrações, assim como as diversas perspectivas históricas dos grupos, só podem ser entendidas pelo fato de serem estas fundamentadas pelas funções sociais, para as quais estas interpretações se voltam (MANNHEIM, 1962).

¹⁴ Mannheim (1982) diz que a interdependência original dos elementos do processo social é análoga, mas não idêntica à divisão do trabalho.

diferentes: em determinado momento pode-se ter a esfera política como a esfera central e a técnica de centralização burocrática como técnica predominante da dinâmica social; em outro momento pode-se ter a economia como esfera central e a divisão do trabalho como técnica predominante. A ênfase do autor é na multidimensionalidade das interações das técnicas e funções sociais, que, segundo ele, buscam alcançar um equilíbrio em toda sociedade, de maneira inconsciente, independentemente de quais sejam os fatores predominantes.

O centro desta tendência ao equilíbrio é a busca de solução dos problemas vitais¹⁵ de uma época. Para analisar a multiplicidade de técnicas que influem no processo social, sem repetir os determinismos da análise marxista¹⁶, o autor defende uma análise de relações “[...] que não são nem econômicas nem políticas, mas sociais, [sendo que] formam o centro real do drama, no qual as modificações sociais se transformam diretamente em modificações psicológicas”¹⁷ (MANNHEIM, 1962, p.31). Com isso ele coloca as relações sociais como centrais e defende uma análise das mediações, entendidas como a relação dos fatores sociais¹⁸, e que deve ser feita sem se pressupor o determinismo de um dos fatores sobre outros antes da análise¹⁹ (MANNHEIM, 1962).

O autor afirma ser possível encontrar um denominador comum referente à mudança dos centros de equilíbrio na sociedade, que consiste na busca da

¹⁵ Quando Mannheim se remete a problemas vitais, está se referindo aos elementos mais fundamentais de uma época para a mudança social. No decorrer da monografia se aprofundará a discussão da ligação destes elementos às técnicas sociais predominantes de uma época.

¹⁶ Para o autor, as técnicas determinam as direções que a sociedade pode tomar, sendo as classes sociais secundárias (MANNHEIM, 1961).

¹⁷ Um indicativo da centralidade das funções sociais na sua análise é a afirmação de que o “quantum” de energia mental da sociedade é o mesmo, mudando apenas a sua forma de expressão. Com esta metáfora o autor indica que as técnicas sociais possuem como único princípio a influência do comportamento humano, e que um mesmo comportamento pode ser provocado por combinações diferentes de controles sociais ligados à contextura social (MANNHEIM, 1962). Outra analogia usada por Mannheim (1961), vinda da comparação com a biologia, aponta a necessidade de enquadrar as ações de acordo com suas funções.

¹⁸ As técnicas sociais são processos que não são nem bons, nem maus, elas podem realizar grandes coisas para a humanidade, em um sentido socialmente construtivo, ou podem ser inumanas favorecendo processos destrutivos (MANNHEIM, 1961, 1962). A análise do autor não avalia as técnicas como processos em si, mas sim como elementos funcionais dentro de uma organização social.

¹⁹ Mannheim para não cair no determinismo de um fator sobre os outros, defende que se analise inicialmente as técnicas sociais de maneira pluralista, considerando sua variabilidade de relação, para observar a relação empírica destas no decorrer do processo. Por mais que defenda que cada técnica deva ser distinguida e analisada separadamente, para que se entenda sua natureza interior, o autor aponta a necessidade de entender a relação entre essas (MANNHEIM, 1962). Com isso ele não está defendendo uma abordagem dedutiva, já que não se toma uma técnica específica como determinante para depois se realizar a averiguação empírica. Pelo contrário se toma uma atitude experimental, que considera os diversos elementos e a possibilidade de sua variação. Tal variabilidade pode gerar a necessidade de uma nova análise.

sobrevivência do grupo (MANNHEIM, 1962)²⁰. Essa indicação só é compreensível, conforme afirmação de Mannheim, de que a vida é, em parte, uma luta pela sobrevivência (MANNHEIM, 1961).

A indicação do autor, da busca de sobrevivência como possível denominador comum, está condicionada a sua busca de entender o funcionamento da organização social, entendendo suas funções, controles e mecanismos. É nesse sentido que o autor, em **Diagnóstico de Nosso Tempo** (1961), aponta a autoafirmação como uma necessidade social do indivíduo e do grupo que tem uma função na sociedade. Mannheim busca compreender a relação entre a estrutura social e a formação de perspectivas sociais, de concepções de mundo, entendendo os valores como elementos sempre presentes em todas essas formas de pensar e sentir o mundo, de maneira que estas não existem sem aqueles. Em nota de rodapé da mesma obra, o autor explica como entende os valores dentro da análise social:

O conceito de valor subentendido nesse exame é propositadamente unilateral. Ele apresenta o modo de ver sociológico e funcional. Isso não exclui, mas antes deixa margem para os outros modos de abordagem. Entre outras coisas, não estamos lidando com diferenças que se refiram à qualidade interna dos vários valores, porém com a função social que eles exercem. (MANNHEIM, 1961, p. 193-194)²¹

Mannheim não entende os valores como meras abstrações, mas sim como parte do processo social. Sua existência, não é apenas subjetiva, é também objetiva como normas objetivas, que “[...] são fixadas pela sociedade mormente para servir de sinais de tráfego para regularem o comportamento e a conduta dos homens” (MANNHEIM, 1961, p. 19).

As valorações²² não podem ser pensadas apenas como uma superestrutura²³, ou seja, como um conjunto de ideias influenciadas por determinismos sociais, mas como elementos que cumprem a função de ajustar os comportamentos a uma ordem

²⁰ Mannheim (1962) observa como a análise das técnicas anteriormente tinha um enfoque econômico e aponta a necessidade de superação deste determinismo econômico, atribuindo-o principalmente a Marx, para realizar uma ampliação do entendimento das técnicas como ligadas ao processo social.

²¹ Na continuação desta nota de rodapé o autor afirma que utiliza esta concepção nos capítulos iniciais de **Diagnóstico de Nosso Tempo**, mas que realiza uma análise íntima e qualitativa dos valores, no capítulo final. Isso ocorre na sua discussão sobre religião, questão que será debatida em capítulo posterior sobre o papel da tradição na mudança social.

²² Mannheim aponta as atividades da valoração no processo social, as quais são: criação, assimilação, disseminação, reconciliação e padronização (MANNHEIM, 1961).

²³ Segundo Yncera (1993), o autor chega a indicar um certo condicionamento social pela infraestrutura, mas sem cair no determinismo econômico contido na separação entre infraestrutura e superestrutura.

social existente, de maneira a agir como controles sociais, tendo, segundo o autor, uma dupla origem, na qual processam um ajustamento²⁴ entre o que o indivíduo deseja e o que a sociedade quer que estes façam²⁵. São “[...] em parte expressão de anelos subjetivos e em parte a satisfação de funções sociais objetivas” (MANNHEIM, 1961, p. 19).

A importância da ideia de ajustamento em Mannheim é colocada por Ernest K. Bramsted e Hans Gerth (1953) em nota de introdução à obra de Karl Mannheim, presente na obra **Libertad, Poder Y Planificacion Democrática** (1953), na qual assinalam que, para Mannheim, a história da humanidade seria a história de um contínuo reajuste através do impacto de importantes experiências paradigmáticas.

Isso é compreensível, conforme o entendimento do autor, de que a busca pelo significado das ações humanas torna necessária a operacionalização desta ação à maneira de um ajustamento, termo que ele assim define: “Ajustamento quer dizer que de algum modo um organismo relaciona seu comportamento interior e ostensivo com as exigências do meio que o cerca”²⁶ (MANNHEIM, 1961, p. 92). A tensão dinâmica entre os desejos dos grupos e indivíduos e as recompensas fornecidas pela sociedade²⁷ tem origem nas próprias necessidades da ordem social em transformação (MANNHEIM, 1962). Ao se comparar esta definição de ajustamento de Mannheim com vinculação por ele apontada entre as tensões sociais e a ordem social, pode-se compreender que é esta última que coloca as condições, os meios e as possibilidades de mudança.

O ajustamento social ocorre em todo período de mudança, mesmo nos revolucionários. O velho e o novo aparecem fundidos neste processo, visto que “[...] reconstruir uma sociedade em modificação é como substituir as rodas de um trem em movimento, e não como reconstruir uma casa sobre alicerces novos” (MANNHEIM, 1962, p.22). A mudança social, em Mannheim, é entendida como uma mudança condicionada pela organização social existente, que fornece as condições

²⁴ É direcionada a essa necessidade de ajustamento que Foracchi, pautada na obra de Mannheim, aponta a necessidade do indivíduo se justificar e produzir um discurso coerente (FORACCHI, 1982).

²⁵ Ele também chega a definir os casos de ajustamento humano como conflito entre impulsos originais do indivíduo e tabus sociais (MANNHEIM, 1962)

²⁶ O ajustamento busca acomodar as possibilidades presentes em uma situação histórica, entretanto não significa uma adaptação passiva, podendo realizar-se por luta e rebeldia (MANNHEIM, 1961).

²⁷ Mannheim diferencia os ajustamentos individuais e os ajustamentos coletivos, entendendo que o condicionamento destes se dá em situações objetivas na realidade social. Com isso podemos entender as reações individuais dentro de uma situação objetiva. O próprio fato de haver mais ajustamentos individuais possíveis numa sociedade dinâmica pode ser entendido como um resultado do processo objetivo de individualização.

da mudança, de maneira a não permitir que a mudança rompa drasticamente com aquilo que lhe permite existir: a ordem social anterior.

Mannheim (1962) afirma que a mudança em uma configuração²⁸ social implica na mudança da esfera psicológica. Isso não significa que uma anteceda a outra, já que ocorrem conjuntamente, e a mudança na configuração só é possível devido a mudanças que abarcam também as esferas psicológicas. Mannheim concebe a existência de impulsos fundamentais modeláveis, que dependem do ajustamento social a que são dirigidos.

A modelação da vida social ocorre devido à influência das duas partes da esfera social, a parte livre, que remete à espontaneidade e a parte das organizações sociais, que tomam forma de instituições. A primeira corresponde à parte irracional da sociedade, enquanto a segunda, à zona racional desta. Mannheim aponta a necessidade de estudar os processos sociais, que permitem a existência de determinados mecanismos sociais²⁹ ou sua aniquilação (MANNHEIM, 1962).

Para aprofundar o entendimento sobre como a organização social influi na vida social, é necessário observar a maneira como a conduta é socialmente condicionada. Nesse sentido, Mannheim (1962) indica os grupos como elementos modeladores das reações humanas, sendo esta modelação feita a partir do grupo específico a que o indivíduo pertence, e varia sua influência em setores diferentes e em épocas diferentes. Nesse ponto podemos retomar a ideia acerca do acordo inconsciente que existe nas sociedades orgânicas, nas quais o papel dos pequenos grupos é absorver os impulsos e os desejos dos indivíduos (MANNHEIM, 1962).

Baseada nessa concepção de ordem social e do papel dinâmico dos grupos no ajustamento social, podemos entender a afirmação de Mannheim segundo a qual as comunidades possuem um sentimento de “nós”, que distingue o grupo de outros e possui elementos irracionais nas relações de poder. Tal sentimento de “nós” ocuparia não só o centro dos interesses da comunidade mas também a personalidade. Todavia as comunidades possuem este sentimento independente de

²⁸ Mannheim usa o termo configuração da abordagem psicológica da *Gestalt*, que abarca os diversos elementos de um conjunto como totalidades. A noção de configuração de Mannheim não chega a se sistematizar ou a ter uma elaboração teórica mais definida, como ocorre em Norbert Elias (1999).

²⁹ A compreensão de como são geradas recompensas na sociedade é central para entender o ajustamento do indivíduo na organização social. Mannheim toma as recompensas como um meio-termo entre a espontaneidade absoluta e a coação violenta. Pensamento que entende estas relações em sua função social. (MANNHEIM, 1962).

seu tamanho, podendo ele variar de uma comunidade entendida como uma tribo, para uma comunidade entendida como uma nação³⁰ (MANNHEIM, 1953).

A influência exercida por grupos não é a única forma concebida por Mannheim para modelar a vida social, ele afirma que as formas de controle tendem a se transformar em elementos mais importantes que os grupos concretos³¹, que perdem a capacidade de controle nesse processo (MANNHEIM,1962). Dessa maneira, fica evidente que o centro da análise do autor está nos controles sociais exercidos, através das técnicas sociais, com o objetivo de influenciar o comportamento humano. Os grupos eram, como forma de controle, a maneira mais eficaz de influenciar a conduta e manter parte desta função, mas perdem sua posição para outras formas de controle, a medida que as sociedades orgânicas vão se tornando dinâmicas.

2.1.3 As Mudanças nas Técnicas Sociais e a Participação dos Grupos Sociais nos Controles Sociais

A ideia de um contínuo reajuste nas sociedades dinâmicas é colocada por Mannheim como solução para a oposição entre um conservadorismo inconsciente, que toma a realidade atual como eterna, e um utopismo mal-dirigido que não percebe a finitude da plasticidade humana (MANNHEIM, 1962).

O ajustamento e o domínio dos controles sociais ocorrem de maneira desproporcional entre os grupos; apenas alguns deles têm acesso à capacidade racional e moral na sociedade. Esse processo, que Mannheim (1962) chama de desproporção social, ocorre devido à diferenciação funcional que determina a posição social dos indivíduos e cria as oportunidades para a formação das elites intelectuais e culturais, possuidoras do papel ativo sobre os controles sociais, ao passo que este mesmo processo gera os desfavorecidos, condenados à passividade. Para Mannheim, aquelas pensam e decidem, estes vêem tolhidos sua percepção e iniciativa. Esta visão de uma diferença estrutural implícita na ordem

³⁰ As comunidades são portanto portadoras de certa irracionalidade, entretanto cabe ressaltar que para Mannheim as sociedades orgânicas conseguiam com seus pequenos grupos absorver os impulsos e promover o ajustamento, enquanto as nações, na sua dificuldade de controlar a irracionalidade corriam maiores riscos de não fomentar o ajustamento.

³¹ A ideia de concreto utilizada pelo autor remete as relações práticas da vida social. Há uma noção de contato direto implicada nesta concepção.

social, que culmina na formação de uma elite ativa e uma massa passiva, é um elemento profundamente enraizado na ideia de Mannheim, que, embora aponte de diferentes modos, e até mesmo conteste esta passividade em algumas de suas obras, apresenta sempre uma solução elitista, vinda de uma análise em virtude da qual via a elite como solução.

Mannheim entende que os problemas políticos originam-se de questões relacionadas não só ao poder, mas também a organização social. Diz ser necessário observar os dois elementos para entender o funcionamento do controle social (MANNHEIM, 1962). Com esta distinção ele não visa separar os dois tipos de questão, mas mostrar como as relações de poder são intrínsecas às questões da organização social e dos controles sociais. Em **Ideologia e Utopia** (1982) ele aponta o aprofundamento das instituições existentes como um meio de alcançar maior controle social. Tal perspectiva ele desdobra em outras obras demonstrando que um maior controle social e superação de problemas, conflitos sociais e políticos são possíveis graças a fatores presentes na organização social.

A definição de poder dada por Mannheim (1962) esclarece esta ligação entre função social e disputa de poder na sociedade. O poder é o exercício de pressão social para induzir uma conduta desejada³², pressão que pode ser exercida de diversas formas e por diversos meios, como por exemplo a forma violência exercida pelo exército, ou pela forma persuasão mediante a educação. As formas de pressão mudam de acordo com a natureza da ação que se queira realizar e as técnicas de controle social disponíveis para promover a mudança. Como o poder, ou a pressão social, só se exercem ao tomarem uma forma e se expressarem de algum modo, aquele e está são condicionados pelas funções sociais. Segundo ele, tais relações devem ser entendidas pela observação do grupo que exerce poder³³, assim como a classe (tipo) e a quantidade de poder³⁴.

³² A experiência básica que serve de fundamento à ideia de poder é o sentimento pessoal de força, com o fito de conseguir fazer alguém se inclinar diante de sua vontade. Portanto, a medida do poder é a extensão ou limitação de seu controle sobre outros (MANNHEIM, 1953).

³³ As diversas técnicas envolvidas no exercício das pressões mantêm interdependência entre si, como as peças de uma máquina, o que significa que as formas de controle social se alternam conforme a estrutura social. A seleção e educação dos que exercem o mando através das pressões sociais varia tanto quanto as novas formas de preparar a obediência e a conformidade (MANNHEIM, 1953).

³⁴ Ele distingue o poder funcional, referente à já mencionada ligação com as pressões sociais e o poder arbitrário, em que os dirigentes exercem poder para além das funções sociais, tornando a sociedade despótica. Isso não significa que neste último caso o poder emane de outra fonte que não o das funções sociais, mas que o uso deste se torna destrutivo para estas próprias funções sociais.

Mannheim (1953) cita três formas básicas de poder existentes nas sociedades: a do livre desenvolvimento, que, produzida pelos grupos e indivíduos em forma de violência, produz caos e anomia; a da destruição organizada, que coordena a violência em guerras e revoluções, mas culmina no livre desenvolvimento dos métodos e fins da violência, com resultados destrutivos; a do poder canalizado ou institucionalizado, na qual se concentram as formas de pressão nas instituições, que com regras de interação humana controlam o poder - as formas de pressão vinculadas às instituições - e este controla a conduta³⁵.

Mannheim (1962) afirma que os controles sociais tendem a mudar de uma coordenação inconsciente para uma consciente; tal mudança depende, em parte, das mudanças das técnicas sociais e, em parte, dos próprios humanos. O autor aponta que, em sociedades de reduzido desenvolvimento das técnicas sociais, as influências se exercem proximamente aos indivíduos, sendo tal a limitação dessa influência social, que compara tal estágio com a categoria de “solidariedade mecânica” de Durkheim. O desenvolvimento das técnicas permite influenciar por meios mais sutis; isto ocorre porque a divisão do trabalho fundamenta outra dependência do indivíduo em relação à sociedade, já que há uma “pressão das circunstâncias” que permite ao indivíduo realizar uma adaptação, não arbitrária mas dentro de um número limitado de possibilidades.

O autor afirma que apenas sociedades com certa complexidade exercem controles sociais – não com normas rígidas- que proporcionam uma gama de adaptações possíveis. Tal flexibilidade condiz também com a democratização da liderança em tais sociedades mais complexas, sendo ambas condicionadas por mudanças na organização social e nas técnicas sociais³⁶ (MANNHEIM, 1962).

Afirma o autor que a mudança para uma coordenação consciente dos controles depende das técnicas e dos humanos, remetendo o condicionamento desta possibilidade de coordenação ao uso das técnicas que propicia controles mais

³⁵ Tendo em vista esta forma de poder, o autor define autoridade como o colocar em exercício as regras que emanam das relações instituídas pelas interdependências das diversas formas de controle (MANNHEIM, 1953).

³⁶ Esta ideia de flexibilização e democratização da sociedade, condicionada às técnicas, também está presente na distinção que o autor faz entre raio de ação, referente à extensão de sequências causais provocadas diretamente por uma atividade inicial, submetidas parcialmente a controle, e raio de previsão, que remete à extensão da cadeia causal de ação que pode ser prevista. “Assim, quanto maior o grau de controle técnico e institucional de uma determinada sociedade, maior o raio tanto de ação como de previsão” (MANNHEIM, 1962, p.161).

democráticos, flexíveis e coordenados coletivamente e de maneira consciente em vez de praticados egoisticamente por alguns grupos.

Mannheim (1962), ao analisar a complexidade (do exercício) das técnicas para influir no comportamento, distingue entre métodos que influem diretamente no comportamento humano, baseados na proximidade e cujo efeito é identificado diretamente pela atividade do indivíduo que exerce, sendo a pressão social de maneira inconsciente, e métodos de influência indiretos³⁷, os quais utilizam o controle consciente ou inconsciente do meio natural ou social para influenciar a ação.

Mannheim diz que, nas influências diretas, estas são imediatamente perceptíveis na figura de um indivíduo, enquanto nas indiretas a mediação se dá pelas estruturas objetivas (MANNHEIM, 1962). O que permite afirmar que o autor concebe as relações objetivas como mediadas, isto é, passíveis de remodelação constante a partir das relações que as compõem.

2.2 A SOCIOLOGIA SISTEMÁTICA

Mannheim (1982a), ao observar a existência de regularidades na vida social, aponta a necessidade de estudá-la de maneira científica³⁸. A análise da realidade

³⁷ Mannheim (1962) distingue cinco formas de influência indireta: as massas desorganizadas, que são como a transição de uma forma de integração de grupo mais orgânica a uma dinâmica, mas que, não submetendo o indivíduo ao controle funcional, acabam por ser incontroláveis; a influência por grupos concretos, distinguidos em comunidades e associações, sendo as primeiras grupos que abarcam todas as relações do indivíduo, e sendo a participação deste nelas uma questão de nascimento e não de escolha. Já, as associações são organizadas racionalmente e com uma finalidade racional. As associações que possuem comportamento completamente organizado se transformam em organizações, enquanto se denominam de associações as que mantêm certa margem para uma variedade de decisões, sendo que possuem o comportamento racionalizado mas não o comportamento racionalmente organizado, como a organização; as estruturas de campo se exercem na interdependência dos grupos concretos e das grandes organizações. A estrutura de campo remete aos meios de influência que começam a fugir dos grupos – daí o termo campo, ligado à ideia de campo magnético – e a criar elementos irracionais, sendo necessário misturar um ajustamento espontâneo e meios possíveis de controlar aquelas relações; um exemplo deste tipo de influência é o comércio entre países no mercantilismo, que não mais se submetia a grupos, mas influía no comportamento de uma grande quantidade de indivíduos; influência por situações, as quais são entendidas como configurações únicas de interações em meio aos acontecimentos, não sendo possível controlá-las pelos grupos por serem mais microscópicas que a ação dos grupos. Mannheim aponta a tendência de padronização das situações que possibilita seu controle; mecanismos sociais, que, como já definido, são processos fundamentadores de diversas relações de poder, como a divisão do trabalho, a concorrência e a formação de hierarquias.

³⁸ Na busca de explicar a necessidade deste estudo, ele compara a tentativa de promover mudanças sociais sem o conhecimento científico à tentativa de um idiota arrumar um carro sem saber fazê-lo. O primeiro caso, que é mais recorrente e retrata alguém tentando superar os empecilhos dos mecanismos da sociedade, por meio de emoções e movimentos irracionais contrários às forças sociais, não é visto como um absurdo por

social deveria visar sua totalidade, a qual não pode ser compreendida pelas especialidades científicas, que estudam apenas partes desta realidade, sem conseguir gerar uma teoria completa que fundamente suas investigações particulares, ou mesmo, que esgote a diversidade histórica estudada por cada uma das especialidades. Estas podem no máximo perceber a existência desta totalidade, ao darem sequência às cadeias de causalidade por elas estudadas, mas não podem perceber os princípios da vida humana (MANNHEIM, 1982a).

Ele afirma que o estudo da psicogênese de determinados processos sociais é limitado, pois abrange a realidade social apenas no que se refere ao contexto individual e não ao coletivo. Ele explica que há, tanto nesta abordagem, quanto na área conhecida como epistemologia da ciência, no caso uma epistemologia mais pensada como modelo para as ciências naturais, uma separação entre a mente do indivíduo e a do grupo, como se pudessem ser pensados com existências separadas. Estas análises não deram conta de explicar a interdependência da história de vida e da situação de grupo³⁹ (MANNHEIM, 1982a).

Mannheim observa a influência de fatores inconscientes na produção científica e aponta a necessidade desta se autocriticar, observar a vinculação das mudanças nas ideias à mudança nas estruturas sociais e rever a epistemologia empregada nas pesquisas (MANNHEIM, 1982). O autor diz que existe tendência a uma síntese capaz de formar uma ciência unitária da realidade social, vinda de dentro das próprias especialidades, assim como afirma que a ciência apta a executar esta síntese é a sociologia; que deveria utilizar os conhecimentos dispostos pelas ciências específicas para realizar uma análise do “homem total”, uma análise que fizesse uma teoria geral da sociedade⁴⁰ (MANNHEIM, 1982a).

Mannheim (1962) aponta tanto a necessidade da especialização das ciências específicas para a construção de conhecimento,⁴¹ quanto o perigo desta

grande parte da sociedade, mas o segundo sim. Ele diz que com o tempo esta percepção poderia se modificar. Se os últimos séculos antes do século XX tiveram como marco o desenvolvimento das ciências naturais, os próximos deveriam ser dedicados à transformação moral e social da humanidade

³⁹ Segundo o autor, a história e a psicologia tentaram, sem sucesso, realizar uma teoria completa da vida social, que abrangesse essa totalidade social, mas conseguiram no máximo fundamentar a importância dos problemas sociológicos (MANNHEIM, 1982a).

⁴⁰ Mannheim visa construir uma ciência da conduta humana integrando psicologia, história e sociologia, mas aponta o protagonismo da última, tanto na integração interdepartamental das disciplinas, quanto na realização da síntese das ciências sociais (MANNHEIM, 1953).

⁴¹ Fernandes (1970) indicava que Mannheim entendia cada esfera da vida como dotada de critérios específicos de ciência. Mas cabe ressaltar que Mannheim (1962) dizia que a rigor não existem esferas sociais na realidade, mas sim na atividade humana que as distingue. Além disto o autor aponta a tendência das diversas esferas, na

especialização levar a uma dupla anulação, na qual se abstrai em excesso a discussão concomitantemente a intensificação da separação das esferas, permanecendo o problema de fundo, isto é, a impossibilidade de reconstruir o todo partindo das partes, sem a visão da totalidade. Mas, esta não exclui a participação das especialidades na fundamentação de uma epistemologia científica, já que depende delas para fornecerem o material para sua análise⁴².

O estudo científico das regularidades sociais deveria, para ele, ser realizado pela sociologia sistemática, em virtude de cujo surgimento encerrou-se a etapa em que a sociologia era uma filosofia da história (MANNHEIM, 1982a). Ele entende que, nas ciências históricas, se deve buscar a variabilidade da ordem social de maneira científica. Devem-se entender os fatores que agem sob a superfície social, para o entendimento dos processos sociais que geram tais fatores. Nesse caso não se deve defender um empirismo sem teorias, nem uma teoria que seja independente da empiria, mas uma análise que tente explicar os processos sociais formulando uma teorização com base empírica⁴³ (MANNHEIM, 1962).

A mencionada sociologia sistemática corresponde ao primeiro dos três planos metodológicos que, por sua vez, correspondem a três funções da sociologia. Seu objetivo é retirar da variabilidade dos fenômenos sociais os elementos básicos, de caráter mais ou menos axiomático, que tornam a sociedade possível. Mannheim afirma que através da comparação e abstração, de modo semelhante ao que ocorreu nas ciências naturais, é possível alcançar os fatores causais comuns da sociedade (MANNHEIM, 1982a).

Esta comparação é tarefa do segundo plano metodológico, o da sociologia comparada, que “[...] suplementa a análise dos fenômenos sociais gerais e abstratos através de uma teoria que explica como esses mesmos fenômenos variam em diferentes sociedades através da história” (MANNHEIM, 1982a, p.63). A sociologia sistemática, que busca generalizações baseada em especulações e em elementos

busca de influenciarem a conduta humana, a cada vez mais se integram em uma maior orientação da conduta que abrangesse mais a totalidade desta.

⁴² É válido notar que, se as ciências específicas têm dentro de si uma tendência para uma síntese científica, e ao mesmo tempo, fundamentam esta síntese feita pela sociologia. A síntese produzida acaba por fundamentar a orientação das ciências específicas, que em suas novas investigações, tem de levar em conta a totalidade na qual estão inseridas, sendo este movimento uma dialética entre as especialidades e a análise de totalidade.

⁴³ É neste sentido que Mannheim defende uma abstração construtiva, entendida enquanto um procedimento de construção de um constructo ou de uma abstração teórica, que não fique apenas na especulação mas vise a reconstrução da realidade social. De maneira que constitua um pré-requisito a investigação empírica e auxilie na reconstrução das forças estruturais presentes na sociedade. A validade do constructo seria testada se este conseguisse fornecer esta reconstrução (MANNHEIM, 1982).

ad hoc, ou seja, particulares àquele contexto, tem de buscar expandir seu campo de observação o máximo possível para conseguir reduzir os fenômenos a suas características básicas e simplificadas. Para isso usa da sociologia comparada que se serve da história como campo de comparação, visto não poderem as ciências sociais usarem experimentos (MANNHEIM, 1982a)⁴⁴.

O nome sociologia sistemática fica mais compreensível pela distinção que faz o autor entre sistema e estrutura, que aliás dá nome a outro plano metodológico, o da sociologia estrutural a ser discutida posteriormente. O sistema se encerra em si⁴⁵ e a estrutura utiliza princípios ordenadores. Estes últimos só podem ser obtidos pela pesquisa sistemática, sendo importante esclarecer que Mannheim defendia o uso desta sistematização visando o concreto no movimento seguinte da pesquisa sociológica; com isto ele defende que a sistematização tem em vista os problemas em foco, que são ligados ao concreto (MANNHEIM, 1962).

Mannheim (1962) entende que a tarefa do sociólogo é descobrir os princípios da organização social, para permitir uma melhor aplicação das técnicas sociais. Dessa maneira evidencia-se a ligação da pesquisa sistemática da ordem social à pesquisa dos seus elementos constituidores: as técnicas sociais que se operacionalizam em controles sociais. Com isso pode-se destacar aqueles elementos, levantados em tópico anterior desta monografia, como elementos analisados pela sociologia sistemática, e as observações a seu respeito podem ser consideradas como produtos da análise sistemática feita por Mannheim.

Conquanto o autor tinha em vista o concreto não se nega que com esta distinção de sistema e estrutura, ele esteja separando a busca das leis gerais da sociedade de seu próprio processo histórico. Sua defesa está na sua afirmação de que seria possível encontrar alguma fundamentação geral capaz de permitir uma análise histórica. A sociologia sistemática, ao buscar comparar sociedades na história para chegar a esses princípios, acaba por buscar elementos universais que

⁴⁴ Estes dois primeiros planos metodológicos são mais uma complementação de um mesmo intuito investigativo que propriamente duas partes de uma investigação. Por isto trabalharemos com a noção de sociologia sistemática de maneira a abranger tanto este primeiro plano metodológico, como também a sociologia comparada.

⁴⁵ Fernandes (1970) afirma que a sociologia sistemática busca lidar com interações que ocorrem em estruturas relativamente estabilizadas, em que as relações sociais são colocadas dentro de um sistema de estratificação social, como se estivessem no campo do estático.

estariam separados dos elementos mutáveis da sociedade⁴⁶. Esta separação diminui o entendimento dos processos históricos tornando certas generalizações pressupostos de pesquisa⁴⁷. Não é a busca em si por generalizações ou até mesmo por certos princípios os quais se tenta colocar como universais que é problemática; afinal, certos processos sociais são encontrados em toda sociedade, como, por exemplo, a socialização. Se não houvesse socialização, não haveria sociedade, mas o uso deste princípio pode gerar implicações. Do mesmo modo, são os usos que Mannheim faz de suas generalizações os causadores de problemas, que serão expostos posteriormente, com vistas a demonstrar que a separação entre uma sociologia que busca princípios e uma que busca a aplicação destes pode ser problemática.

Quanto à importância que esta análise sistemática tem para Mannheim, cabe destacar que, em seus estudos sobre o historicismo, ele aponta a necessidade de realizar uma análise vertical, em que se observa um elemento isolado, fazendo uma análise histórica do presente ao seu passado, complementada por uma análise transversal que tenta ver a ligação orgânica entre estas linhas isoladas. Dessa maneira, as diversas esferas da vida social se constituem em função de um processo básico final, o qual é o sujeito real da história. Com isto o autor aponta a possibilidade de analisar um princípio ordenador⁴⁸ (MANNHEIM, 1982b).

⁴⁶ Exemplificação disto está na seguinte citação: “Em geral, a antítese do procedimento histórico e da construção sistemática sómente deve ser usada com o máximo cuidado. Nos estágios preliminares do desenvolvimento de uma idéia, pode ser realmente de algum auxílio para o esclarecimento” (MANNHEIM, 1982, p.226). A afirmação é contraditória, pois se a sociologia sistemática visa estudar a organização social, e esta se processa na história, como estudá-la separando-a da história? A possibilidade de negligenciar diversos processos históricos com esta atividade é alta, pois pode-se acabar incorrendo no erro de generalizar características particulares.

⁴⁷ A busca por entender a realidade como um sistema, antes de entender o seu processamento concreto, também pode ser criticada utilizando-se a noção configuracional de Norbert Elias (1999), a qual tem influências de Mannheim, mas também apresenta grandes divergências. Elias critica a perspectiva de conceber a realidade social com termos como “função” e “sistema” de maneira a buscar o que são elementos bons e racionais para este sistema. Ele diz que este tipo de pesquisa acaba por justificar elementos presentes naquela realidade social e não por analisá-la profundamente. A análise de Mannheim, se cai na problemática de tentar conceber um sistema e seu funcionamento, não cai completamente neste tipo de atividade criticada por Elias, já que aquele aponta o processamento da realidade ligado a técnicas sociais que, não sendo nem boas nem más, fundamentam os processos sociais em que estão inseridas as relações sociais, o que permite dizer que ele tenta atribuir essas relações a uma tessitura de relações interdependentes. Mas a operacionalização destas interdependências é bem distinta da de Elias, comparação que não caberá neste estudo.

⁴⁸ Cabe apontar duas coisas sobre este ponto: a primeira é que o estudo sobre o historicismo de Mannheim (1982b) data de 1924, estudo bem anterior ao de outras obras, que serão aqui analisadas, como aprofundamento na busca por princípios ordenadores. A outra diz respeito a Mannheim apontar o processo social básico como sujeito da história, o que é algo complicado, pois parece destituir a humanidade enquanto sujeito para dar vida à história. Mannheim chegaria a afirmar que a vida tem a tendência a ossificar-se em um sistema, afirmando que toda cosmovisão se transformaria em sistema ao atingir certo estágio de consciência,

Mannheim afirma que o conhecimento dos determinismos dos fatores sociológicos aumenta a responsabilidade para com a ação (MANNHEIM, 1962). Considerando sua afirmação podemos perceber que estes determinismos, ao qual se fez referência antes e que se constituía, na visão de Mannheim, uma limitação para a pesquisa, são os aspectos da realidade social que se podem conceber como constituidores de uma ordem social. Considerando-se que Mannheim atribuí às técnicas sociais como tendo o papel central no controle social, pode-se apontar a sociologia sistemática como a parte da sociologia que conhece e ordena estas técnicas como determinismos sociológicos a serem operacionalizados na sociologia estrutural.

2.3 A SOCIOLOGIA ESTRUTURAL

Mannheim (1953) afirma que a sociologia surgiu em um momento no qual os ajustamentos automáticos das sociedades já não conseguiam conduzir os processos sociais, sendo gerada esta ciência como resposta à necessidade de coordenação consciente destes. Parte da criação desta ciência é a passagem de uma interpretação que tomava os impulsos humanos como imutáveis, para uma na qual se colocava a plasticidade humana enquanto a existência de impulsos vagos que se adaptam as circunstâncias ambientais⁴⁹. O questionamento científico rompe com a pergunta metafísica sobre a possibilidade de mudar a natureza humana e procura saber que normas de conduta podem satisfazer os impulsos humanos fundamentais⁵⁰.

passando então para outro estágio, o que em suas outras obras parece mais ligado à ideia de que há um ajustamento social inconsciente na sociedade. Entretanto tal ideia não tem prosseguimento explícito na obra de Mannheim, a não ser em suas observações sobre a tradição e os arquétipos na mudança que serão tema do final desta monografia.

⁴⁹ A percepção do autor de que a sociedade está em constante fluxo pode ser observada nos diversos momentos de elaboração de sua obra. Em seu texto sobre a gênese do historicismo MANNHEIM (1982b) aponta que o historicismo teria se tornado a própria cosmovisão da época, substituindo a percepção medieval e iluminista que tinha uma concepção supra-histórica da realidade. O historicismo apontaria a necessidade de observar as mudanças em fluxo na sociedade e não através de uma concepção estática. Esta centralidade do historicismo não persiste nas obras posteriores de Mannheim, mas a concepção de que a teoria deve perceber o fluxo histórico permanece.

⁵⁰ Segundo Yncera (1993), o empenho de Mannheim por entender a sociedade de maneira modelável, ou seja, em constante fluxo, o faz se contrapor, em suas obras sobre a sociologia da cultura, a abordagens mais estáticas da sociedade, que colocavam ênfase na estrutura. Disto resultaria também uma certa aproximação de Mannheim com a fenomenologia, durante essa etapa de seus escritos. Na fase da sociologia da cultura, Mannheim aponta contraposição entre uma ciência do espírito e uma ciência da sociedade, a última lidaria com as estruturas sociais e a primeira viria em seguida percebendo as funções mentais no contexto da ação. Mannheim enfatiza que isto não conduziria a uma nova filosofia da história, mas a uma abordagem que integra

A diferenciação entre sistema e estrutura, em que a segunda possui princípios ordenadores, demonstra a constante preocupação com a mudança social e com a questão de como provocá-la. Mannheim (1961) afirma ser necessário passar de um diagnóstico da sociedade para uma terapêutica, neste intento que ele aponta como terceiro plano metodológico da análise sociológica, o da sociologia estrutural.

Mannheim (1962) aponta a necessidade de complementar um estudo abstrato a partir de uma esfera de conhecimento sobre elemento particular, mediante a percepção das interdependências entre as esferas existentes em problemas concretos. As abstrações encontradas podem ser modificadas para se adaptarem ao concreto, mas estas são estabelecidas antes de para ele atentarem⁵¹. A existência desses problemas concretos é que evidencia, para o autor, a necessidade de um estudo que pense as abstrações em relação ao concreto⁵². Isto significa que somente uma análise da realidade pode dar conta dos problemas colocados e dar-lhes soluções.

Mannheim (1981) afirma que a estrutura social contém um princípio ordenador, o qual, porém, não torna aquela estática e não pode ter seu desenvolvimento previsto de forma exata, mas somente aproximada. Isso porque a estrutura é dinâmica e condicionada historicamente, estando, portanto, cada

a ação social ao processo mental. Essa fase dos escritos do autor compreende parte da década de 1920, na qual a partir de 1924, ele começa a se distanciar de percepções mais filosóficas e a abordar questões mais sociopolíticas, no intento de uma sociologia da cultura que se estende até a formulação da sociologia do conhecimento no final daquela década. Esta mudança está ligada à virada de Mannheim da preocupação com a realização de uma síntese cultural para a de uma síntese das perspectivas na última abordagem, como será explicado de maneira mais aprofundada posteriormente.

⁵¹ Mannheim, ao apontar a fundamentação da análise do todo nas especialidades, não aponta a supremacia das especialidades sobre a totalidade. Isto fica nítido quando afirma que a análise das especialidades fundamenta a análise da configuração do processo total, mas que esta visão da totalidade assume um papel a priori nas investigações especializadas (MANNHEIM, 1982b). Mannheim (1962) também aponta que a necessária divisão em especialidades científicas deve ser organizada segundo unidades-problema de cada especialidade, que remetem a análise concreta, de situação e estrutura, em que estas estão inseridas. Com isso ele indica que, após a fundamentação do entendimento da totalidade a partir das partes, o próprio entendimento das partes está condicionado a sua ligação com este processo total analisado.

⁵² O autor não visa uma análise puramente abstrata, mesmo na primeira fase da análise, a da sociologia sistemática. Pois isso seria como separar a forma das relações sociais, com uma análise formal, sistemática, e o conteúdo destas, em uma outra análise. Mannheim se opõe a esse tipo de visão, pois aponta que este formalismo que vê as formas sociais como se fossem tubos de ensaio, ou seja, como se contivesse a esse a fórmula de uma relação social a-histórica, não percebe a relação entre forma e conteúdo históricos, ou seja, o condicionamento social daqueles tipos de relação estabelecidos. Ele contrapõe a metáfora dos tubos de ensaio à do crescimento de uma planta, na qual o conteúdo autorrenovador desta é sua seiva e cresce conjuntamente com a forma e configuração da planta (MANNHEIM, 1982b). Isto demonstra que a sociologia sistemática visa servir de fundamentação à sociologia estrutural, não sendo para o autor, possível pensar uma sem a outra.

mudança dependente de como esta se encontrava anteriormente. Esta passagem exige a mudança da ordem interna da estrutura anterior e, com isso, se observa um processo de desenvolvimento, mas não se consegue entender o seu sentido interno, já que este só é previsível em seus primeiros passos e só é completamente compreensível posteriormente à realização da mudança. O autor enfatiza que as estruturas não se transformam de maneira abrupta, mas se modificam em sua base de existência real, para o novo estágio de desenvolvimento; existe uma coexistência de estruturas novas e antigas e há, nesse processo, a tendência das novas estruturas transformarem as velhas, o que não implica no desaparecimento destas últimas, mas em sua adaptação à nova situação, de forma que “[...] manterão vivo um ‘fio’ de desenvolvimento social que de outra forma se extinguiria” (MANNHEIM, 1981, p. 127).

Mannheim (1982a) propõe à sociologia estrutural a tarefa de realizar a terceira função da sociologia, visando a estrutura social, no terceiro plano metodológico, da distinção já mencionada. A esta cabe a análise das constelações isoladas e específicas em termos concretos. Ela contém duas partes, a estática e a dinâmica. A primeira busca compreender o equilíbrio dos fatores sociais de uma estrutura, de maneira a observar quais deles são responsáveis pela reprodução contínua dos principais processos daquela sociedade, o que implica em entender que fatores regeneram as situações típicas da estrutura.

A tarefa de entender o equilíbrio social em uma estrutura concreta demonstra o uso que a sociologia sistemática tem na fundamentação da sociologia estrutural. Este equilíbrio é determinado por fatores que podem ser colocados como dinamizadores de um equilíbrio concreto, a partir de noções generalizadas e abstratas de equilíbrio formuladas em etapa anterior da sua pesquisa.

A parte dinâmica da sociologia estrutural visa entender os fatores da estrutura que são antagônicos em suas tendências. Esta análise é feita pela observação, a longo prazo, dos princípios que tendem a formar um desequilíbrio social e, devido a este, provocar mudanças na estrutura (MANNHEIM, 1982a). Implícita nesta noção de desequilíbrio social está a de equilíbrio social estudada na parte estática da sociologia estrutural. A definição de um equilíbrio naquela situação concreta antecipa, deste modo, o entendimento dos antagonismos presentes naquela sociedade.

Neste ponto é possível colocar outro questionamento à metodologia de Mannheim: a sua separação entre antagonismos sociais e fatores de equilíbrio social. Esta separação só é possível artificialmente para fins metodológicos, constatação que o próprio Mannheim faz em sua distinção entre a sociologia sistemática e a estrutural; entretanto, esta separação para fins metodológicos parece fazer que as conclusões analíticas sejam colocadas em termos de favorecer ou não um equilíbrio social. Como se a realidade chegasse, de fato, a momentos da história em que existe um equilíbrio, ou seja, em que a realidade se fechasse em um sistema de relações, nas quais os fatores possuem certa autonomia em relação à história. A própria constatação do autor, segundo a qual a realidade é historicamente determinada e dinâmica se torna contraditória diante desta forma de analisar a realidade social. A maior implicação deste método está na percepção da mudança como gerada por desequilíbrios sociais. Esta percepção obscurece as relações de poder existentes nas mudanças sociais de modo a parecer que elas são a transição de um equilíbrio social a outro.

A sociologia estrutural é, para Mannheim (1982a), a parte final de um processo metodológico no qual se torna possível conceber uma síntese compreensiva de todos os fatores estudados pelas ciências sociais específicas. Isto é possível porque ela busca entender esses ligados à totalidade da estrutura social e é capaz de usar os dados das especialidades para alcançar uma concepção hipotética da realidade social, definindo-a como a percepção do “[...] funcionamento das sociedades como um contínuo ajustamento de todas as suas partes entre elas” (MANNHEIM, 1982a, p.66).

Esta visão hipotética supera a mera síntese cumulativa, ou seja, a que agrupa os diversos dados mas não percebe uma dinâmica entre eles. O autor afirma que esta concepção só é alcançável pelo trabalho da sociologia sistemática e comparada (MANNHEIM, 1982a). Com isso pode-se perceber a ligação da função sintética da sociologia em suas diversas atividades metodológicas. A sociologia sistemática já se utiliza das especialidades para conseguir realizar generalizações que serão utilizadas pela sociologia estrutural, mas é, nesta última, que as diversas generalizações entram em contato com as constatações concretas das diversas especialidades, de modo a tornar possível uma análise da totalidade social.

O movimento ocorre do particular para o universal na sociologia sistemática e da generalização desta, a análise se movimenta ao concreto, de maneira a permitir a

percepção das particularidades concretas em uma totalidade concreta. Cabe aqui ressaltar o aspecto experimental do método proposto por Mannheim. Este não concebe nenhuma das relações encontradas em qualquer ponto da análise, mesmo na generalização da sociologia sistemática, como definitivas; as relações encontradas estariam, a todo momento, sujeitas a refutação e os fatores poderiam estabelecer relações diversas em outras configurações.

Este caráter experimental só é apreensível pela concepção de Mannheim (1962) segundo a qual a análise científica do processo histórico necessita tratá-lo em termos de alternativas abertas, de maneira a se aproximar de fatores ambíguos com espírito aberto, ou seja, sem se ater a uma concepção como verdade irrefutável antes de uma análise. É neste sentido que ele distingue uma análise *post-mortem*, que remete à percepção de um encadeamento de fatores como o único que poderia ter acontecido, e a uma análise *in statu nascendi*, que aponta as relações ocorridas no passado como uma das possibilidades ocorridas.

A grande diferença entre essas análises está no peso que é dado ao presente, já que toda observação do passado que visa o presente tem como objetivo, desde seu início, a compreensão do presente. Com isso Mannheim (1962) afirma que uma análise que veja a vida *in actu* dá realidade ao passado, de maneira a tornar compreensível o centro social da produção histórica de conhecimento. Isto significa que as análises da história, ao utilizarem termos e formas de pensamento do presente para compreender o passado, possuem formas de encarar o processo histórico de modo diverso.

O segundo tipo apontado por Mannheim (1962), que percebe a vida em seu fluxo, e por isto *in actu*, observa o passado não de maneira determinista ou fatalista, que concebe aquela mudança como a única possível, mas como uma gama de possibilidades existentes para a qual se direcionam. Esta análise permite entender o desenvolvimento do processo histórico e os seus futuros desdobramentos como um processo aberto a diversas possibilidades e não como um processo previamente determinado. Nisso se vê uma ligação entre a abordagem *in statu nascendi* e o caráter experimental da ciência, que contrasta com o profetismo de abordagens políticas dogmáticas, propensas a propor o que gostariam que acontecesse como se fosse algo inevitável na história.

O caráter experimental da análise do autor não indica que a variabilidade das formas sociais poderia ser arbitrariamente infinita. Isto se percebe em sua análise,

visto que os diversos fatores, econômicos, políticos e sociais, podem encontrar uma grande variabilidade de relações, as quais se estruturam de alguma forma em processos sociais. A forma de estruturar esses processos é determinada pelas técnicas sociais que agem como controles sociais. Dessa maneira, por mais que aponte a possibilidade de certas esferas sociais e certos processos destas prevalecerem em uma sociedade e não em outra, o autor concebe essas relações através de sua concepção de técnica social. Mesmo que não a relação entre as técnicas sociais e estes três planos metodológicos da sociologia apresentados não seja esclarecida, é possível ver a ligação destas concepções do autor.

A sociologia sistemática complementada com o intuito comparativo da sociologia comparada, ao buscar os axiomas básicos de interação da sociedade, busca entender o funcionamento geral dos condicionantes da conduta humana na história. Por mais que esses condicionantes tidos como técnicas sociais tenham sido definidos em obras posteriores a seu texto sobre a separação dos três planos metodológicos, pode-se perceber, em suas obras, a busca por fatores condicionantes das mudanças históricas em elementos, até certo ponto, analisados de maneira estática, para depois serem analisados de maneira dinâmica. Esta variação no pensamento do autor vai de 1) uma abstração lógica de inspiração neokantiana; 2) à uma percepção de elementos organizados em uma sociologia do conhecimento; 3) à uma análise das técnicas sociais em um planejamento para a liberdade. Nesses diversos momentos de sua obra⁵³ - a monografia se aterá ao segundo e ao terceiro momentos apresentados - existe uma separação, seja explícita ou não, de uma análise dos elementos condicionadores da mudança histórica, da mudança histórica propriamente dita, ou seja, em sua concretude. Esta separação ficará mais nítida nas análises específicas das pesquisas do autor.

A percepção desta separação, no método de Mannheim, permite entender que, por mais que ele mencione as forças irracionais da sociedade como matriz das forças racionais que se modelam historicamente, a compreensão das primeiras só é possível pela compreensão das segundas. Isto condiciona, conforme o método, um processo contrário ao que ocorre na sociedade, processo que tem em vista tornar

⁵³ Os três momentos citados não contemplam toda a obra do autor, levando-se em conta tanto a elaboração da sociologia da cultura que ocorre entre o primeiro e o segundo momentos apontados, quanto as diversas variações destes momentos, as quais não serão analisadas na monografia.

compreensível a mudança, mas não sem com isso provocar problemas, como o de ver a mudança como ligada a desequilíbrios sociais.

2.4 O PROBLEMA DA DESINTEGRAÇÃO SOCIAL

2.4.1 A Polarização Política e a Crise de Valores

Mannheim (1953), na elaboração de suas obras, está constantemente preocupado com a desintegração social que estaria ocorrendo em sua época e em dar-lhes uma resposta. O conceito de desintegração, usado por ele, significa a debilitação de uma ordem social sem a formulação simultânea de outra, o que, em outras palavras, significa uma interrupção do processo de desenvolvimento, por ele descrito como passagem de uma estrutura social à outra. A percepção de que ocorre uma desintegração está largamente ligada à concepção do autor de acordo com a qual o ajustamento tradicional da sociedade não estaria mais ocorrendo. Para explicar tal processo, ele aponta o desaparecimento do poder autorregulador dos grupos pequenos quando estes se tornam grandes. Ele enfatiza que, ao apontar tal desaparecimento, não faz uma apologia dos grupos pequenos, mas evidencia a destruição da coesão orgânica e da interdependência funcional pelo rápido crescimento da sociedade.

A respeito da ideia de Mannheim sobre a transição de grupos pequenos para grandes, é perceptível que, se ele não faz uma apologia dos grupos pequenos, ele toma como pressuposto a necessidade de uma nova integração social, devido à desintegração da antiga. Esta ponderação subentende a existência de uma certa harmonia, ou equilíbrio social, nas sociedades tradicionais⁵⁴. Entretanto, esta suposta harmonia não possui embasamento científico algum, fundamentando-se em constatações tais como a de que tais sociedades se modificavam de uma maneira mais lenta do que as sociedades dinâmicas.

Esta lenta mudança, indicativa uma menor variação a longo prazo, não significa, sociologicamente, que as sociedades que avançavam mais vagarosamente fossem mais harmoniosas nem mesmo mais equilibradas que outras. Uma

⁵⁴ Este pressuposto também está presente quando Mannheim (1962) aponta como perigosa a dissolução de instituições e atitudes tradicionais, pois estas possuem funções difíceis de substituir na estrutura social. A dissolução destas poderia abrir brecha para a uma maior insegurança coletiva.

sociedade como estas podia não ter mudanças tecnológicas, de tipo de regime político, de grupos que ocupam posição de poder, no mesmo ritmo que as sociedades ocidentais da época de Mannheim, mas as possibilidades de os confrontos com outros grupos resultarem na aniquilação de um deles eram bem maiores. Que tipo de equilíbrio social existe nisso? Um equilíbrio preconcebido pelo pesquisador⁵⁵.

A apologia de Mannheim, e não só dele, mas de vários autores, que pressupõem a existência desta harmonia em sociedades tradicionais, pode não focar, de fato, pequenos grupos, mas a integração harmoniosa que estes teriam. Uma discussão, referente a este caso, é a que foi realizada na época de Mannheim e que iria influenciar a sua juventude, em sua reflexão sobre qual seria a solução para a crise cultural⁵⁶ da época, devido ao rompimento com as formas tradicionais daquilo que Mannheim concebia como ajustamento.

Mannheim (1981), ao afirmar que os estamentos sociais são substituídos pelas classes na função de articulação coletiva, entende que o aumento do número de grupos sociais, concomitante à polarização política, que aconteceu simultaneamente às pressões vindas da revolução francesa, fez com que a absorção de tais elementos na organização social modificasse a corrente espiritual da época. Isto faz a relação recíproca entre estes grupos gerar uma necessidade de

⁵⁵ Aqui cabe destacar que, se acusamos Mannheim de não ter embasamento histórico em sua afirmação de que haveria um equilíbrio social nas sociedades, por ele, classificadas como tradicionais, não oferecemos evidências empíricas de que este não existe naquelas. Mas isto não implica que estejamos fazendo mera especulação em cima de uma especulação de Mannheim. Ao se apontar a existência de uma concepção de equilíbrio, que antecede a análise do autor, se procede uma análise hermenêutica na medida em que se observa o equilíbrio social e a existência deste nas sociedades tradicionais enquanto elementos complementares nas concepções de Mannheim, assim como se realiza um movimento dialético ao observar como a explicação do autor, de que este equilíbrio é necessário a formulação de uma sociedade, ocorre devido a uma volta da análise concreta sobre o pressuposto teórico. Com isto se mostra que a análise utilizada sobre a obra de Mannheim procede de meios interpretativos das ciências sociais. Fora isto a análise de que estas sociedades poderiam ser destruídas de maneira mais inesperada e repentina, se baseia na análise feita por Elias (1993).

⁵⁶Espinosa (1993) aponta a influência de Tönnies sobre Mannheim na percepção de uma dissolução da comunidade em sociedade, a qual, para Mannheim, gera a crise do ajustamento social. Esta influência é apontada também por Yncera (1993), que menciona a análise de Loader sobre a juventude de Mannheim, quando ele descrevia o mundo a partir de três elementos conectados: indivíduos ou almas que seriam os sujeitos criadores e receptores de significados; a cultura objetiva, ou cosmovisão, que seria o contexto global de significados e valores de que participam esses criadores e receptores; e as obras ou produtos culturais que seriam os veículos portadores de significado intersubjetivo e seriam mediadores da comunicação de uma cultura. A crise cultural seria a dissolução desta relação comunitária, sendo o termo cultura inexistente e desnecessário na época comunitária, e sendo a sua formulação parte da objetivação do espírito. Loader destaca que, nos primeiros escritos, Mannheim trata a dissolução cultural em termos metodológicos e filosóficos e não baseados em uma análise sociopolítica.

competição inexistente nas comunidades tradicionais, não que nelas não haja estas formas de seleção social, mas sim mudança de grau desta para as sociedades dinâmicas (YNCERA, 1993). É esta mudança social que gera aquilo que o autor chama de crise de valores, sustentada pela dificuldade de passar os valores tradicionais dos grupos primários para os secundários. Na transição das sociedades orgânicas para as dinâmicas ocorreria uma crise maior dos valores, proporcional ao tamanho da sociedade e ao número dos grupos que com elas se relacionam (MANNHEIM, 1961).

Mannheim (1962) busca demonstrar como a passagem de um conhecimento fortemente influenciado pela Igreja foi modificado pela confrontação dos indivíduos com a vida nas sociedades tradicionais, isto é, com os problemas concretos com que lidavam⁵⁷. Esta confrontação foi responsável por uma autoafirmação não consentânea com as normas da Igreja. Mas Mannheim (1982) também afirma que a mudança ocorrida na Europa com a ascensão da burguesia e o desabrochar de uma ideia de Estado pautada no iluminismo, no racionalismo e no naturalismo, não levou as massas à plenitude do pensamento racional. Isso significa que, por mais que uma mudança na autoafirmação dos indivíduos tivesse sido produzida, as massas não teriam sido integradas nesta nova estrutura social. Desta falta de integração decorre o perigo que Mannheim aponta como inerente às massas desorganizadas e irracionais, tidas por ele como fator de desintegração que pode ter efeitos ainda mais desintegradores, dependendo do contexto histórico.

Do mesmo modo, como a desintegração das sociedades orgânicas rompe o ajustamento inconsciente, também rompe com a reconciliação de valores que estava implícita neste ajustamento⁵⁸, que ocorria através da mediação entre os valores dos grupos que se amalgamavam, de modo a não permanecerem diferenças irreconciliáveis nem antagônicas. Mediação inexistente nas sociedades dinâmicas

⁵⁷Mannheim descreve: “Qualquer ensinamento moral que a Igreja, escola e o lar, a despeito de suas diferenças, procuravam instilar no indivíduo, era eficientemente neutralizado pelo que conhecemos como ‘vida’. Isso era, simplesmente, a luta anárquica pela existência, que provocou um incontrolável impulso de auto-afirmação” (MANNHEIM, 1962, p.267).

⁵⁸ Mannheim afirma que a mediação, assimilação e padronização dos valores ocorriam de modo inconsciente nas sociedades tradicionais (MANNHEIM, 1961).

por falta de tempo para assimilação dos diversos valores, razão das crises.⁵⁹ (MANNHEIM, 1953, 1961).

O que gera desintegração social é a mudança em saltos das técnicas sociais, que faz com que a lenta mudança das sociedades tradicionais seja abalada (MANNHEIM, 1953). Esta desintegração atinge não só a comunidade, mas também os grupos sociais e as instituições, sendo por isso importante um estudo sobre as formas de organização para este novo período⁶⁰, um estudo que leve em conta os princípios de uma sadia vida comunal⁶¹ (MANNHEIM, 1962).

A mudança da organização social é que possibilitou a transição das sociedades tradicionais para as dinâmicas e nestas uma maior gama de valorizações. O elevado número de valorizações gerou incerteza social e grande ansiedade na época vindo a gerar o relativismo (MANNHEIM, 1953). Esta relativização dos valores, que não consegue encontrar um ordenamento, é um dos grandes problemas que Mannheim entende terem sido causados pela crise da valorização⁶², a ponto de o levar a dizer “[...]estamos sentados sobre um vulcão” (MANNHEIM, 1962. p. 15), para se referir à situação da Europa na época.

2.4.2 Democratização e Desintegração Social

Mannheim (1962) entende que a democratização que ocorreu com a dissolução do absolutismo não pode ser vista apenas como benéfica. Ele afirma

⁵⁹ Diversas respostas foram dadas à crise de valores, entre elas estão a formulação do historicismo, e a formulação de concepções idealistas e marxistas, que tentavam localizar a crise, ou nos valores em si ou nos fatores econômicos, concepções estas insuficientes, segundo o autor (MANNHEIM, 1953, 1961).

⁶⁰ Mannheim (1962) refere-se ao capitalismo monopolista, já que em outros períodos como o que prevalecia a visão do iluminismo, ou mesmo durante o período da livre concorrência, a sociedade conseguia realizar mudança nas técnicas sem um grave abalo nas formas tradicionais de vida, ou seja, na organização social. Exemplo deste tipo de comparação é o que Mannheim (1961) oferece sobre a propriedade privada, a qual para o autor, era um princípio justo quando se aplicava na sociedade de pequenos camponeses, mas que se tornava um sistema de dominação nas sociedades industriais. As implicações históricas desse tipo de afirmação, que coloca o uso de uma técnica como justa ou injusta, são problemáticas, mas não serão tratadas neste ponto.

⁶¹ Aqui também se encontra aquela perspectiva que defende a busca de um equilíbrio social nesse estágio de desenvolvimento da sociedade.

⁶² Mannheim (1961) diz que houve descompasso entre as mudanças ocorridas na organização social, razão por que ele afirma “[...]nossa sociedade ainda não assimilou a máquina” (MANNHEIM, 1961, p.23). Ele afirma com isto que se houveram diversas mudanças nas relações de fábrica, estas não satisfizeram as aspirações de valores necessárias para a formação de uma nova personalidade integrada àquela organização social. Isto levou o autor à conclusão de que a ruptura com os valores medievais, tendo passado pela formação e dissolução do iluminismo, teria levado à formação de uma sociedade que está aberta a aceitar um número muito grande de justificativas de valores, inclusive a de que o mais forte deve prevalecer, como concebe a perspectiva fascista .

que, durante a formação do Estado, se estabeleceu nas elites dominantes uma moralidade dual, uma cristã burguesa usada no âmbito particular e uma ligada à violência utilizada para assuntos ligados ao Estado. Havia, portanto, um conflito entre moralidades, mas que era exclusivo a essas elites, o que fazia com que a maior parte das pessoas permanecessem com a moralidade íntegra. O autor considera que isto era uma divisão do trabalho social e moral. A democratização acaba por fazer com que círculos maiores adentrem a esfera de poder e sintam esta moralidade dual. Neste ponto o autor aponta o perigo desta democratização, na qual as massas estariam cada vez mais dispostas à violência, anteriormente moralidade apenas das elites. Vejamos a seguinte explicação de Mannheim:

É impossível prever o destino que aguarda a moralidade pública se a massa se apossar do segredo que antes esmagava a capacidade intelectual mesmo dos pequenos e requintados grupos de liderança. Se as massas compreenderem que o roubo é a origem histórica, bem como a base presente do Estado e das relações entre Estados, e que também através de roubos e saques o êxito e a situação social podem ser conquistados por grupos inteiros, a influência educativa gradual da industrialização e a elevação na escala social terão sido inúteis. Se a aceitação da violência torna-se o princípio geral da moralidade social, os frutos de um longo treinamento moral na esfera do trabalho e da competição serão destruídos quase que automaticamente. (MANNHEIM, 1962, p.82).

A passagem deste segredo da história do Estado para as massas, referente evidentemente à formação de uma personalidade violenta e não apenas ao conhecimento livreiro da história da formação do Estado, faz que Mannheim observe a democratização como um elevador, que possuía um duplo perigo: de um lado permitia o cinismo descer das camadas superiores às inferiores e de outro permitia que a psicose de massas se eleve à atividade das lideranças (MANNHEIM, 1962).

Este entendimento que Mannheim tinha do processo de democratização demonstra que, por trás de seu entendimento histórico, se aliam uma perspectiva elitista⁶³, que coloca como necessária a dominação de uma elite sobre a organização social, e a percepção de que as sociedades possuem, ou devem possuir, um equilíbrio e harmonia específicos, ideia fortemente baseada na

⁶³ Espinosa (1993) afirma que, em seus escritos na juventude, Mannheim concebeu uma elite como solução para a crise cultural. No caso do perigo da democracia, o sociólogo húngaro mencionava elites tanto intelectuais como políticas e econômicas, como ficará mais claro quando se for discutir sobre o planejamento democrático.

existência dessa harmonia em uma etapa histórica anterior à da sociedade de massas⁶⁴.

Ele sustenta que, enquanto a violência foi utilizada pelas elites como forma de dominação, havia um estado de equilíbrio social, e que a passagem desta violência para as massas teria sido uma democratização perigosa à moralidade da sociedade, antes harmônica. Na visão de Mannheim, as massas sempre representam perigo, uma ameaça para a sociedade, enquanto as elites são sempre as portadoras das soluções.

Tal constatação não possui base histórica, tendo em vista que atividades violentas foram empregadas nas diversas sociedades no decorrer da história e não apenas pelas elites. O autor chega a utilizar como exemplo o aumento do roubo antes aceito como legítima para as elites. Tal concepção também é problemática, pois a legitimação da violência não é concedida exclusivamente para as elites, e, por mais que o Estado, em sua formação se legitime enquanto monopolizador da violência, isso não leva os grupos portadores de armas a terem mais poder arbitrário sobre os outros, mas o contrário, ou seja, a democratização não está na passagem do uso da violência legítima para as massas, mas no estabelecimento de controles mais coletivos sobre esta⁶⁵.

Mannheim tem como principal motivação uma concepção harmônica de sociedade, que tenta atribuir ao uso legítimo de violência um equilíbrio quase que natural nas sociedades orgânicas. Essa visão não permite perceber que não existe nada em um tipo de uso da violência que a torne harmônica com a sociedade. O uso da violência está inserido em um contexto de relações de poder, no qual estas relações o determinam e não a harmonia da sociedade.

Sua ideia de que há separação entre elites e massas pode ser percebida nesta afirmação:

As elites não estão em contacto direto com as massas. Entre elas e estas há certas estruturas sociais que, embora apenas temporárias, têm, não, obstante, uma certa articulação e constância interna. Sua função é mediar entre as elites e as massas. Também nesse caso é possível mostrar que a transição da democracia liberal dos poucos para uma verdadeira democracia das massas destrói essa estrutura

⁶⁴ Ligado a essa ideia, o autor explica que a mudança, referente a passagem da aceitação cega de valores para a possibilidade de construção consciente e racional destes, abalou o equilíbrio entre forças inconscientes e conscientes existente anteriormente (MANNHEIM, 1961), como se estas forças estivessem em um estado de equilíbrio estável, que depois foi balanceado.

⁶⁵ Novamente, a análise sobre as ponderações de Mannheim baseia-se em Elias (1993).

intermediária e intensifica o sentido da massa completamente fluida (MANNHEIM, 1962, p.107).

As estruturas sociais são componentes da organização social que mantêm as relações entre elites e massas. Mannheim tem dificuldade de conceber outras formas de organização social nas quais as elites não ocupem o papel dinâmico das relações.

2.4.3 Racionalidade, Moralidade e Desintegração

Yncera (1993) afirma que Mannheim concebia, outra mudança na organização social, ocorrida na passagem das sociedades estáticas para as dinâmicas, na passagem de um conhecimento conjuntivo, em que havia uma comunidade coesa em torno de uma visão de mundo, para um saber comunicativo, no qual há uma heterogeneidade de experiências de esferas desintegradas entre si que se intercambiam de modo abstrato⁶⁶. A falta de unidade cultural se configuraria como um elemento fundante desta abstração na qual se estabelecem as ciências naturais. Este contexto é marcado pela racionalidade burguesa que privilegia a esfera funcional, de modo a deixar as relações humanas para um segundo plano.

Mannheim (1962) afirma que a industrialização cria a racionalidade funcional⁶⁷, mas não cria, na mesma medida, uma racionalidade substancial, o que provoca crises e choques violentos⁶⁸. O aumento da racionalidade funcional produz

⁶⁶ Semelhante a esta passagem é a dos controles diretos para indiretos, a qual Mannheim (1962) aponta como a mais importante mudança nos controles sociais, por abranger camadas sociais mais amplas por meio dos padrões de relações da própria sociedade.

⁶⁷ Neste ponto é importante esclarecer a distinção que Mannheim (1962) faz entre racionalidade substancial e racionalidade funcional. A primeira é referente aos atos de pensamento que percebem de maneira inteligente as inter-relações dos acontecimentos e se distingue da irracionalidade substancial, que opera através de atos, conscientes ou não, que percebem de modo não inteligente, ou através de procedimentos que não são pensamentos, como os sentimentos e emoções, essas mesmas inter-relações. A segunda é aquela que coordena a ação em vista de um objetivo e se distingue da irracionalidade funcional que diz respeito à desintegração ou interrupção da funcionalidade da racionalidade funcional, podendo esta interrupção ser, tanto um ato intelectual, quanto uma explosão violenta e emotiva.

⁶⁸ O autor afirma que as sociedades contemporâneas sofreram o processo de autorracionalização, entendido como o processo de controle dos impulsos pelos indivíduos, graças a um aumento da racionalidade funcional, ou seja, um controle que possibilitou uma maior dedicação a objetivos determinados. Este processo não é a forma mais radical de racionalização do agente. Mannheim aponta que se a autorracionalização está ligada à racionalidade funcional; existe um outro processo social que está ligado à racionalidade substantiva. Trata-se da auto-observação. Este processo não tem tanta predominância nas sociedades contemporâneas quanto a autorracionalização, e se distingue desta por focalizar objetos que deseja manipular, enquanto a auto-observação ocorre justamente em um momento em que, por não conseguir realizar um objetivo, o sujeito se

uma série complexa de atos que são coordenados de uns poucos centros. Isto permite concluir que a racionalização funcional faz declinar a racionalidade do cidadão médio a partir do momento em que este passa a responsabilidade de tomar decisões a uns poucos organizadores. Na sociedade industrial, tanto os meios de produção, quanto as posições-chave são ocupadas por poucos indivíduos.

Esta constatação leva Mannheim a afirmar que seria da próprio da racionalização fazer com que indivíduo médio passe a reflexão, percepção e responsabilidade para os coordenadores que dirigem o processo de racionalização, o que leva o indivíduo médio a entregar parte da própria individualidade cultural sempre que aumente o processo de racionalização funcional. Isso o faz abandonar suas próprias percepções e aceitar o que outros lhe propõem. Quando o mecanismo racionalizado entra em crise, o indivíduo não consegue restabelecê-lo por uma percepção própria e, abandonado a si, entra em um estado de terror. A sociedade, ao não ser compreendida, torna-se para esse indivíduo, uma fonte de receios, como era a natureza quando esta não era compreensível (MANNHEIM, 1962).

Mannheim (1962) afirma que a principal causa das súbitas desintegrações das atitudes estabelecidas, sem que se consiga formular novas, é a insegurança coletiva. Ele afirma que esta pode tomar várias formas, de acordo com o contexto histórico, e que o fator de insegurança, na Europa de sua época⁶⁹, era o desemprego das grandes massas na vigência do capitalismo monopolista, que tornava uma hostilidade latente em desespero, tendo como um de seus desdobramentos possíveis a guerra contra outros Estados.

Na visão do autor, o desemprego é apenas o sintoma mais geral da dissolução parcial da ordem social, na qual a falta de fixação de objetivos pelos indivíduos, que apenas canalizavam estas para o trabalho, acaba por gerar um clima de insegurança coletiva, diferente da insegurança individual, pois o indivíduo percebe que esta situação é comum a massa de seus companheiros, de modo a perceber que não há mais a autoridade social que antes estabelecia padrões indiscutíveis de comportamento (MANNHEIM, 1962).

lança sobre si mesmo, numa atividade de reflexão, ou de consciência da própria situação, que cumpre a função de autorreorganização. Desta maneira a auto-observação é um processo que promove principalmente a autotransformação interna (MANNHEIM, 1962).

⁶⁹ Mannheim escreve **Homem e Sociedade** (1962) anteriormente à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em período em que o autor o perigo da expansão do fascismo, mas a edição inglesa adaptada pelo autor é escrita durante a guerra, sendo a primeira versão de 1935 e a segunda de 1940. Um levantamento bibliométrico das obras do autor é feito por Yncera e Sedano (1993).

Mannheim (1962) afirma que existe um paralelo perfeito entre crescimento e colapso da racionalidade e da moralidade^{70.71} Como se percebe na seguinte frase: “A sociedade de massas moderna mais funcionalmente racionalizada se torna quanto mais tende a neutralizar a moralidade substancial, ou desviá-la para a esfera ‘privada’” (MANNHEIM, 1962, p.77). Com isso ele se refere à tendência de afastarem-se as irracionalidades substanciais dos assuntos públicos, de maneira a promover-se uma certa tolerância no âmbito público, conservando-se apenas costumes que facilitem o funcionamento das relações sociais. O caso oposto a este, no qual as irracionalidades substanciais triunfam sobre a racionalização, para além do âmbito privado, leva as disputas doutrinárias a adentrarem a esfera ética, com efeitos catastróficos, possibilitados pela sociedade de massas.

A desintegração permanece como um perigo constante, mas não insolucionável, no pensamento de Mannheim (1953), que afirma que a desintegração não é total, pois existem fatores de autocura e reajustes espontâneos atuando na sociedade. Contudo, ele não deixa de enfatizar a necessidade de condução consciente do processo social no estágio de desenvolvimento em que a sociedade se encontrava

⁷⁰Para fundamentar esta afirmação, ele indica dois pontos a serem analisados na história da moralidade: o primeiro é o alcance de visão, que remete a consciência dos atos e mostra até que ponto se conseguiu ter consciência do comportamento em uma época; o segundo é a responsabilidade que o indivíduo foi capaz de assumir nessa época. Ele também distingue um tipo funcional e um substancial da moralidade: o primeiro remete aqueles padrões de conduta de determinada moral que, quando postos em prática, garantem o funcionamento daquela sociedade; o segundo remete a valores concretos, como ditames da fé, que podem ser irracionais em sua qualidade e compõem a tradição de um determinado grupo.

⁷¹ Para explicar esta relação entre racionalidade e moralidade, Mannheim (1962) menciona três estágios históricos e as relações dos dois elementos, já apontados, nestes. O primeiro estágio, o da solidariedade de horda, remete as sociedades que Durkheim definia como possuidoras de solidariedade mecânica, na qual os indivíduos não se conscientizaram de sua experiência como seres isolados e só podem se adaptar conjuntamente a todo o grupo. O segundo é o da fase de concorrência individual, na qual a concorrência e a propriedade privada possibilitaram adaptações individuais, adquirir responsabilidades individuais e prever certos resultados imediatos destas ações em seus desdobramentos individuais. O terceiro remete à solidariedade de grupo superindividual. Esta se fundamenta a partir do momento em que a concorrência do estágio anterior fomenta a formação de grupos maiores, como a junção de empresas em uma empresa gigantesca que se confronta com outras também gigantesca, ou como a formação de sindicatos. Esta tendência à formação de unidades sociais maiores fomenta no indivíduo a responsabilidade para com estas unidades maiores, abrindo mão de interesses particulares, ao tomar consciência das tendências sociais destas unidades. Mannheim aponta que existe a possibilidade desta solidariedade de grupo, que se esboça na sociedade, ampliar-se para âmbitos maiores, como a toda a sociedade e à humanidade, diz, todavia que, na época em que estava escrevendo, prevalecia o uso dos grupos dominantes para controlar as sociedades e voltar seu poder para os grupos rivais.

3 A PERSPECTIVA HISTÓRICA NA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO DE KARL MANNHEIM

3.1 A VALORIZAÇÃO ENQUANTO ELEMENTO INTRÍNSECO ÀS PERSPECTIVAS SOCIAIS E À ANÁLISE SOCIOLÓGICA

3.1.1 A Valorização e os Pré-Supostos Ontológicos e Metafísicos nas Perspectivas

O debate sobre a objetividade das ciências sociais questiona se o conhecimento produzido pela ciência está, de certa maneira, distanciado das emoções e das perspectivas políticas dos cientistas, ou se esse é inseparável das perspectivas dos autores. Este problema remete ao debate sobre a valorização e sua participação na construção do conhecimento.

Mannheim (1982) afirma que os grupos sociais, em diversos contextos históricos, se esforçam coletivamente para mudar ou para manter a situação social em que se encontram. Estas duas tendências coletivas são possibilidades condicionadoras dos problemas que cada grupo, assim como dos conceitos e das formas de seu pensamento⁷². Isto indica que, em certas esferas do conhecimento, o impulso para a ação é que torna os objetos do mundo acessíveis ao sujeito que age⁷³, assim como seleciona os elementos da realidade que participam da construção do pensamento.

Nestas formas de conhecimento, a exclusão do elemento volitivo faria desaparecer o conteúdo concreto a que se refere o pensamento. O objeto é analisado em um “[...] contexto permeado de valores e impulsos volitivos do inconsciente coletivo” (MANNHEIM, 1982, p. 33). As ciências sociais estudam as esferas do conhecimento nas quais participam os elementos volitivos, às quais caberia promover um novo tipo de objetividade, que leve em conta as valorações, de modo a percebê-las e controlá-las criticamente (MANNHEIM, 1982).

⁷² É isto que faculta a Ernest K. Bramsted e Hans Gerth (1953) afirmarem que, para Mannheim, pensar o social é usar uma perspectiva.

⁷³ “Todo conhecimento está orientado para algum objeto e é influenciado em sua aproximação pela natureza do objeto a que atende. Mas o modo de aproximação ao objeto a ser conhecido depende da natureza do conhecedor” (MANNHEIM, 1982, p. 112). Com isto o autor não cai no solipsismo, mas diz que há um condicionamento social na percepção dos objetos.

Mannheim (1982) aponta a ligação entre o pensamento e o grupo ao afirmar que o inconsciente coletivo condiciona o pensamento. A ideia de inconsciente coletivo não implica aqui a existência de uma entidade supratemporal que determina os indivíduos. Mannheim está focado nos condicionamentos estruturais da sociedade sobre as formas inconscientes e conscientes a que os indivíduos aderem no conjunto de experiências de seus grupos. Pode-se observar esta concepção no seguinte trecho:

Em regra, o pensamento humano não é motivado por um impulso contemplativo, uma vez que requer uma corrente subterrânea volitiva e emocional inconsciente que assegure, na vida grupal, uma orientação contínua em direção ao conhecimento. Precisamente porque conhecer é fundamentalmente um conhecer coletivo (o pensamento do indivíduo isolado é apenas um momento específico e um desenvolvimento recente), pressupõe uma comunidade de conhecer, que cresce a partir de uma comunidade de experiência formada no subconsciente. Entretanto, uma vez percebido o fato de que a maior parte do pensamento é erigida sobre uma base de ações coletivas, somos levados a reconhecer a força do inconsciente coletivo. A plena emergência do ponto-de-vista sociológico referente ao conhecimento traz consigo, inevitavelmente, o descobrimento gradativo do fundamento irracional do conhecimento racional (MANNHEIM, 1982, p.58)

Estes dizeres de Mannheim evidenciam que, para observar a produção social de conhecimento, não se pode separar o indivíduo da coletividade a partir da qual ele vivencia experiências e constrói suas formas de pensamento e questionamento. É necessária a análise da formação consciente de conhecimento fundamentada socialmente em tendências das experiências coletivas, as quais influem de modo inconsciente sobre a coletividade, tanto em suas relações coletivas quanto na formação de aspectos psicológicos, também não passíveis de separação.

A respeito da conexão de elementos psicológicos e sociais, enquanto elementos internos e externos⁷⁴, Mannheim (1982) afirma que a conexão das experiências pode ser melhor percebida, caso se consiga utilizar, principalmente por meio das experiências internas, uma compreensão simpática das motivações de

⁷⁴ Mannheim não questiona, como faz Elias (1994, 1999), se esta distinção de elementos internos e externos ao indivíduo toma como pressuposta a separação entre indivíduo e sociedade. Entretanto, ao fundamentar a ideia de que a constituição do pensamento ocorre a partir do conjunto de experiências do grupo, Mannheim se distancia desta divisão criticada por Elias.

certas ações. Entretanto, a psique também faz parte da realidade social; para entendê-la se faz necessária uma teoria da realidade, uma ontologia⁷⁵.

Mannheim (1982) afirma que o pensamento tem seu papel mais importante na orientação da conduta, e que toda decisão real implica em um juízo sobre o sentido da vida e da mente. A tentativa de intervir na realidade social recorre, mesmo que de maneira inconsciente, a significações ou valorações, sendo que mesmo uma análise científica tem implícita no seu fazer uma ontologia. Dessa maneira, Mannheim entende que os elementos valorativos constituem as diversas perspectivas na elaboração inconsciente do pensamento, na qual está implícita a formação de uma ontologia. As construções valorativas dos pensamentos se ordenam enquanto ontologias, mas não sendo este processo consciente.

A sobreposição da perspectiva de um grupo sobre outro, ou de uma perspectiva sobre outra em um mesmo grupo leva, no decorrer do tempo, implícita em si a formulação de outra ontologia diferente daquela que se tinha antes. Isto ocorre devido à necessidade desta fundamentação ontológica, se bem que não consciente, de um grupo, para que este construa concomitantemente a sua perspectiva social (MANNHEIM, 1982).

Os significados de determinada questão podem ser colocados de uma forma por um grupo e de maneira antagônica por outro. Estes significados cumprem a função social-psicológica de fixar a atenção daqueles grupos para definirem a situação na qual estão inseridos, e sobre a qual discordam. É a significação que ambos dão a esta situação que lhe permite constituir-se como uma relação, mesmo que antagônica, e a produzir-se distinção entre atividade e contra-atividade, de modo que se consiga articular os acontecimentos em um processo (MANNHEIM, 1982).

Ao se dar nomes a esses processos, perpetuamente fluidos, produz-se certa estabilização na observação dos aspectos enfatizados, deixando-se de lado outras organizações configuracionais que tenderiam a direções diferentes. Simplifica-se e unifica-se a multiplicidade da vida tendo em vista a ação (MANNHEIM, 1982).

⁷⁵ A respeito do desenvolvimento histórico de uma ontologia, Mannheim (1982) afirma que a ontologia religiosa que predominou na Idade Média, apesar de ter mantido certa força, visto que o objetivo religioso tem conteúdo concreto, perdera força com a dissolução daquelas estruturas sociais.

3.1.2 A Reformulação da Objetividade pela Análise das Valorações

A respeito da possibilidade de experimentar simpaticamente a conexão dos acontecimentos, Mannheim (1982), afirma ser possível fazê-lo através da análise dos significados, que podem ser experimentados simpaticamente ou pela estrutura motivacional e pelo contexto da experiência⁷⁶. Esta abordagem permite perceber que as significações ou valorações podem sempre se renovar de acordo com a estrutura social. Deste modo os significados se mostram no vir-a-ser da história, assim como o significado da história se mostra em seu vir-a-ser⁷⁷.

A investigação empírica busca analisar os processos que decorrem das interações entre significados dos grupos, sendo parte desta pesquisa, a extração dos significados objetivados, que só pode ocorrer através de perguntas àquela realidade. Como estas perguntas também são uma seleção de parte desta realidade, está implícita nela uma decisão a respeito do que perguntar e do que se deseja observar hipoteticamente na pesquisa. Esta decisão só pode ocorrer através de um juízo sobre a realidade, sendo ela também uma forma de tentar intervir naquela realidade. Deste modo o autor conclui que o esforço empírico nas ciências sociais só ocorre tendo base em juízos metafísicos, ontológicos, e meta-empíricos que permitem formular perguntas sobre a realidade (MANNHEIM, 1982).

⁷⁶ Mannheim (1962) afirma que os atos externos só podem ser percebidos pela consciência de maneira simpática. Louis Wirth (1982) no prefácio de **Ideologia e Utopia** afirma que diferente das ciências naturais, nas quais os atos podem ser percebidos puramente do exterior, nas ciências sociais os processos mentais e sociais só podem ser concebidos do interior, pois, por mais que se expressem de maneira física, tais processos só são apreendidos quando deles captamos os significados. Ele defende que se tome a introspecção como o cerne do conhecimento social, através do método, denominado por Cooley como introspecção simpática. Mannheim (1982) afirma que diferente das ciências naturais, que buscam fatos mensuráveis, as ciências sociais lidam também com significados e elementos incomensuráveis, o que não afeta sua objetividade, devido à possibilidade de compreender intimamente a interdependência recíproca dos elementos. Ele, mencionando Dilthey, chama esta abordagem de compreensão da interdependência primária de experiência, a qual visa tornar inteligível a interpenetração funcional e recíproca das experiências psíquicas e das situações sociais. Esta afirmação de Mannheim permite dizer que sua proposta passa por uma interpretação interna dos fenômenos analisados, mas sem perder de vista que estes não se produzem internamente nos sujeitos. Aqui cabe novamente o apontamento de Elias (1994); ele diz que a ideia segundo a qual o indivíduo existe enquanto um sujeito que se fecha sobre si mesmo, impede de analisar a sociogênese dos processos sociais. Cabe ressaltar que Mannheim atenta para diversos questionamentos similares aos colocados por Elias, como a interpenetração recíproca de fatores psicológicos e sociais, mas a não desmistificação desta relação interna e externa do sujeito, como se de fato existissem estes dois lados, não deixa de ser notada.

⁷⁷ O fato de ter atribuído à história não apenas um sentido, que se revela em seu fluxo, mas também um significado, indica que Mannheim concebia a história como portadora de um significado para além de si mesma, e, portanto, supra-histórico, em seu desenvolvimento. Este tipo de concepção de Mannheim será mais bem trabalhado em outro capítulo.

Implícita na afirmação de Mannheim de que existem pressupostos ontológicos e metafísicos na construção social do conhecimento está a concepção de que os seres humanos, ao se questionarem sobre a realidade, estarão inevitavelmente utilizando suposições ontológicas e metafísicas. Ou seja, estarão compreendendo os acontecimentos com base em uma suposição sobre a sua própria existência (humana) e sobre a participação dessa existência em um enquadramento maior no qual se relaciona com todas as outras existências.

Por exemplo, a concepção de que uma entidade divina rege o universo, tendo a humanidade como sua imagem e semelhança, pressupõe a existência humana como portadora de relações de poder maiores para com outros seres, derivada, todavia de uma entidade, à qual é submissa. Esta compreensão está ligada tanto a entendimentos ontológicos, na medida em que trata da questão da existência do ser humano, quanto a entendimentos metafísicos, por relacionar a existência humana com os outros seres e enquadrá-los em relações de poder. A concepção de que o mundo não possui sentido e é um conjunto de acontecimentos acidentais, dos quais surge a existência humana, contém o pressuposto ontológico da existência humana como fundamentada em um conjunto de acontecimentos acidentais que o gerou aleatoriamente, lhe permitindo servir-se de outros acontecimentos, colocados ao acaso e em condições de serem mais ou menos controláveis para a realização de determinados objetivos. Esta concepção contém a pressuposição metafísica de que há um conjunto de possibilidades de relações entre aquelas diversas existências. Tais possibilidades são limitadas e tomam rumos aleatórios.

Este exemplo em que se opõe uma interpretação de mundo religiosa, e outra possibilitada pelo desenvolvimento das ciências naturais a partir do século XVI, visou demonstrar como ambas fazem questionamentos sobre a existência humana e sobre as relações entre as diversas existências dos seres, levantando em vista disso questões ontológicas e metafísicas.

Após a constatação de que existem pressupostos ontológicos e metafísicos no pensamento, Mannheim (1982) se pergunta sobre a possibilidade de controlá-los⁷⁸. Mas afinal como saber que perspectiva é mais válida que a outra? A proposta

⁷⁸ Fernandes (1970) afirma que Mannheim se aproxima de Durkheim ao criticar o subjetivismo em busca da objetividade científica, mas dele se distancia, quando tenta utilizar aquele elemento subjetivo como forma de controle. Esta conclusão de Fernandes se deve ao fato de que Mannheim se esforça em saber como controlar os distintos níveis que entram na esfera da consciência, inclusive os elementos metafísicos. As consequências disto serão observadas de maneira aprofundada em outro parte desta monografia.

da sociologia do conhecimento de Mannheim vai dirigir-se a esta questão para responder que a validade da perspectiva está ligada a sua aplicabilidade naquele contexto histórico. Isto leva Mannheim a afirmar: “O pensamento deveria conter nem mais nem menos do que a realidade em cujo meio opera” (MANNHEIM, 1982, p. 124). Isso requer que o pesquisador realize uma aproximação à realidade, pois “[...] assim o elemento válido de nosso conhecimento se determina mais pela aproximação do que pelo afastamento da situação efetiva a ser compreendida” (MANNHEIM, 1982, p.124). Mannheim (1982) afirma que as perspectivas sociais precisam ser entendidas como valorativas e dinâmicas, porque a realidade é dinâmica; seus movimentos geram mudanças nas perspectivas.

As valorações existem como reguladoras da conduta dos indivíduos por serem termos de referência das experiências de grupo, porquanto as unidades de conduta existem em ligação com o sistema social (MANNHEIM, 1953). O autor enfatiza a ligação das valorações com o sistema social e as experiências de grupo, tendo em vista a vinculação das perspectivas sociais à realidade. Mannheim (1981) afirma que as perspectivas sociais existem como estruturas mentais objetivas, mas isso não significa que elas sejam universais, ou seja, uma perspectiva de um grupo não pode ser tomada como uma verdade em si. O fato desta estrutura transcender o indivíduo, significando que ela atua sobre mais de um indivíduo, não quer dizer que ela existe independente do indivíduo, já que depende da existência de uma coletividade.

A discussão sobre a vinculação das perspectivas à realidade e sobre o modo de apreendê-las cientificamente, leva Mannheim (1981) a propor uma perspectiva de objetividade, a qual ele chama de “[...] configuração estrutural histórica e dinâmica: um conceito que implica em um tipo de objetividade que começa no tempo, se desenvolve e se deteriora através do tempo, e está estritamente ligado à experiência e ao destino de grupos humanos concretos e é de fato produto de tais grupos” (MANNHEIM, 1981, p.104). Com isto ele aponta a interação e as experiências concretas dos grupos como determinadoras da objetividade. Isso significa que o que mede a validade de uma compreensão sobre a perspectiva de um grupo e sobre a interação deste com outro é a própria experiência e a interação concreta realizadas por estes grupos. Por isto o autor defende a utilização de um método simpático⁷⁹

⁷⁹ O uso de um método simpático, por Mannheim, decorre do constante questionamento sobre como obter uma análise científica das diversas perspectivas parciais, já que todas elas são valorativas como o é também o

para pesquisar os grupos, ou seja, um método que perceba as valorações produzidas por aquele grupo concreto. Mas este método simpático não quer dizer que provenha de uma análise subjetiva, ou seja pautada em elementos subjetivos. As perspectivas são ligadas à estrutura social e ao seu desenvolvimento no tempo; as valorações se transformam com a mudança na estrutura social⁸⁰.

Mannheim (1982) afirma que, a partir do momento em que a observação vê toda perspectiva social como derivada de uma posição social, se exige saber quais são estas derivações efetivamente, ignorando inclinações partidárias nesta investigação, ou seja, não se pode apontar as possíveis discordâncias ou concordâncias com aquela perspectiva. Esta análise não-valorativa necessita, entretanto, combinar-se com uma epistemologia, combinação que pode ter dois resultados, o relativismo ou o relacionismo.

O relativismo concebe a determinação social dos diversos pensamentos, mas operacionaliza esta constatação de maneira estática, de modo a considerar que toda perspectiva determinada socialmente e que, portanto, não é universal, não tem validade. Isto ocorre pela não-utilização da introspecção que possibilita os procedimentos das ciências sociais. Com isto pode-se questionar o relativismo, que toma a epistemologia de uma época como absoluta, de maneira a demonstrar que, contrariamente a esta perspectiva, a epistemologia é historicamente determinada e, portanto, pode ser modificada e, inclusive, é pressionada a isto para abarcar as concepções científicas que visam a situação social. A abordagem relacionista⁸¹ visa

próprio conhecimento científico produzido. A questão é como fazer um conhecimento que não favoreça a uma destas perspectivas de modo a distorcer a realidade, levando em consideração que não é possível realizar uma análise neutra. Tendo isto em vista, Mannheim (1982) propõe a sociologia do conhecimento como um meio de fazer uma síntese, que só poderá ser valorativa, das diversas perspectivas parciais, de modo a tornar-se o conhecimento mais válido daquela época.

⁸⁰ Ao visar a problemática da objetividade e da mudança social no decorrer do tempo, Mannheim (1982b) distingue uma razão estática, na qual a teoria do conhecimento, enquanto uma epistemologia formada, teria prevalência sobre a filosofia da história, o que significa que o conceito final de verdade seria absoluto e definido de uma única forma, e uma razão dinâmica, na qual as perspectivas influem na percepção dos fatos. O autor afirma que, como a análise possui elementos extra-teóricos, não é possível mediá-los enquanto a eles permanece ligado inconscientemente. Com isto ele critica a existência de uma epistemologia abstrata e estática, para defender a observação prática das relações e das fundamentações extra-teóricas das perspectivas nelas envolvidas. A oposição do autor a um tipo de razão, que coloca uma teoria estática sobre uma filosofia da história, decorre da defesa feita por ele, de uma análise que envolvesse uma filosofia da história. Esta perspectiva muda de forma, após este ensaio sobre o historicismo, como é possível verificar em **Homem e sociedade** (1962), na qual ele aponta o historicismo como carecendo de método científico, mas acompanha, de certo modo, o restante da obra de Mannheim.

⁸¹ "Relacionismo significa apenas que todos os elementos de significado em uma situação mantêm referência um ao outro e derivam sua significação desta recíproca inter-relação em dado quadro de pensamento" (MANNHEIM, 1982, p.112)

demonstrar que não se pode conceber o pensamento sem a observação do contexto social, “[...] pois o que é inteligível na história somente pode ser formulado com referência a problemas e construções conceptuais que emergem no fluxo da experiência histórica” (MANNHEIM, 1982, p.105).

A distinção entre a abordagem relativista e a relacionista demonstra que a análise não-valorativa possui lugar na análise, mas deve ser complementada por uma análise que entenda aquele contexto, o que só pode ser feito de modo valorativo (MANNHEIM, 1982). Trabalhemos então estas duas etapas da análise.

A análise não-valorativa tem como objetivo compreender o limite de cada perspectiva individual e o intercuro entre as distintas perspectivas no processo social, devendo-se estudar os elementos dos conhecimentos parciais em relação ao corpo de significação mais amplo e à estrutura da realidade histórica. Ela consegue perceber as relações entre uma posição social e uma perspectiva de modo que seja suficiente para demonstrar que esta não é universal. Este tipo de análise só se tornou viável por um desenvolvimento histórico recente em que começa a se tornar perceptível que não só o conteúdo do pensamento varia de uma cultura para outra ou de uma temporalidade para outra, mas também sua estrutura categórica, ou seja, os termos a que se recorre para entender aquela realidade, assim como se torna perceptível que tais mudanças ocorrem por causa de mudanças concretas nos grupos⁸² (MANNHEIM, 1982).

Mannheim (1982) afirma que a pesquisa não-valorativa é, entretanto, limitada, e por isto a investigação científica precisa questionar os elementos pressupostos na realidade histórica, e, como já foi exposto, ela só pode ser feita por meio de juízos valorativos⁸³. A análise não-valorativa é então apenas um primeiro passo para a valorativa.

⁸² Mannheim (1982) menciona o desenvolvimento da noção de valor, que passou do seu uso na economia para outras esferas, como a ética, a arte e a religião. Neste desenvolvimento se passa a observar estas esferas como possuidoras de valores objetivos, como valores que seriam escolhidos por indivíduos e grupos. Este racionalismo (ao qual Mannheim não adere) com o qual são entendidos os valores, só se tornou historicamente possível pela percepção de que não pode haver um elemento formal universal independente do conteúdo histórico em fluxo, ou seja, pela percepção da não-imutabilidade do universo e da ligação de valores a grupos sociais concretos.

⁸³ Mannheim (1961) afirma que, na construção das perspectivas dos grupos, não se separam os valores das coisas, formando-se hierarquias que qualificam certas coisas como boas e outras como más. Ele chega a elogiar a perspectiva científica que tenta neutralizar os pressupostos ontológicos, criadores dessas concepções, mas afirma que tal neutralização, por mais que produza valiosos resultados, torna a ação prática inviável, sendo necessário conseguir operacionalizá-la.

Não se pode perder de vista que a sociologia do conhecimento visa a superar a parcialidade dos conhecimentos e, por isto, não basta ao pesquisador adotar uma perspectiva social logo de início para conseguir realizar essa análise científica. O pesquisador necessita assimilar todas as perspectivas que compõem as contradições internas da situação social em que se encontra. Essa adoção das perspectivas conflitantes e contraditórias gera um pensamento dialético e flexível. Isto não implica na superação de todas as contradições, já que nem todas elas se apresentarão como conciliáveis, mas isto serve de motivação para a intervenção na realidade, já que se busca tornar consciente todo tipo de ambiguidade⁸⁴ da vida intelectual com o fito de controlá-las. Este procedimento permite um relacionismo dinâmico, que rejeita sistemas fechados de explicação (MANNHEIM, 1982).

3.2 A TOMADA DE CONSCIÊNCIA SOBRE AS TÉCNICAS SOCIAIS

Mannheim (1982) afirma que a passagem da análise não-valorativa para a valorativa não é um mero procedimento de pesquisa ao critério do pesquisador, mas sim uma exigência que lhe é colocada desde o início da observação, em razão da história só ser inteligível pela ênfase de alguns elementos em contraste com outros. Esta afirmação é fundamentada na concepção de que a investigação da história não deve apenas observar os acontecimentos como acidentais, mas sim buscar no estudo da “[...] totalidade do processo histórico, o papel, a importância e o significado⁸⁵ de cada elemento componente” (MANNHEIM, 1982, p.119). O autor aponta a importância de analisar estes aspectos com base em uma observação concreta, através de material acessível ao pesquisador, e não através de especulações. A investigação das diversas perspectivas sociais não mostra somente as diversas significações de um termo, mas visa através das variações destes termos alcançar um corte transversal da situação intelectual e social total da época pesquisada (MANNHEIM, 1982). Com isso ele busca meios de estudar a concretude

⁸⁴ Mannheim está-se referindo a questões que não se conciliam na síntese quando usa o termo ambiguidade. Como o significado de ambiguidade remete a uma certa variação momentânea de um sentido para outro, e não potencialidade, propriamente dita, de ir para duas direções. Parece que seria melhor utilizar o termo ambivalência para o sentido que lhe quis dar o autor. Mas como o termo usado por ele foi ambiguidade, preferiu-se mantê-la assim na exposição sobre seu pensamento.

⁸⁵ Como se analisará no último capítulo da monografia, esta busca por um significado da história tem fundamentações metafísicas.

histórica em mudança, através das diversas significações realizadas naquele contexto histórico.

Para entender a análise das significações feita por Mannheim é válido voltar a sua exposição feita no texto sobre o historicismo, a qual, como ressalta Yncera (1993), observa, nas perspectivas sobre a vida social, certa tendência para uma concepção mais dinâmica e consciente dos problemas vitais, visto que esta conduziria tais visões de mundo a perspectivas mais sociológicas. Este elemento é marcante na perspectiva do autor, pois, embora se afaste do historicismo, a sua observação referente a uma mudança histórica, que permite uma maior consciência dos problemas, continua a fundamentar a busca pelos meios de dominar esta conscientização⁸⁶.

Como já analisado, a polarização da sociedade em grupos gera conflitos que tornam mais difícil a ocorrência do ajustamento tradicional, ou da formação de um consentimento inconsciente deste ajustamento. Esta mudança implica uma situação diferente e novas possibilidades para ela. Para entendê-la é necessária a investigação das relações de poder que a constituem. Mannheim (1953), ao descrever a passagem das relações de poder pessoais para as organizadas, afirma que nas primeiras as relações de poder dão maior ou menor peso a uma personalidade que participa na relação, e deste modo constituem-se como uma forma de poder difusa e com controles pouco severos. O aumento dos controles ocorre à medida que aquela relação pessoal se torna um padrão, até o ponto em que os controles se constituam em normas e valores que tornam a conduta individual um reflexo destas.

Estas pressões sociais deixam de ser realizadas por relações pessoais e passam a ser realizadas por uma instituição sancionada pelos diversos grupos, de modo a integrar as sanções impostas à estrutura social. Este aumento dos controles é associado, pelo autor, à necessidade de cooperação organizada que se impõe para realizar funções na sociedade. Os controles passam a se constituir de modo mais funcional e menos pessoal. Isto também é associado às relações de poder, já

⁸⁶ O pragmatismo é outra perspectiva que o autor chega a elogiar, apontando-lhe limitações, mas, diferentemente do historicismo, não chega a fazer uma grande defesa dela. O elogio a esta perspectiva remete à percepção desta sobre o caráter de ajustamento do comportamento humano. Esta percepção, possibilitada pela sua constituição enquanto ideia de uma escola moderna, fundamenta a busca de um ajustamento consciente, ao invés de um inconsciente, como havia ocorrido em outros momentos da história (MANNHEIM, 1961).

que ocorre uma contínua identificação do poder com a função, isto é, o exercício do controle de uma função se distancia do controle pessoal, pois esta começa a determinar, por si mesma, as imposições sociais, que culminam na formação de técnicas de controle mais diferenciadas, em comparação com a maior indiferenciação destas nas relações pessoais de poder, estabilizando assim os papéis de dirigentes e seguidores. A diferenciação das técnicas de controle, assim como o aumento de sua intensidade no decorrer do desenvolvimento social, gera uma mudança no conceito de poder, que deixa de ser relativo à força em virtude da qual um indivíduo influi em outro e passa a se identificar com um controle social com finalidades coletivas (MANNHEIM, 1953).⁸⁷

O desenvolvimento dos controles sociais é explicado, por Mannheim (1953), pela diferenciação entre unidades comunais, nas quais as formas mais tradicionais e pessoais de poder se aplicam, e as unidades funcionais, que ganham importância sobre as primeiras com o desenvolvimento social e tem como característica o emprego das técnicas com mais racionalidade. O desenvolvimento propicia a definição de interesses e finalidades e possibilita transações entre unidades funcionais, que, não obstante os antagonismos, conseguem atuar em cooperação, realizando entre si um jogo limpo, de modo contrastante à busca por interesses egoísticos, ou seja, ligadas apenas a sua própria unidade, típica das unidades comunais. Para o autor, a mutuabilidade implícita na cooperação se desenvolve segundo tendências funcionais. Como exemplo, o aumento da ênfase sobre a solidariedade na educação é um destes fatores que possibilita uma maior racionalidade nas transações entre unidades.

A constituição de unidades funcionais dentro de uma sociedade não implica no desaparecimento súbito dos aspectos comunais de suas relações de poder, nem na ausência de interesses, mas sim no controle dos interesses sociais e das emoções através dos aspectos racionais, de maneira a permitir absorver os aspectos comunais. A questão reside em tornar racionais e controláveis tais aspectos, uma vez que os elementos tradicionais existentes nas comunidades, que tenham funcionalidade, podem ser mantidos no processo de mudança (MANNHEIM, 1953). Com isto o autor enfatiza a possibilidade de se utilizarem os aspectos

⁸⁷ Isto permite compreender por que Mannheim (1961) coloca o ajustamento como criador, porque este implica na liberação crescente e recíproca de energias entre uma situação e o ser humano. Esta concepção está associada ao aumento da diferenciação das técnicas de controle a partir do momento em que o exercício de funções sociais aumenta, de modo a modificar as relações de poder.

racionais, isto é, de controlar as técnicas sociais, para controlar os interesses e emoções dos diversos grupos.

Esta possibilidade de controle sobre os processos históricos torna-se um imperativo por ser necessário que a humanidade os controle para não ser levada pelas tendências da época (MANNHEIM, 1962). A possibilidade deste controle é fundamentada na ampliação do poder funcional, que permite controlar as instituições e organizações e, desse modo, controlar a conduta social (MANNHEIM, 1953). Mannheim (1962) afirma que a modificação nas técnicas sociais é que define os pontos estratégicos nos quais os sujeitos podem intervir.

O autor afirma que a possibilidade de tornar os controles sociais mais conscientes é uma oportunidade histórica, e que esta deveria ser aproveitada, pois a história mostra o risco de, em seu desdobramento futuro, se fechar a essas possibilidades voltando a ter uma aparência estática (MANNHEIM, 1982). Mannheim (1962) assinala como estas possibilidades de controle social não implicam na criação de forças sociais pelos indivíduos, mas sim na utilização da sua tendência geral⁸⁸.

A racionalização da vida social torna possível um processo de conscientização sobre a esfera irracional⁸⁹ do conflito político⁹⁰. Mannheim (1982) afirma que existe um ponto em que o movimento da vida se depara com uma crise, quando é forçada a voltar-se sobre si mesma. É neste momento que torna-se possível a tomada de consciência dos limites históricos da corrente política em que os sujeitos estão envolvidos. O ceticismo e o relativismo, gerados na desvalorização das diversas perspectivas políticas em conflito, geram uma possibilidade de autocontrole e de autocrítica, parecendo insuportável a manutenção de fatores inconscientes na vida social. Tal processo fundamenta uma nova objetividade que culmina na sociologia do conhecimento.

⁸⁸Mannheim (1962) afirma que a busca por adaptar o pensamento às necessidades do processo social gera uma ambivalência: um desgosto por intervir nas tendências desse processo e, ao mesmo tempo, o gosto pela aventura de fazê-lo.

⁸⁹ Mannheim (1982) se utiliza da distinção entre uma esfera rotinizada, racional e uma esfera irracional, para dizer que os processos políticos, principalmente os de dominação e competição, estão fortemente vinculados à esfera irracional.

⁹⁰ Mannheim (1982) afirma que o surgimento das ciências sociais ocorreria nesse período, devido à busca de uso científico de conhecimento pelas diversas perspectivas.

3.3 POLARIZAÇÃO POLÍTICA E FORMULAÇÃO DE PERSPECTIVAS ANTAGÔNICAS

Yncera (1993) enfatiza que, para Mannheim, após a dissolução da visão medieval religiosa, a luta política teria se tornado a esfera social em que as correntes da vida social ficam mais nítidas. Isto porque as diferentes correntes políticas tentam colocar sua visão de mundo em prática ocorrendo, em relação ao período anterior, uma fragmentação no âmbito das interpretações públicas da realidade. Existem modalidades históricas de interpretação pública, não sendo esta sempre fragmentária em diversas correntes, já que há períodos em que a história se coloca como monopolizada, como ocorreu na época medieval. Por isto, a análise das ideias políticas na história se torna possível e fundamental para uma apreensão global do contexto, apenas em uma sociedade em que haja consciência sobre estes conflitos políticos.

A existência de diversas perspectivas políticas não implica na inexistência de conexões entre elas. Mannheim utiliza-se da concepção de Heidegger de sujeito coletivo impessoal, para apontar a existência de uma interpretação pública que prevalece, de maneira a permitir uma visão unitária de mundo que faz com que os sujeitos observem as coisas como pré-concebidas. É importante ressaltar que visão unitária não significa visão unilateral; a primeira se refere apenas à possibilidade de comunicação entre as diversas correntes de pensamento devido a certa unicidade de pré-concepções. Ele enfatiza que, se o filósofo pode contentar-se em chegar a este sujeito coletivo impessoal, o sociólogo tem de ir além e observar como este sujeito foi formulado na história. A síntese, que pode realizar a complementação entre as diversas perspectivas, é uma tarefa política, já que a complementaridade de perspectivas não surge de uma atividade contemplativa e espontânea, mas de uma atividade orientada a modificar a realidade e, portanto, política⁹¹. (YNCERA, 1993)⁹².

⁹¹ Florestan Fernandes (1970) afirma que, para Mannheim, a política não existe separada como técnica social e como ciência, mas apenas como forma adequada de conhecimento que possibilita usar de meios racionais para acelerar a mudança social em um sentido desejado. Esta concepção possibilitaria à sociologia produzir a síntese mais completa de uma época, ao apreender os elementos tendentes de mudança de um contexto.

⁹² Esta concepção está em ensaios anteriores à publicação de **Ideologia e Utopia** (1982) e é uma reelaboração do problema da síntese para o autor. Ele afirmava, em ensaios anteriores a seu texto sobre o historicismo, que a síntese filosófica não era possível em sua época. Isto porque as sínteses seriam possíveis apenas em épocas criativamente infecundas. Com isto assinalava que aquele era um período de grande criatividade, e que este elemento inovador estava justamente em conseguir fazer o pensamento se voltar às estruturas, o que permitiria, posteriormente, uma nova síntese filosófica (YNCERA, 1993). Cabe lembrar que Mannheim muda sua preocupação filosófica para uma mais sociopolítica em escritos posteriores. Assim ele passa a perceber

A busca por formular uma síntese das perspectivas leva o autor ao estudo dos estilos de pensamento. Já em seu texto sobre o conservadorismo, Mannheim (1981) propõe a análise do crescimento, desenvolvimento, fusão e desaparecimento destes estilos como forma de analisar a história do pensamento. Mannheim enfatiza que o pensamento é parte do processo social, não possível de ser entendido como uma entidade que desce sobre a humanidade, assim como não pode ser entendido como produzido por personalidades geniais. Com isso o autor afirma que o pensamento individual só ganha sentido em contraste com o pano de fundo dos estilos de pensamento. Com isso ele defende uma análise intermediária que não foque só em indivíduos que produzem conhecimento ou somente nos pensamentos como entidades abstratas, mas leve em conta os aspectos concretos e históricos dos grupos que são seus portadores.

Mannheim (1982) afirma que, se o indivíduo é o único ser capaz de pensar - inexistente uma entidade metafísica que pense - isto não significa que seja correto dizer que ele pensa isoladamente, sendo mais coerente afirmar que o indivíduo “[...] participa do pensar acrescentando(-se) [algo] ao que outros homens pensaram antes dele” (MANNHEIM, 1982, p. 31). Ele tenta reelaborar os modos de reação herdados para que se adéquem às novas situações enfrentadas. Os estilos de pensamento são produzidos coletivamente, por indivíduos em uma posição comum⁹³, sendo respostas a problemas concretos (MANNHEIM, 1982). Com isto Mannheim indica que o pensamento, ao se reelaborar sobre elaborações sociais passadas, é cumulativo.

Os estilos de pensamento abarcam mais de uma forma de expressão de seus portadores; o conceito não remete apenas às expressões teóricas, mas a toda personalidade destes sujeitos em suas expressões artísticas, políticas, filosóficas ou outras. Com isto, a análise visa conseguir apreender a dinâmica concreta que está por trás da mudança destes vários modos de expressão. À esta dinâmica que deve ser buscada, Mannheim atribui o nome de intenção básica do estilo de pensamento⁹⁴ (MANNHEIM, 1981). Para entender esta intenção básica se faz

como esta observação referente às estruturas sociais passa a formar a possibilidade de um processo consciente de mudança social, através de uma síntese das perspectivas.

⁹³ Os indivíduos estão duplamente pré-determinados ao crescer em uma sociedade: por encontrarem uma situação pronta e por se depararem com padrões de conduta e pensamento já formados (MANNHEIM, 1982).

⁹⁴ O termo estilos de pensamento tem inspiração na investigação dos estilos artísticos realizada pela história da arte. Também neste ramo, o desenvolvimento científico está ligado à busca de um elemento, uma motivação

necessário discutir antes como se formularam as perspectivas sociais enquanto ideologias e utopias.

A análise dos estilos de pensamento é possibilitada na mesma época histórica que permite aos grupos tomarem alguma consciência de seus conflitos políticos. Estes acontecimentos são conectados historicamente, já que Mannheim (1981) afirma que os fatores políticos só se tornam conscientes em uma sociedade de classes, visto haver nesta maior diferenciação social, na qual o pensamento é forçado a seguir o caráter dinâmico da sociedade, de modo a produzir cosmovisões antagônicas. A reflexão sobre os conflitos necessita manter-se, cada vez mais, em plano consciente, fazendo assim que os grupos elaborem suas visões de mundo em ideologias. Fica implícito, nesta concepção, que as ideologias são perspectivas elaboradas apenas num estágio histórico em que os conflitos políticos⁹⁵ passam a ser apreendidos de modo mais consciente.

3.4 IDEOLOGIA E UTOPIA

O conceito de ideologia reflete uma descoberta ocorrida no conflito político: a de que os grupos dominantes ligam-se tão intensamente aos seus interesses que não são capazes de ver certos fatos cuja consciência poderia solapar seu senso de dominação. O inconsciente coletivo destes grupos tenta mascarar a realidade tanto para eles próprios, quanto para os outros grupos. Uma outra descoberta do conflito político é a utopia: esta remete ao interesse de grupos dominados na destruição e transformação de uma ordem social. Com essa finalidade, tais grupos passam a ver apenas os elementos que tendem a negar a situação em que a sociedade se encontra, não conseguindo compreendê-la claramente, uma vez que seu inconsciente coletivo nega tudo que tenderia a contrariar seu desejo de mudar a sociedade (MANNHEIM, 1982).

artística, que está por trás dos diversos estilos. Isso permite analisar uma obra a partir desta motivação e enquadrá-la ao estilo a que pertence (MANNHEIM, 1981).

⁹⁵ Fernandes (1970) enfatiza que Mannheim atribui um caráter imanente às ideologias ao apontar que estas surgem do confronto entre interesses na vida social. Cabe ressaltar que, em seu ensaio sobre o conservadorismo, Mannheim (1981) afirma que este estilo de pensamento não pode ser tomado como formulado *a priori*, ou como algo que se impõe externamente aos indivíduos, já que ele consiste em uma estrutura mental objetiva produzida nas interações dos sujeitos que compõem os grupos entrelaçados em relações de poder.

O conflito político fez com que grupos começassem a acusarem-se uns aos outros de estarem vinculando ideologias. Mas os usos deste termo variaram no tempo: inicialmente, acusava-se o opositor em disputas políticas, afirmando-se que ele teria algum interesse em não deixar clara uma situação social. Esta é a concepção particular de ideologia, na qual se acusa o conteúdo de alguns elementos das ideias expostas pelo opositor, de modo a gerar uma análise em um nível psicológico do indivíduo a que se opõe (MANNHEIM, 1982).

Mannheim (1982) afirma que esta concepção particular de ideologia se transforma na concepção total de ideologia, na qual se focam as estruturas totais da mente, seja de uma época seja de um grupo. Ela põe em questão a cosmovisão do opositor, questionando não só o conteúdo do pensamento mas também o aparato conceitual usado. Esta concepção sai do psicologismo da visão particular de ideologia e, diferentemente desta, não acredita que se poderiam usar termos neutros para solucionar uma oposição entre dois indivíduos que discordam nos conteúdos das ideias. O autor afirma: “Atingimos (a) um nível teórico ou psicológico⁹⁶ sempre que consideramos não apenas o conteúdo, mas igualmente a forma, e, mesmo, a estrutura conceitual de um modo de pensamento, como uma função da situação de vida de um pensador” (MANNHEIM, 1982, p.83). Com esta afirmação o autor concebe a passagem de uma concepção, que vê um conflito de psicologia de interesses, para uma que faz uma análise funcional das estruturas do opositor, mesmo não conseguindo alcançar uma relação causal entre elas. As duas concepções têm como foco demonstrar que seus opositores produzem ideias como uma função de sua existência social⁹⁷ (MANNHEIM, 1982).

Ao analisar o desenvolvimento do termo ideologia, Mannheim (1982) demonstra como este começa a ser utilizado por Napoleão contra alguns opositores aos quais ele rotulou de ideólogos. A palavra tomou então um sentido pejorativo direcionado a grupos políticos opositores, tentando-se com ela significar que tais grupos não teriam uma concepção clara da realidade e de como intervir praticamente nesta. A acusação feita é, portanto, epistemológica e ontológica. Esta

⁹⁶ Mannheim está-se referindo, com este termo, aos desdobramentos mentais ou cognitivos das concepções dos sujeitos. Entretanto, o autor não adota a perspectiva de que o desenvolvimento destas ocorre separadamente da realidade social.

⁹⁷ Mannheim (1982) enfatiza que não se pode conceber uma ideologia como produzida por um único indivíduo. As ideologias são produzidas como sistemas de pensamento, como totalidades, que são mais do que a soma das partes fragmentárias dos indivíduos daqueles grupos.

concepção se generaliza até a sua apropriação pelo marxismo e pelos proletários em luta, que passam a acusar as classes dominantes de ideológicas. A generalização do uso do termo faz, entretanto, com que não sobre nenhum grupo social, inclusive os proletários, que não sejam acusados de serem ideológicos. Isto faz uma diferença de grau entre os grupos se transformar em uma diferença de natureza, já que todos os elementos que compõem significado estão modificados, o que permite questionar a existência de uma ontologia e uma epistemologia única⁹⁸.

Com a acusação generalizada de que os pensamentos são ideológicos cria-se uma tendência, difícil de sustar, na qual não se acusam apenas os opositores mas também se enquadram o próprio pensamento e todos os outros em todas as épocas, como tendo caráter ideológico. Desta maneira se passa de uma formulação restrita de ideologia para uma concepção genérica⁹⁹. A formulação genérica de uma concepção total de ideologia promove a passagem de uma teoria simples da ideologia para uma sociologia do conhecimento¹⁰⁰ (MANNHEIM, 1982).

O processo de elaboração das diversas perspectivas sociais no confronto político torna evidente que as ideologias não são meramente formas irracionais, mas como Mannheim (1953) as concebe, são formas de tornar o pensamento sobre estes conflitos mais consciente. Disto resulta que estas são tentativas de racionalizar os elementos irracionais, e por mais parciais que sejam as tentativas para racionalizá-

⁹⁸ Munõz (1993) ressalta que Mannheim não desemboca em novos problemas epistemológicos, mas partindo de problemas epistemológicos já colocados e discutidos em sua época para e utilizando a concepção de que o pensamento é um objeto e uma parte dentro da totalidade da realidade, busca uma solução. Fernandes (1970) diz, sobre o questionamento que Mannheim faz à epistemologia da época, que o autor unifica as duas dimensões da ciência, a do método e a da técnica social, de modo a pensá-las em termos da realidade.

⁹⁹ Ao se referir a este desenvolvimento do termo ideologia, o autor observa uma elaboração histórica de conflitos políticos, nos quais mesmo grupos ascendentes são acusados de ideológicos. Isto pode gerar certa confusão com a definição já dada dos termos ideologia e utopia, mas cumpre esclarecer, que o processo descrito se refere a uma acusação que grupos ascendentes fazem à dominantes na medida em que o conceito de ideologia foi utilizado pelo marxismo e pela classe proletária, sendo a situação de generalização um desdobramento histórico que torna a formulação da sociologia do conhecimento necessária. Sobre o desdobramento da utilização do termo utopia, Mannheim (1982) afirma que os grupos dominantes vão passar a utilizar o termo para se referir a pensamentos que não são concebíveis dentro da ordem social em que se encontram, mas fazendo isto em termos absolutos, isto é, como se aquela maneira dos estratos ascendentes pensar fosse inviável em toda ordem social, visto que cumpre à sociologia do conhecimento diferenciar este conceito de utopia absoluta do de utopia relativa, que remete a formas de pensar inviáveis apenas dentro de uma determinada ordem social.

¹⁰⁰ Desta formulação da sociologia do conhecimento é que se operacionaliza a análise não-valorativa e valorativa do pensamento, como já descrito.

los, estas alcançam concepções que só podem ser percebidas através daquela perspectiva adotada e que fundamentam um esforço de síntese¹⁰¹.

Mannheim (1982) enfatiza que o conflito político habilita os sujeitos a se perceberem como parte de uma corrente de confrontos políticos e de pensamento. Os estilos de pensamento produzidos, na tentativa de racionalizar a irracionalidade do processo político, expressam os limites das posições sociais de seus portadores. Deste modo, o autor assinala, por exemplo, como o pensamento socialista teve início no ponto em que o pensamento liberal burguês encontrou suas limitações. Os desdobramentos das perspectivas sociais constituem um processo em que o horizonte de visão dos sujeitos tende a ser ampliado, mesmo que de modo a continuarem com uma visão parcial da realidade social.

O autor, por mais que aponte o aumento da amplitude de visão dos grupos a qual se constitui sobre os limites da dos outros, afirma que as utopias¹⁰² dos diversos grupos não se concretizam em uma filiação unilinear, constituem-se conjuntamente em contrautopias, referindo-se necessariamente umas às outras nos confrontos práticos de seus portadores (MANNHEIM, 1982).

Mannheim (1982) afirma que a análise da utopia não pode interromper-se na observação da existência do elemento utópico, tido como um conteúdo, em determinadas perspectivas sociais. Ele aponta a necessidade da sociologia do conhecimento elaborar uma análise da mentalidade utópica. Esta se constituiria enquanto a prevalência de uma utopia nos diversos campos da mentalidade de um grupo. Este elemento utópico modela a maneira com a qual se experimenta o tempo, mentalidade que ordena tanto os elementos passados, quanto os presentes na percepção daquele grupo; tal ordenação é fundamental para entender como, na perspectiva daquela mentalidade, os acontecimentos são relacionados à totalidade histórica que os condiciona.

Mannheim (1982) analisa o desenvolvimento histórico destas mentalidades e suas concepções de tempo vinculadas as suas posições sociais. Ele afirma que no período pós-medieval, as classes mais baixas, gradativamente, foram-se tornando

¹⁰¹ Estes estilos de pensamento se formulam de maneira dinâmica, de modo que Mannheim (1981) afirma que eles não podem ser encarados como formulações acabadas, mas como impulsos se transformando continuamente em pensamento.

¹⁰² O comentário, por mais que se refira às utopias, é válido também as ideologias, já que o processo que está no centro da discussão é o da elaboração de uma perspectiva no confronto político, com fins de orientação prática.

conscientes de sua importância política e social, o que ocorre concomitantemente à formulação de mentalidades utópicas por parte destas, as quais geraram reações entre os grupos dominantes¹⁰³. O autor afirma que a mentalidade conservadora, que atuava de modo inconsciente e sem possuir nenhuma utopia, se vê forçada, pelas mentalidades utópicas dos grupos ascendentes, a se questionar sobre sua própria posição social, o que faz com que seus portadores tenham de elaborar um pensamento consciente sobre o processo histórico e uma contrautopia como meio de orientação e defesa¹⁰⁴. Isto só ocorreu devido à pressão das classes ascendentes que deram expressão às suas contraideologias.

A concepção de Mannheim de que existem contrautopias nos grupos dominantes e contraideologias nos ascendentes evidencia que ideologias e utopias não se configuram simplesmente como processos contrários, mas como um conjunto de perspectivas formuladas em um mesmo contexto histórico. Do mesmo modo que uma ideologia se orienta à outra de um outro grupo devido a uma disputa política, também o fazem as utopias. Desta maneira os estratos dominantes não chegam a virar utópicos ou os ascendentes ideológicos, em seus respectivos estilos de pensamento, mas nestes coexistem elementos valorativos em uma mentalidade que percebe os acontecimentos referidos à totalidade do contexto histórico, de modo que se apóiam formulações ideológicas e utópicas nos diferentes grupos¹⁰⁵.

Mannheim (1982) afirma que à perspectiva nova, vinda das camadas ascendentes, tende a ditar o ritmo e a forma da luta. Mas isto não implica que a

¹⁰³ Mannheim analisa as seguintes mentalidades: o quiliasma dos anabatistas, a liberal, a conservadora e a socialista. Não se descreverá cada uma delas por questão do recorte desta pesquisa.

¹⁰⁴ Mannheim (1981) demonstra como esta virada para uma concepção mais consciente da mudança força o conservadorismo mais arcaico, que buscava fazer a roda da história voltar para trás, quando se sentia ameaçado a desaparecer e a se reformular em um conservadorismo que aceita-se a dinamicidade da vida social, mesmo mantendo concepções conservadoras sobre esta. O autor também ressalta como a presença de uma classe média com um papel moderador é importante para fomentar a síntese nestes conflitos. A inexistência destas faz com que haja uma tendência a um conservadorismo extremado naquela sociedade. Esta afirmação carrega implicitamente a concepção de que as classes médias e altas, quando tendem à racionalidade, conseguem controlar o perigo da irracionalidade vinda dos grupos ascendentes.

¹⁰⁵ A dinâmica destas relações também se encontra na observação da maneira como se articulam os elementos racionais e irracionais em cada perspectiva. Mannheim (1982) chega a fazer uma descrição destes elementos no desenvolvimento de diversas perspectivas (conservadorismo burocrático, historicismo conservador, pensamento liberal-democrático burguês, concepção socialista-comunista e fascismo), nas quais demonstra uma modificação histórica tendente a uma percepção mais consciente do processo histórico. Esta análise ajuda a compreender a discussão colocada sobre a complementaridade das diversas perspectivas no processo histórico, mas não será descrita porque o recorte da pesquisa não permite um prolongamento nesta parte da pesquisa.

perspectiva velha desapareça subitamente mas, guiada por aquela, se transforma e se acomoda ao nível recentemente alcançado por seu opositor¹⁰⁶.

3.5 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO, COMPLEMENTARIDADE E SÍNTESE DAS PERSPECTIVAS

A sociologia do conhecimento busca formular uma nova consciência, mas esta não deve ser confundida com consciência de classe, que “[...] é o mundo social visto sob a perspectiva de um grupo que quer brigar” (MANNHEIM, 1961, p. 73), ou seja, é a percepção da ligação das classes a fatores em disputa, mas ainda é uma percepção parcial da situação. A consciência a ser promovida pela sociologia do conhecimento deve visar a situação total, confrontando e integrando as diversas experiências parciais¹⁰⁷ na promoção de uma síntese (MANNHEIM, 1961).

A sociologia do conhecimento opera com a particularização das perspectivas sociais, de modo que não demonstra apenas a sua relação com as posições sociais, como é feito quando essas são abordadas de modo relacionista, mas passa a redefinir o alcance e os limites das perspectivas, de modo a determinar sua validade para a síntese¹⁰⁸. Esta abordagem não permite chegar a uma verdade supratemporal sobre a realidade social, mas permite determinar os condicionantes da possibilidade da nova integração das perspectivas, a qual contém delimitadas e

¹⁰⁶ Com base nesta concepção Mannheim (1982) afirma que cada nova elaboração de uma utopia em um processo de desenvolvimento tende a ter mais proximidade ao processo histórico concreto. Com isto, o autor aponta a tendência de um pensamento ascendente de alto teor utópico se afastar desta abstração utópica e se aproximar da concretude conservadora, que se concentra em detalhes, na medida em que os grupos portadores deste sejam favorecidos pela mudança. Assim estas formas de pensamento utópico perdem sua vitalidade, tendendo para uma situação em que as perspectivas se deparam com certo relativismo e com certo ceticismo sobre a realidade social. Esta tendência contém o efeito positivo de se afastar do utopismo, mas confere a problemática de fomentar perspectivas que tentam não fomentar novas formas valorativas de pensamento. Este procedimento demarca uma grande diferença entre as ideologias e as utopias: enquanto o desmascaramento das primeiras sempre permite uma maior autoconsciência do processo histórico, o enfraquecimento das utopias pode resultar em concepções que se distanciam da apreensão do conteúdo da vida, que necessita das valorações. Tal situação, em sua forma extrema, geraria o paradoxo de uma jornada humana que racionaliza extremamente seu pensamento mas, não mais intervindo com sua vontade na história, perde a capacidade de plasmar a história e, portanto, de compreendê-la. Mannheim diz que os setores ascendentes tendem a manter viva esta concepção utópica, por mais que haja tendências contrárias, que contribuem para a continuação dos confrontos políticos. O autor também esclarece que o processo capaz de resolver tal problema é a síntese das perspectivas.

¹⁰⁷ Mannheim (1962), remetendo-se a estas experiências parciais, afirma que o pensamento político elabora conceitos *ad hoc*, que remetem parcialmente a um contexto, mas que não conseguem abranger a totalidade.

¹⁰⁸ Mannheim aponta critérios para caracterizar uma perspectiva os quais são: “[...] análise do significado dos conceitos utilizado[s]; o fenômeno do contraconceito; a ausência de certos conceitos; a estrutura do aparato categórico; os modelos dominantes de pensamento; o nível de abstração; e a ontologia pressuposta.” (MANNHEIM, 1982, p. 294).

particularizadas limitações, mas realiza uma síntese em um nível mais elevado do que o anterior, e assim alcança o horizonte de visão mais amplo possível daquela época¹⁰⁹ (MANNHEIM, 1982).

Mannheim (1982) afirma que, para elencar os elementos válidos de uma perspectiva, e desta forma fazer uma análise objetiva, é possível realizar a tradução de uma perspectiva por outra, e encontrar denominadores comuns entre elas. O autor afirma que esta possibilidade epistemológica contrasta com a tentativa de neutralização das perspectivas, realizada em sua particularização na sociologia formal, que tenta enquadrar estas perspectivas cada vez em um horizonte mais amplo e entendê-las em suas funções. Esta formulação deixaria um perspectivismo qualitativo em segundo plano. O autor afirma que não é possível optar por uma destas duas concepções epistemológicas, mas ao descrever o caráter valorativo da síntese, fica nítido que não é possível fugir da concepção perspectivista. A relutância em apontar este caminho epistemológico pode ser entendida como decorrente do uso que o autor faz de modos estáticos de análise em determinados momentos da pesquisa.

O fato de Mannheim buscar a síntese das perspectivas depois que estas tiverem suas antinomias agudizadas, demonstra que ele as compreende como possuidoras de antagonismos e ambivalências, de modo a não serem irreconciliáveis e, por conseguinte, passíveis de uma reelaboração. Contida nesta interpretação de Mannheim, presente em seu método simpático, está a questão da complementaridade das perspectivas na realidade social.

A complementaridade das perspectivas é possibilitada pelo fato das perspectivas sociais em disputa emergirem da mesma corrente social e histórica, e “[...] já que sua parcialidade existe na matriz de um todo emergente, é possível vê-los em justaposição, e sua síntese se torna um problema que deve ser continuamente reformulado e resolvido” (MANNHEIM, 1982, p.176). Esta percepção leva Mannheim (1982) a defender uma síntese dinâmica, que busca formular a visão

¹⁰⁹ Mannheim (1982) afirma que a parcialidade dos conhecimentos e a complementaridade destes permite tomar a política como uma ciência, mas não de partido, ou seja, unilateral, e sim de conjunto, levando-se em conta a totalidade. Fernandes (1970), comentando esta obra, afirma que a política não pode ser entendida como uma ciência no estilo das ciências naturais, já que o conhecimento sociológico serve para auxiliar a política, que visa a ação prática. O próprio Mannheim (1962) assinala isto ao afirmar que a análise sociológica deve se limitar a analisar as técnicas sociais, enquanto a formulação de táticas fica para a política, na qual o jogo é oscilante.

mais ampla de uma época, mas aberta a reformulações no decorrer do tempo¹¹⁰. Cada síntese, ao englobar as forças sociais de sua época prepararia o terreno para a síntese subsequente, a qual apreenderia os resultados¹¹¹ de todas as precedentes.

A ampliação dos horizontes políticos, exigida pela síntese, precisa utilizar de uma mediação intelectual dinâmica, que não nega a presença de valorações em seu pensamento mas, ao percebê-los, os faz recuar no próprio pensamento, de modo a permitir uma visão mais compreensiva exigida para um maior domínio intelectual do mundo. A sociologia do conhecimento não elimina a necessidade de tomar decisões e, portanto, de utilizar valorações, mas amplia o campo de visão que permite tomar decisões utilizando uma perspectiva mais racional¹¹². Este processo corresponde a uma contínua diminuição de fatores desconhecidos que agem sobre as decisões, possibilitando um maior controle do “eu” e permitindo ao sujeito mais liberdade ao não condicioná-lo a determinações inconscientes¹¹³. Esta passagem de fatores inconscientes a consciência se explica pela diminuição da esfera irracional em detrimento do aumento da esfera racionalizável ou racionalmente controlada da vida social¹¹⁴ (MANNHEIM, 1982).

¹¹⁰ Fernandes (1970) explica como o esforço científico começa justamente no ponto em que param as sínteses dialéticas parciais das diversas camadas sociais. Com isto ele sugere a fundamentação das ideologias e utopias para a formulação de uma síntese que opere através de um esforço racional. A operacionalização desta não implica em uma ruptura definitiva com o passado, já que ela se aproveita dos métodos de intervenção herdados. Tal afirmação dialoga com a concepção de Mannheim (1982) segundo a qual as tentativas de síntese parciais indicariam caminhos para a formulação de uma síntese que englobasse as diversas tendências de uma época.

¹¹¹ A respeito desta apreensão dos resultados das outras sínteses, cabe enfatizar o apontamento feito por Foracchi (1982), sobre a ideia de que a síntese não é mera justaposição ou reformulação de conhecimentos, mas é operacionalizada na base formal do conhecimento. De modo que as tendências integradoras da sociedade permitem a síntese, não apenas no plano dos resultados ou conteúdos, mas na base da apreensão intelectual do conteúdo.

¹¹² A respeito disto, Yncera (1993) diz que este esforço racional de síntese não leva Mannheim a deixar de considerar a síntese como uma tarefa política e não apenas intelectual.

¹¹³ Mannheim (1982) afirma que a superação dos condicionantes inconscientes condiz com um processo de superação de uma concepção fatalista de mundo. Ele afirma que esta teria se iniciado em uma época na qual se julgavam as condições sociais como inalteráveis em decorrência de poderes acima da sociedade. Esta visão se reformulou em uma concepção em que o sujeito via a possibilidade de determinar alguns acontecimentos imediatos, mas sem controlar as consequências. Ela estaria passando por mais um momento de mudança, no período em que o autor escrevia. Nesse período o fato de algumas relações sociais serem pré-dizíveis possibilitaria uma ética da responsabilidade, na qual as ações deveriam levar em conta suas consequências, na prática de um constante autoexame crítico da consciência. Esta formulação de política que permite uma intervenção racional e ética, foi, segundo Mannheim, formulada primeiramente por Max Weber

¹¹⁴ Fernandes (1970) afirma que Mannheim partilhava da crença de que, em sua época, ocorria um aumento da racionalidade na vida social, que concedia um papel central à ciência na determinação dos rumos da sociedade. Esta crença demonstrou-se insustentada nos desdobramentos históricos que ocorreram posteriormente aos escritos do autor.

A questão da busca de uma intenção básica na análise dos estilos de pensamento implica em um método que, fundamentado nas concepções já apresentadas sobre a complementaridade das perspectivas, seja capaz de alcançá-la. Mannheim (1982) utiliza o método da imputação, que ocorre em dois níveis: no primeiro se reconstrói um estilo de pensamento relacionando-se determinadas expressões e registros de pensamento como expressões de uma cosmovisão, enquanto no segundo nível recorre-se à primeira formulação como um tipo ideal, que deve ser relacionado às situações concretas. Esta observação permitiria a reconstrução do desenvolvimento dos estilos de pensamento analisados e, como consequência, a percepção das forças sociais que operam a história do pensamento. Feito este primeiro procedimento, restaria ainda fazer uma imputação sociológica, que buscasse perceber as conexões entre estes desdobramentos do pensamento e as mudanças nas estruturas sociais.

Este procedimento adotado por Mannheim separa um primeiro momento de classificação descritiva e enquadramento empírico de estilos de pensamento de um segundo momento no qual se tenta perceber as variações deste em relação às estruturas sociais em mudança¹¹⁵. Ao, fazer tal procedimento, o autor se atém mais aos entrecosques dos pensamentos do que aos conflitos sociais concretos, pois analisa os primeiros como condição para a interpretação dos segundos, de modo que perde de vista a interdependência entre eles na configuração histórica, devido ao fato de não observá-los conjuntamente. As significações elaboradas pelos grupos sociais, ao não serem analisadas em um mesmo plano que as interações destes grupos nas relações de poder, ganham uma autonomia inexistente na realidade social. Como se verá adiante, isto é utilizado pelo autor para pressupor a possibilidade do controle das tendências inerentes a estes estilos de pensamento por um pequeno grupo que tem autonomia relativa diante dos demais¹¹⁶.

A contribuição mais valiosa desta formulação de Mannheim para o raciocínio sociológico está no fato de a percepção da complementaridade das perspectivas

¹¹⁵ Este procedimento já é indicado, de modo não sistemático, na obra de Mannheim (1981) sobre o conservadorismo, na qual ele defende uma primeira análise do conservadorismo, como se este fosse um estilo finalizado, a fim de conseguir analisar seus traços fundamentais, para depois realizar uma segunda análise que observasse o seu desenvolvimento histórico.

¹¹⁶ Munõz (1993) afirma que, por mais que Mannheim não separe ontologicamente as constelações sociais e as cosmovisões, não separando pensamento e realidade, e sim considerando-as como constituidoras de uma totalidade de totalidades, ele acaba por realizar mais uma análise de grupos ideológicos do que de grupos sociais concretos.

sociais, vinculadas a grupos concretos, permitir uma análise de totalidade e, por conseguinte, a elaboração de métodos hermenêuticos que operacionalizem elementos irracionais e racionais das perspectivas, determinadas socio-históricamente, em relação a um contexto concreto.

3.6 A CAMADA DOS INTELECTUAIS

A síntese das perspectivas não pode ser efetuada por nenhum dos portadores que tenham visões parciais da realidade. Então, o grupo que pode realizar tal síntese precisa ser capaz de não defender nenhuma perspectiva de maneira unilateral, e, ao mesmo tempo, apreender os elementos válidos de todas elas, vinculando-se aos problemas vitais da época¹¹⁷. Mannheim aponta que este grupo é a camada dos intelectuais¹¹⁸, a qual não pode ser compreendida como uma classe social nem agir como tal, devido à falta de interesses em comum¹¹⁹. Ela constitui uma camada intersticial e se encontra entre as classes¹²⁰, não acima delas. O que caracteriza esta camada é a sua capacidade de observar os problemas de mais de uma perspectiva¹²¹. Isto lhe é possibilitado por estar menos vinculada que os grupos

¹¹⁷ Yncera (1993) indica que não existe contradição no fato de Mannheim defender uma vinculação dos intelectuais aos problemas, enquanto ele mesmo possuía independência quanto a bandeiras políticas. Isto porque esta vinculação aos problemas pressupõe a imersão nas diversas perspectivas sociais para tornar possível realizar a síntese.

¹¹⁸ O termo utilizado por Mannheim (1982c) é *intelligentsia*, que se traduz por camada intelectual, sendo esta tradução utilizada em toda a monografia. O conceito tomado por Mannheim, é de Alfred Weber que denomina o termo no sentido de “grupo intelectual relativamente descomprometido”.

¹¹⁹ Mannheim (1982) distingue as camadas intelectuais estáticas, existentes no período anterior à polarização política vinda das revoluções burguesas: que se estruturavam como castas e exerciam um controle monopolístico da visão de mundo, e as camadas intelectuais livres, que, recrutadas em estratos e situações sociais variáveis permitem uma livre competição entre si, de modo a adotarem as mais diversas perspectivas visando favores dos diversos grupos sociais, cujos os pensamentos iam ganhando cada vez mais validade. Esta configuração da camada dos intelectuais é que a faz ser o grupo da sociedade com menos interesses em comum.

¹²⁰ Mannheim (1982c) relata que a camada intelectual foi a última a adotar a perspectiva sociológica, tanto por ter acesso apenas indireto à mudança social, quanto pelo fato de o proletário ter posto obstáculo a esta mudança, ao se considerar o centro do processo político, fazendo que os intelectuais sentissem rebaixada sua autoestima por terem observado sua posição nos termos da ideologia proletária. A confusão foi desfeita quando o grupo dos intelectuais se emancipa desta ideologia e percebe sua missão, qual seja realizar a síntese do todo.

¹²¹ Por mais que os intelectuais possam observar as situações a partir de mais de um ponto de vista, cabe ressaltar, como faz Fernandes (1970), que a atividade da síntese realizada por elas, ao ser dialética, nega o *status quo*. Isto ocorre porque uma concepção dinâmica de sociedade não pode basear-se em uma concepção fatalista que a tome como imutável.

que participam diretamente dos conflitos políticos¹²².

A concepção de Mannheim (1962) de que há uma camada intelectual com capacidade de realizar a síntese traz implicitamente a ideia de que a sociedade contém uma divisão de trabalho que requer a formação de certas elites intelectuais com capacidade de assumir o papel dinâmico¹²³. Esta concepção elitista do processo social leva o autor a afirmações contraditórias, como esta que se refere ao problema da desintegração social: “Quiçá o mal não esteja no próprio povo, mas na falta de boa vontade da elite que poderia tê-lo ajudado” (MANNHEIM, 1961, p.106). O autor supõe que o problema da crise social, a que dedica seus estudos, está vinculado à emergência da irracionalidade das massas e que a solução está nas elites.

A síntese das perspectivas também expõe que o problema da parcialidade da visão de cada grupo é gerado pela polarização política que ocorre com a ascensão, ou tentativa desta, por classes sociais baixas. A solução para esta problemática reside novamente na elite intelectual que é a única capaz de realizar a síntese. Mannheim (1982) chega a colocar a camada intelectual como predestinada a ser defensora dos interesses intelectuais do todo.

O autor concebe que a elaboração de pensamento intelectual, isto é de um nível mais elevado, depende da existência de uma elite. Isto pode ser percebido em diversos momentos da sua obra, na qual ele enfatiza a elaboração cultural e intelectual realizada pelos intelectuais, de maneira a deixar subentendido que os outros grupos sociais não conseguiriam realizar tais elaborações. Com isto ele acaba por se distanciar da concepção de que existe uma produção social do conhecimento. Pois, por mais que se recuse a negar que a produção das perspectivas é realizada por grupos sociais concretos, parece mistificar a existência de um grupo com capacidades incomuns de elaboração intelectual.

Atrelados às tarefas desta elite intelectual estão a análise da técnica social, o uso do conhecimento sociológico e a fundamentação da síntese, sendo esta

¹²² Foracchi afirma que, se há em Mannheim, uma radicalidade, na defesa da intervenção na realidade pelo intelectual, essa é neutralizada pelo caráter científico que se tenta utilizar nela. A autora afirma que existem elementos extrateóricos na concepção de Mannheim que parecem direcionar a síntese para objetivos previamente estabelecidos. Afirma ela que o problema do hiato entre conhecimento e ação ainda não foi solucionado e que a solução de Mannheim é otimista e insuficiente.

¹²³ Mannheim (1982a) afirma que o funcionamento da mente na estrutura social necessita de apenas certo grau de racionalização, o qual cabe às elites em sua formulação de previsões. A estrutura social necessitaria de certo grau de aquiescência e ignorância para seu funcionamento.

baseada naquelas outras. Com isto se percebe que há uma dependência da atividade política para com a atividade intelectual deste grupo.

A grande problemática de atrelar a síntese a um grupo social relativamente autônomo às disputas políticas, é que, se há um movimento dialético, realizado pelos diversos grupos em conflito concreto – visto que sua produção de perspectivas é objeto de disputas de poder com os outros grupos, fazendo com que estes se voltem às suas próprias percepções e elaborem formas mais profundas de consciência social como consequência do conflito político, e com isto componham um processo dinâmico de conscientização sobre a realidade dos conflitos - este mesmo movimento dialético é como que deixado de lado no processo histórico, ficando dependente nos seus desdobramentos mais elaborados, ou talvez, recorrendo-se a visão de Mannheim, mais intelectuais, de uma camada elitizada¹²⁴ da sociedade. Há uma dissociação deste grupo para com o restante do processo social, que faz com que esta concepção de Mannheim não se aproveite do próprio raciocínio elaborado quanto a possibilidade histórica de formulação de uma síntese dialética.

¹²⁴ Cabe fazer uma ressalva: como já assinalado, a camada intelectual é recrutada em diversos grupos e classes sociais e, por isto, não é uma elite econômica ou política. Mas, com aquilo que será exposto adiante ficará esclarecido que estas outras elites também possuem uma posição central na mudança social.

4 A PERSPECTIVA HISTÓRICA NO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO DE KARL MANNHEIM

4.1 AS TÉCNICAS SOCIAIS E O PLANEJAMENTO

A conscientização sobre como se operam as técnicas sociais na vida social ocorre pela debilitação da sua atuação inconsciente e desorganizada. A mudança nas técnicas influenciou no padrão social¹²⁵, de modo a tornar necessária a exploração sistemática destes novos padrões mais complexos, para que seja possibilitado o domínio dos novos controles sociais (MANNHEIM, 1953). Implícita nesta compreensão de Mannheim sobre o desenvolvimento das técnicas sociais, está a concepção de que as novas possibilidades de controle consciente só foram elaboradas em razão da crise do uso inconsciente que se faz delas. A conscientização sobre os controles sociais seria, portanto, uma resposta à desorganização social em curso na sociedade por ele pesquisada¹²⁶.

Mannheim (1953) entende a transição pela qual passou a Europa, com a passagem da economia comunal, para a economia de livre comércio, que culmina na de monopólios, como a dissolução de uma ordem comunal que era integrada, para a formulação de uma época liberal, não integrada¹²⁷ e transitória, que tendia a culminar em uma nova integração, uma época planejada. O mercado livre e a livre concorrência corresponderiam a um estágio econômico intermediário entre duas economias planejadas, e teria sua formulação histórica como resposta à estreita visão das comunidades, visão que não permitia maiores expansões econômicas, só possibilitadas pelo surgimento do pioneiro individual.

A ideia de que o liberalismo foi uma fase transitória entre duas economias planejadas não se restringe à explicação econômica. Mannheim (1962) afirma que

¹²⁵ Mannheim (1962) afirma que as esferas não planejadas da vida, isto é aquelas em que há mais espontaneidade, e as planejadas, que são organizadas, coexistem sem atrito em sociedades em que as esferas não planejadas são preponderantes. A partir do momento em que as esferas organizadas começam a ter prevalência retira-se espaço da arbitrariedade das adaptações individuais, de maneira a exigir uma coordenação mais ampla da vida social.

¹²⁶ A interpretação de Mannheim de que fatores históricos geraram a possibilidade de conscientização sobre os processos sociais, traz consigo a concepção de que haveria harmonia no estágio que antecede a desorganização social. Como será analisado, isto traz consequências às respostas do autor sobre que rumos a sociedade deveria tomar para superar esta situação social.

¹²⁷ Mannheim (1962) afirma que, as esferas da vida social tinham, na ordem liberal, um relacionamento ocasional e possuíam como que separadas a teoria e prática. Com isto ele diz que não haveria a mesma integração existente em uma etapa anterior, mas tendência a uma reintegração das esferas na realidade social.

ela foi uma ordem transitória entre dois tipos de integração¹²⁸: o das autoridades locais e o do Estado. Conforme o último conseguiu ampliar seu raio de ação, conseguiu captar as unidades grupais que lhe escapavam ao controle vindo a formar o mercado livre. Na análise de Mannheim, os fatores econômicos e políticos estão associados de modo que permite concluir que as mudanças nas técnicas sociais, geradoras da desintegração social, são o elemento dinâmico que proporcionam tanto a formulação dos Estados nacionais quanto a ascensão da burguesia¹²⁹.

Mannheim observava tendências a uma nova integração na época do capitalismo monopolista e dos Estados nacionais, entendendo por conseguinte que esta tendência existia desde a transição para a época de livre competição. Com isso o autor considera a integração como fator determinante do desenvolvimento social, sendo que a própria expansão econômica, só possibilitada por uma desintegração, tenderia a uma nova integração. Mistifica-se esta integração, tomando-se como modelo a sociedade comunal, e isso faz com que o autor não analise diversas relações antagônicas desenvolvidas no processo histórico.

Mannheim (1953) afirma que as reações à desintegração foram apenas duas: a planificação totalitária e a democrática¹³⁰. Esta afirmação pressupõe uma tendência do processo social para a planificação em vista da desintegração que ocorre na sociedade. Mannheim (1961) afirma que esta tendência para a

¹²⁸ Mannheim (1953,1962) afirma que as duas ordens sociais eram planificadas, mas parece mais coerente, pelos próprios significados que ele atribui aos termos, utilizar o termo “integradas”, para não gerar confusão com a planificação que só se torna possível com o avanço das técnicas sociais e que, por isso, seria anacrônico ao período das autoridades locais e da economia comunal.

¹²⁹ Mannheim (1962) descreve três estágios de pensamento que corresponderiam às mudanças estruturais da sociedade. O primeiro deles é o estágio da descoberta ocasional, no qual há uma adaptação ao meio social por tentativa e erro. A segunda fase é a da invenção, na qual ferramentas e instituições começam a ser dirigidas para a realização de objetivos, e se concebem estes dentro do meio social em que podem ser realizados. Mas a previsão do segundo estágio se refere apenas ao plano mais imediato e sofre de uma seleção pela situação social não controlada conscientemente. O autor afirma que sua época estava neste estágio, mas que os objetivos conscientes desse geravam uma tendência para o último estágio, o da planificação, no qual se utiliza um pensamento interdependente. Fala-se “[...] de *planificação* e do *pensamento planificado* quando o homem e a sociedade passam da intervenção deliberada de objetivos e instituições isolados para a regulamentação deliberada e o domínio inteligente das relações entre esses objetivos” (MANNHEIM, 1962, p.164). Cada estágio de pensamento se fundamenta nas formas de pensamento anteriores e delas se utiliza. O autor afirma que a primeira fase se operacionaliza de modo linear, estabelecendo relações de causa e efeito, em que se intervém apenas nos primeiros elementos da cadeia de acontecimentos. A segunda fase operacionaliza um elemento e o faz voltar-se a outros, estabelecendo uma relação circular que tende a um equilíbrio em que todos os fatores se influenciam. No terceiro estágio, estes círculos, que eram tomados como unidimensionais dentro de esferas da vida social, são percebidos de modo multidimensional e como que numa interferência mutua e dinâmica, direcionado-se à totalidade da vida social, para conseguir controlá-la através de posições-chave (MANNHEIM, 1962).

¹³⁰ Mannheim (1961) utiliza também o termo terceira solução para se referir à planificação democrática, pois esta estaria entre as soluções totalitárias e a desintegração.

planificação não é uma profecia, mas um diagnóstico, baseado nos principais fatores em atuação, ligados às técnicas sociais¹³¹. A análise do autor entendia as tendências da época como só podendo ser diagnosticadas como tendentes ao planejamento. Então, não entendendo esse diagnóstico como uma profecia, inquestionável, ele o aponta todavia como o único caminho inteligível pela leitura das técnicas sociais em atuação. Por mais desastroso que pudesse ser o desfecho totalitário destas tendências, Mannheim as concebe como o aumento da conscientização sobre as técnicas sociais e como um processo que não poderia ser interrompido, como mudança histórica inevitável¹³² e irreversível¹³³.

Inerentes ao processo de avanço na complexidade e controle das técnicas sociais, os controles sociais estão propensos a ficar dispostos à orientação de uma minoria (MANNHEIM, 1961), refletindo tanto a ampliação de possibilidades com o aumento das interdependências sociais, ao se permitir que haja mais absorção das irracionalidades quanto o aumento da sensibilidade da ordem social como um mecanismo. Isto significa que as menores perturbações podem gerar repercussões mais amplas quando não controladas. Consequentemente, passa-se a questionar como ter o domínio sobre a centralização dos controles sociais, e assim evitar resultados catastróficos, como a transmissão dos efeitos da irracionalidade da massa para toda a sociedade (MANNHEIM, 1962).

A análise de Mannheim sobre as possibilidades do planejamento converge para a solução elitista de sua análise da sociologia do conhecimento. A tendência dos processos sociais faz, por si mesma, que as soluções tenham de ser dadas por minorias.

4.2 PERIGOS E LIMITAÇÕES DAS DITADURAS TOTALITÁRIAS

¹³¹ Mannheim (1953) afirma que todas as formas de organização política derivam de um padrão de controle autoritário ou de um cooperativo. Por mais que se deva procurar meios cooperativos para diversos organizações na planificação, estes dois tipos de controle não podem ser tidos como bons ou maus, já que toda sociedade precisa de cooperação e de formas de autoridade para compor controles sociais. A ausência destes impossibilitaria o controle da conduta, o que significaria o fim da liberdade, visto que a conduta variaria incontrolavelmente de acordo com o meio social.

¹³² “O estabelecimento gradual de posições-chave na sociedade moderna tornou o planejamento não só possível como inevitável” (MANNHEIM, 1961, p.3).

¹³³ A irreversibilidade deste processo de conscientização está presente até mesmo nos apontamentos do autor sobre a possibilidade de haver um retrocesso histórico, pois em geral este retrocesso está associado ao uso totalitário da planificação e não à possibilidade de não haver planificação.

Mannheim (1962) afirma que as ditaduras são uma tentativa violenta de estabilizar a desintegração ocorrida na época transitória do liberalismo. Ele entende que as ditaduras de sua época se distinguem das anteriores, como consequência da democratização ocorrida nas sociedades e de ter ela fomentado a participação mais intensa da população na vida política, o que tornou necessário atingir parte da população com os meios de comunicação e propaganda, a fim de preservar o poder. Deste modo as ditaduras se tornaram totalitárias, o que permitiu que tivessem um maior controle sobre as diversas esferas da vida social, mais que qualquer outro tipo de ditadura já existente¹³⁴.

Mannheim (1961) afirma que, por mais que as ditaduras totalitárias defendam diversas bandeiras políticas, o seu surgimento corresponde muito mais a uma mudança nas técnicas sociais, a qual permitiu a formulação de diversos controles centrais influentes nas diversas esferas sociais, do que a uma mudança nas ideias, ou nas lutas políticas entre grupos ou classes com perspectivas antagônicas. Mas isto não significa que a política não participe da construção destes Estados totalitários; o autor apenas expõe que as técnicas fundamentam a possibilidade de sua existência. Mannheim (1962) afirma que as ditaduras totalitárias têm origem e estabilidade com base em fatores políticos, e não em alguma fundamentação funcional que torne os Estados necessariamente totalitários; pois também nestes existe a possibilidade de planificação democrática.

As ditaduras totalitárias não conseguem suprimir totalmente as potencialidades democráticas do planejamento, porque, segundo Mannheim (1953), estas ditaduras conseguem dominar um grande número de técnicas sociais, mas não conseguem dominar todas elas e produzir normas criadoras, isto “[...] porque sua imaginação [a forma de pensar das ditaduras] está limitada a conceitos de supressão e exploração” (MANNHEIM, 1953, p. 279). Com esta afirmação o autor aponta a tendência da planificação ser democrática¹³⁵, já que esta tem maior

¹³⁴ Mannheim (1953) aponta como perigos de sua época a centralização das técnicas, assim como a tendência das massas para a insegurança, que podem levar os indivíduos, que estiverem em posição de mando, a explorar esta situação. Mannheim (1962) afirma que as sociedades totalitárias representam a passagem de uma insegurança desorganizada para uma organizada, que permite diminuir os níveis de vida da maioria da população e através do uso das instituições - que perdem as motivações para as quais agiam, ou seja, perdem sua funcionalidade para a coletividade - gerar um entusiasmo nas massas, de modo a não sofrer resistência. “Quanto menos pão, mais circos!” (MANNHEIM, 1962, p.148).

¹³⁵ Mannheim (1953) afirma que, entre as tendências de sua época para a democracia, existem a possibilidade de controle das posições-chave o com uso de técnicas democráticas, as possibilidades sociais que favorecem uma reformulação interior moral dos indivíduos, e uma responsabilidade coletiva entre as nações, que

potencial de dominar as técnicas e os controles sociais¹³⁶ que se modificam com o processo histórico¹³⁷.

4.3 A POLÍTICA CRIADORA NO PLANEJAMENTO

Mannheim (1961) afirma que as técnicas sociais seguem uma linha retilínea e ascendente, ao corrigirem continuamente seus equívocos e aumentarem sua eficiência. Distintamente da cultura e da consciência moral, que por mais que emanem de um foco, não se propagam como uma linha reta. Esta afirmação indica que as técnicas possuem uma remodelação histórica contínua vinda de sua própria dinâmica, ou seja, técnicas que se transformam em outras devido à existência das anteriores. A cultura, entretanto, não possui a mesma dinâmica, o que indica que ela tem suas mudanças derivadas de outros fatores que não dela mesma. Estes fatores, para o autor, são as técnicas sociais, pois são eles que modelam a conduta humana. A mudança de uma época para a outra é a mudança das técnicas sociais e das valorações que nelas se fundamentam.

Para analisar a mudança de uma época para a outra, Mannheim (1962) utiliza do conceito de *principia media*¹³⁸, ao se referir a um conjunto de leis especiais que agem integradas em diversas funções, em determinada temporalidade. Este

possibilite apaziguar tensões - internas a estas e entre as mesmas - a qual funcionaria com o controle da belicosidade das pequenas nações pelas grandes, que se fosse realizado com fins pacíficos poderia diminuir as tensões e a dominação exercida sobre as pequenas nações. Ele também via a guerra de países democráticos contra países totalitários como uma pressão aos primeiros adotarem, de modo limitado, técnicas planejadas, que se acrescentava às tendências já existentes naquela sociedade. A visão do autor das relações de poder, em âmbito global, eram bastante otimistas, ou até mesmo ingênuas, no sentido de que a possibilidade das grandes potências controlarem as tensões sociais, principalmente como se configuraram no período posterior a Segunda Guerra Mundial, estava, como mostra Furtado (1968), amplamente ligada a seus exercícios de dominação sobre as sociedades dependentes, e não à intenções mais pacíficas como concebe Mannheim.

¹³⁶ A tendência do planejamento ser democrático indica que a ditadura totalitária não é insuperável, mas não indica que esta seja apenas uma fase, sendo necessário atentar-se as técnicas sociais utilizadas por esta para se combatê-la. O esforço contra o totalitarismo tem de ser constante, pois este não é um problema resolvido de modo espontâneo, já que é justamente a tirania das forças sociais arbitrárias que leva ao caos e à solução totalitária (MANNHEIM, 1962). Ele afirma que após conseguir o controle central das posições-chave, o totalitarismo de define facilmente por si mesmo (MANNHEIM, 1961). A maior possibilidade de derrotar uma ditadura totalitária é a vitória de um outro país contra aquele, seguida de um grande interesse em soluções mais favoráveis (MANNHEIM, 1962). As tendências ditatoriais das técnicas devem ser combatidas antes que estas sejam monopolizadas por um grupo (MANNHEIM, 1961).

¹³⁷ Como exemplo disto é a igualdade do custo de energia para atitudes tanto belicosas quanto pacíficas, mas a última estaria mais de acordo com os processos ativos na sociedade industrial (MANNHEIM, 1962).

¹³⁸ O autor afirma que este conceito foi utilizado por Bacon e depois por John Stuart Mill. Mas com divergências na sua operacionalização entre o último e ele próprio.

conjunto de leis gerais¹³⁹ atua de acordo com seus princípios, sempre ligados ao meio concreto do qual derivam, e se referem a uma temporalidade específica, não podendo ser universalizados. O planejamento sempre operacionaliza meios, fins e bases no plano histórico em que é feito. Ele se atém ao imediato, ou seja, a situação social em que está sendo aplicado.

A rápida mudança das estruturas sociais na sociedade moderna faz que os *principia media* mudem rapidamente, de maneira a forçar os indivíduos a terem de modificar seu horizonte de expectativas continuamente, sob o risco de ao não conseguirem fazê-lo, serem ultrapassados pelas tendências da época. Os *principia media* se associam uns aos outros de modo multidimensional na transição de uma estrutura para a outra. Em sua atuação nas diversas esferas, eles se relacionam mutuamente (MANNHEIM, 1962).

A análise de um contexto, através dos *principia media*, deve de início analisar qualitativamente cada um deles e entendê-los dentro das relações de força vigentes naquela situação. As forças em ação têm pesos desiguais e formam uma hierarquia dentro daquela situação. Mas esta hierarquia se refere àquele contexto específico, só podendo ser alcançada empiricamente e não através de um dogmatismo teórico, que toma um fator como determinante antes da análise da situação, ou de um método que pressupõe haver pesos iguais entre os diversos fatores¹⁴⁰ (MANNHEIM, 1962).

O estabelecimento de uma hierarquia entre os fatores permite definir estruturalmente os fatos relevantes a serem analisados; estes são os fatores que refletem a transformação dos *principia media* antigos em novos. A descoberta destas posições-chave gera a possibilidade de intervenção no processo social. Mas a própria descoberta já desperta a vontade de intervir de modo que a planificação necessita desta para existir. A possibilidade de intervir volitivamente no processo histórico não implica uma remodelação arbitrária. A transformação consciente de uma época para outra exige que se movimentem as posições-chave de maneira

¹³⁹ Mannheim (1962) afirma que não se podem analisar os *principia media* através do processo indutivo das ciências sociais especializadas que buscam axiomas. A sociologia deve utilizar-se das abstrações destas, mas deve realizar uma síntese que vise explicar como os fatos concretos estão em atuação. Esta ciência usa da intuição, uma vez que a análise empírica exige reconstruir aspectos não perceptíveis diretamente de um objeto. A relação entre a busca de fatores concretos através de uma síntese, baseada nas ciências axiomáticas, possui aproximações com a sociologia estrutural do autor.

¹⁴⁰ Mannheim (1962) afirma que a planificação é uma tentativa de controle das áreas não coordenadas; ela é uma conduta dentro da história e não um planejamento totalmente organizado. A planificação exige tomar os *principia media* como hipóteses flexíveis.

coordenada com os *principia media* da época, para evitar que as diversas tendências se choquem. Na planificação torna-se necessário formular estratégias para ir com ou contra a corrente destas tendências prevalentes naquele contexto (MANNHEIM, 1962).

O autor afirma que a política criadora mantém semelhança com a ciência criadora; ambas devem se afastar das normas estabelecidas e utilizar utensílios e combinações de fatores ainda não dispostos na realidade, mas que se baseiam nela. Esta atitude experimental levanta hipóteses, que podem ou não fracassar, pela necessidade de uma constante disposição para a reelaboração (MANNHEIM, 1953). Mannheim (1962) ressalta que a planificação visa penetrar no desconhecido e, para isso, utiliza o método de investigação interdependente, condizente com uma atitude indagadora, que se afasta do pensamento autoritário¹⁴¹.

A planificação usa de meios disponíveis na própria ação, ou seja, seus meios não estão prontos e acabados antes da ação. A estratégia que o planejamento tem de seguir necessita utilizar os meios mais capazes de modificar o *status quo* em direção ao objetivo desejado (MANNHEIM, 1962).

A contínua remodelação do planejamento democrático para conseguir conduzir as tendências de uma época de modo racional, não só mantém semelhanças com a sociologia do conhecimento, mas até mesmo se fundamenta na síntese produzida por aquela. Isso se vê claramente na defesa que Mannheim faz de uma análise sociológica mediadora entre as diversas perspectivas políticas e que permita o planejamento. Foracchi (1982) afirma que a planificação pode ser vista como processo social e como técnica social, quando expressa fatores estruturais e funcionais, ou seja, é uma possibilidade gerada naquela época e um meio de intervir nas suas tendências¹⁴². A autora afirma que as relações entre a sociologia do conhecimento e o planejamento democrático não são irreversíveis mas dinâmicas, pois por mais que o planejamento pressuponha a investigação sociológica, o planejamento redefine diversas vezes os problemas desta pesquisa científica.

¹⁴¹ Mannheim (1961) afirma que a terceira solução, a planificação para a liberdade, é o reverso da imposição ditatorial e tem como método a busca de libertar os controles sociais dos efeitos desintegradores, o que pode ser feito pela invenção de novas técnicas democráticas com funções autorreguladoras, que tem funcionamento em um plano de consciência e de organização social mais elevado.

¹⁴² Foracchi (1982) afirma que o planejamento pode ser visto como processo social por ter ação de preservação e de inovação, de modo a garantir a continuidade da ordem social, retirando os fatores desintegradores. A planificação pode ser vista como técnica, porque coordena as diversas técnicas sociais para a intervenção nas tendências da época.

A planificação não tem de planificar todas as esferas sociais. Os campos de ação que se ajustam de maneira inconsciente devem ser mantidos, dado que não necessitam de intervenção racional¹⁴³ (MANNHEIM, 1962). A planificação deve centralizar as funções apenas em esferas e situações nas quais o ajustamento espontâneo não seja possível (MANNHEIM, 1953). As esferas mais altas e elaboradas de pensamento não devem sofrer interferência na medida em que não se atrapalhe o planejamento (MANNHEIM, 1961). Mannheim (1962) afirma que é possível deixar certas esferas, como a da moralidade, agirem de modo espontâneo, quando já foram formulados acordos fundamentais para o direcionamento da sociedade. A fronteira entre a área que deve ser regulamentada, e a que deve ser deixada à regulamentação espontânea remete a determinação de que regulamentações são necessárias ao funcionamento da ordem social, mas esta delimitação não pode ser fixada com total precisão

4.4 OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NA PLANIFICAÇÃO

Mannheim (1961) afirma que a direção do processo de mudança é um processo valorativo e não apenas manuseio de técnicas, posto que o planejamento para a liberdade necessita de uma democracia militante que defenda os valores morais básicos garantidores do funcionamento da ordem social, as quais são: o amor fraterno, a justiça social, a ajuda mútua, a decência, a liberdade, entre outros. Tais valores foram herdados da antiguidade clássica e do cristianismo¹⁴⁴. São valores básicos que, aliados ao planejamento político, permitem definir os objetivos da planificação antecipadamente e deixar uma alta margem de liberdade espiritual às esferas que não entram em contradição com aqueles princípios. Isto significa que posicionamentos políticos e morais autoritários devem ser modificados. O autor afirma: “Tolerância não significa tolerar o intolerante”¹⁴⁵ (MANNHEIM, 1962, p.360).

¹⁴³ As formas de pensamento inventivo só são construtivas em esferas nas quais a descoberta se torna ineficaz, do mesmo modo que a planificação só cabe em esferas nas quais a descoberta e a invenção não se ajustam (MANNHEIM, 1962).

¹⁴⁴ A proximidade destes valores básicos a aspectos religiosos na teoria de Mannheim será analisada posteriormente.

¹⁴⁵ A planificação deve fomentar discussão sobre todas as opiniões políticas, mas não deve permitir o uso da propaganda para a defesa de perspectivas contrárias a democracia. A democracia necessita de defender uma mudança pacífica de uma etapa para a outra, não podendo permitir a defesa da violência como meio de solucionar diferenças sociais. A planificação exige que exista um discurso racional na elaboração de suas

Deve haver liberdade para a troca livre de opiniões para que estas garantam o progresso social.

Mannheim (1962) vê que há uma dinâmica entre os fatores técnicos e políticos na planificação, ambos lhes são indispensáveis, mas o autor enfatiza que o que gera a possibilidade de um controle racional sobre as relações de poder é o conhecimento técnico. As relações políticas acabam por gerar disputas que dificultam o acordo entre as valorações e a elaboração do planejamento. A elaboração do conhecimento técnico permite que se controlem estas disputas políticas ao direcioná-las para posições-chave do contexto em que atuam.

O autor enfatiza que a sociologia deve realizar a análise das técnicas, mas não deve se incumbir da elaboração de táticas políticas, pois a oscilação do jogo político foge à previsão científica, por mais que esta seja explicável só pelas técnicas analisadas pela ciência. Deste modo, a análise científica da planificação pode ser usada tanto para a democracia quanto para a ditadura totalitária, mas a segunda tem poucas chances de durar por muito tempo, já que as tensões sociais geradas impedem a criação de um acordo fundamental necessário à estabilidade da planificação e dos controles sociais que lhe são disponibilizados (MANNHEIM, 1962).

Mannheim (1962) afirma que o aumento do número de controles sociais disponíveis torna cada vez menos aplicável qualquer determinismo na análise social. O fatalismo na observação se torna inviável e já não se pode rejeitar a planificação em curso¹⁴⁶. Com isto se abandona a visão contemplativa existente no passado e se assume uma atitude funcionalista, no sentido de que as perguntas feitas não se referem mais à origem ou à essência das coisas, mas ao modo como estas se

discussões, pois o discurso emocional que incita a intolerância pode minar as bases do planejamento (MANNHEIM, 1953). A perspectiva do autor defende a passagem de uma ordem social presente para a futura através de uma transformação não revolucionária, a qual para ele tem caráter destrutivo. A continuidade do presente é necessária para a formulação dos ideais do futuro (FORACCHI, 1982). Mas, para além desta perspectiva não revolucionária há outro fator muito importante contido nesta análise de Mannheim: o planejamento não deve permitir a intolerância, o que indica que uma mudança nas formas de controle, refere-se tanto a mudanças nas relações entre os indivíduos, quanto dos indivíduos para com eles mesmos. Isto significa que a mudança de uma configuração para a outra traz consigo uma mudança na maneira como se configuram as relações de poder, que podem, como no caso, ser dirigidas no sentido de uma democratização.

¹⁴⁶ Mannheim (1962) afirma que um nível máximo de racionalidade e moralidade levam os indivíduos à consciência da necessidade da planificação.

elaboraram processualmente, tendo em vista sempre a relação de um fator com os outros existentes na situação social¹⁴⁷.

A mudança na observação, que tem de abandonar os determinismos, é complementada pela mudança do tema central desta, que, segundo Mannheim (1961), passa de comunismo contra capitalismo, para democracia contra ditadura, o que não significava a exclusão do entrechoque social do processo histórico, mas sim que a solução para os problemas centrais da época deveria efetuar-se por reformas capazes de manter a democracia segura¹⁴⁸.

Mannheim (1961) afirma que existe uma necessidade crescente de justiça social, que precisa ser atendida para se manter a ordem social. Entretanto, isto não implica uma igualdade mecânica entre os indivíduos, visto que certas desigualdades devem ser mantidas na estrutura social, desde que não intervenham nas linhas mestras do planejamento nem impeçam a cooperação entre as classes sociais. O planejamento não é possível em uma sociedade na qual são grandes as diferenças entre os grupos e classes sociais. Entretanto, a justiça social e o próprio futuro que será gerado com a mudança social são de importância secundária em relação à manutenção do método democrático de mudança.

A proposta de planejamento de Mannheim, ao enfatizar mais a defesa de uma mudança que preserve a democracia, do que propriamente uma idealização de como deveria ser esta democracia, se efetiva mais como um modelo de mudança do que como um modelo de sociedade. O autor se preocupa mais com a condução deste método de mudança do que propriamente com a resolução dos antagonismos sociais.

Mannheim (1962) vê a democratização como um processo semelhante às realizações das técnicas sociais, podendo tal processo ser construtivo ou destrutivo, conforme a direção que for guiado. Esta visão mostra que o autor entende a democracia como um método, que pode ser conduzido em seus meios para diversas finalidades. Com isto o autor perde de vista a democratização como um processo

¹⁴⁷ Mannheim (1962) afirma que este pensamento funcionalista pode conduzir a uma tecnização da visão sobre as relações humanas, contra a qual o espírito tradicional tem o direito de rebelar-se. O que indica que esta tendência no pensamento deve ser utilizada de modo distinto a uma abordagem das ciências naturais sobre a sociedade.

¹⁴⁸ A defesa de Mannheim (1962) dos meios democráticos o leva a afirmações como a de que sua obra visava defender a democracia e o liberalismo. Afirmação que só pode ser entendida ao se tomar como pano de fundo esta defesa da democracia estabelecida nos países europeus, já que o autor não defendia, mas sim criticava o liberalismo.

social, isto é como um conjunto de relações sociais que se desdobram no tempo, de acordo com as relações de poder. Ele acaba por idealizar um método de mudança social de maneira a torná-lo relativamente autônomo em relação às disputas de poder que ocorrem na sociedade. Isto porque, para ele, passa a importar mais a funcionalidade da mudança¹⁴⁹ para a ordem social do que propriamente a resolução dos seus antagonismos. O autor coloca a análise das técnicas como a tarefa central e determinante para o planejamento e idealiza sua autonomia diante do processo histórico.

4.5 A INTEGRAÇÃO DEMOCRÁTICA

A discussão sobre a formulação de acordos fundamentais, na teoria de Mannheim (1953), leva ao debate sobre a integração democrática. Ele afirma que, passados o período do absolutismo e vigência do Estado liberal, formulou-se outro grupo enmarcador¹⁵⁰, um Estado interventor que tenta resolver os problemas gerados pela desintegração. Existe nele tendência à mudança para uma outra fase, com maior nível de controle, que tenta lidar com as causas da desintegração e não apenas com seus sintomas. Esta etapa pode ser dirigida para o totalitarismo ou para o planejamento democrático.

O planejamento democrático exige uma integração que atinja o nível ontológico¹⁵¹, obtido pela integração dos propósitos daquele corpo político. A conduta integradora se realiza quando as pessoas, transmutam a diversidade de suas experiências passando a cooperar com uma finalidade que as integre mais do que os objetivos anteriores¹⁵² (MANNHEIM, 1953).

¹⁴⁹ O planejamento democrático busca coordenar de maneira harmônica as técnicas sociais disponíveis, de modo a planejar a amplitude desta coordenação, ou seja, realizar o planejamento tanto da liberdade, quanto da conformidade social (MANNHEIM, 1962).

¹⁵⁰ Mannheim (1953) toma o termo de Oppenheimer, que significa o corpo político no qual as diversas unidades ou grupos se integram em um sistema de funções. Este é um termo mais amplo que governo ou Estado, pois se refere as relações políticas desenvolvidas no âmbito público que tomam aquele sistema funcional como marco.

¹⁵¹ Mannheim (1953) afirma que toda sociedade tem um conjunto de ideias que costuma ser aceito como reais em detrimento de outras. Este nível ontológico refere-se a capacidade dos indivíduos se comunicarem em vista do entendimento comum deste conjunto de ideias. A sociologia do conhecimento de Mannheim demonstra que as disputas entre perspectivas disputam concepções ontológicas distintas. Este nível ontológico comum a que se refere o autor apenas indica que existe uma comunicabilidade mínima entre estas.

¹⁵² Esta transmutação é mais do que a mera transação de perspectivas. Esta última é obtida também pelo totalitarismo e não é criadora (MANNHEIM, 1953). Mannheim (1961) enfatiza que o consenso atingido no

A sociologia democrática busca o conhecimento das técnicas sociais para promover a integração democrática¹⁵³. Quanto maiores as organizações, mais elementos de dominação são necessários ao sistema; mas, se o ideal da conduta integradora prevalecer, é possível manter ou introduzir situações que fomentem a conduta democrática¹⁵⁴ (MANNHEIM, 1953).

A terceira posição deve realizar a transformação da sociedade sem pôr em risco a integração fundamental. A planificação deve observar os fatores que conduzem à mudança dinâmica e aos fatores que garantem a integração fundamental, tendo os últimos maior importância para o planejamento (MANNHEIM, 1953). Mannheim (1962) afirma que o padrão cultural de uma sociedade pode ter um colapso¹⁵⁵, caso as velhas elites não sejam integradas às novas.

Estas elites, que no caso não são apenas intelectuais¹⁵⁶, mas também políticas e econômicas¹⁵⁷, garantem a manutenção da integração fundamental que

planejamento é mais do que um acordo intelectual, este é vida em comum, ou seja, é a geração de intenções básicas compartilhada por aquela sociedade.

¹⁵³ Ernest K. Bramsted e Hans Gerth (1953) afirmam que, a integração aparece inicialmente na obra de Mannheim se referindo a tarefa científica do uso das diversas ciências específicas na pesquisa sociológica. Mas a preocupação com o planejamento o levou a tomar o conceito para se referir a integração das esferas da vida social em vista de promover uma comunidade democrática baseada na cooperação.

¹⁵⁴ Mannheim (1953) afirma que existem tantas formas de controle quanto de integração social. A qualidade dos laços que unem os grupos determina o tipo de consciência e o caráter das normas que se formam. O autor menciona os tipos de sociabilidade de Gurvitch (Massas, Comunidade e Comunhão) e, utilizando da análise desse sociólogo, afirma que a comunidade é o tipo de sociabilidade mais equilibrada, por ter pretensões e deveres de conjunto quase que equivalentes. Ele afirma que a distinção dos tipos de sociabilidade permite a análise sociológica observar qual tipo é predominante em cada sociedade. Diz que na sociedade totalitária o partido único vira uma seita que se sobrepõe as massas, enquanto na sociedade democrática há uma busca pela integração comunitária das massas. O autor afirma que as unidades comunais ao tentarem se defender de outras unidades, fortaleceram a expansão das unidades funcionais. A expansão da comunidade e a funcional são distintas, mas se reforçam no Estado-Nação e tendem para uma ampliação das unidades funcionais para além deste. O autor afirma que na integração democrática as unidades comunitárias devem ser complementadas às unidades funcionais em expansão, tendo em vista o objetivo de expandir o espírito comunitário. O autor demonstra uma visão harmoniosa das comunidades, as quais ele atribui centralidade no processo de integração.

¹⁵⁵ Mannheim (1953) afirma que diferente das sociedades tradicionais, que produziam uma certa variabilidade de projetos, motivações e hábitos nas pequenas unidades, a sociedade moderna produz a standardização, o homem-massa. A massa se vincula de modo irracional e desorganizado, sendo que nela reside os maiores perigos da desintegração.

¹⁵⁶ As elites intelectuais, entretanto, prevalecem tendo papel central no planejamento, já que a camada intelectual consegue se emancipar socialmente em um processo de desenraizamento. A sociedade planificada necessita justificar as ações para se motivar a conduta dos indivíduos. A camada intelectual inventa e difunde ideias, e por isto, os intelectuais ocupam o papel de motivadores da conduta humana na planificação, ela constituiu uma camada pouco poderosa se for considerado apenas o curto prazo, mas levado em conta o longo prazo ela é mais poderosa até do que as camadas que manejam os canhões. A emancipação permite integrações em níveis cada vez mais amplos, até que se chegue no plano que leve em conta toda a humanidade. O autor enfatiza que isto não torna o sujeito um cosmopolita, já que ele permanece ligado ao destino de sua nação (MANNHEIM, 1953).

condiciona a mudança social. Isto deixa evidente que a integração por princípios fundamentais dissocia o processo de condução da mudança das disputas de poder entre os grupos. Faz-se isto mantendo-se relações sociais que favorecem os grupos sociais com mais poder; as elites. A mudança estrutural proposta pelo autor não pode romper com a relação de poder que favorece as elites, sob o risco de gerar uma maior desintegração social.

4.6 O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO

4.6.1 O Planejamento Democrático enquanto um Método Pacífico de Mudança Social

Mannheim (1962) afirma que as sociedades tradicionais toleravam grandes desproporções de racionalidade e de moralidade. Um déspota podia ter muito poder enquanto os súditos não tinham iniciativa sobre os processos sociais, assim como não entendiam as relações em que estavam inseridos. A sociedade moderna rompe com esta desproporção e passa a ser cada vez mais incompatível com ela e com a falta de moralidade e racionalidade na direção do processo total. Isto é devido a um duplo fator: num as classes sociais, deixando de ter um papel passivo, começam a atuar ativamente. O autor chama esse processo de “[...] *democratização fundamental da sociedade*” (MANNHEIM, 1962, p.54); no outro as ligações entre as atividades individuais em comunidades se tornam cada vez maiores. Este fator é chamado de “[...] *crescente interdependência*” (MANNHEIM, 1962, p. 54).

As elites das sociedades tradicionais mantinham as massas num baixo nível intelectual para deixá-las afastadas das disputas políticas. Esta prática se torna incompatível com as sociedades industriais, nas quais os modos de vida dão constantemente novo vigor às massas e as fazem ingressar na arena política portando suas deficiências políticas e intelectuais¹⁵⁸. Estas deficiências são uma ameaça para toda a sociedade, inclusive para as elites. Para evitar a irracionalidade

¹⁵⁷ Mannheim (1962) distingue os seguintes tipos principais de elites: política, organizacional, intelectual, artística, moral e religiosa. Sendo que as duas primeiras objetivam a integração de um grande número de vontades individuais, enquanto as demais sublimam as energias psíquicas da sociedade.

¹⁵⁸ Mannheim (1962) afirma que a irracionalidade destes grupos sempre existiu, o que muda na sociedade moderna é que estas começam a ganhar espaço na arena pública.

que vem da massa, ou se parte para a alternativa ditatorial de fazer a democratização voltar atrás, ou se adere à democratização e se utiliza a racionalidade em todas as esferas da vida social, retirando a massa de sua ignorância (MANNHEIM, 1962).

Mannheim utiliza, quase que conscientemente, a perspectiva das elites, a qual entende a participação das massas como um problema, como uma ameaça que precisa ser controlada. Controle que é exercido pelas elites políticas, econômicas e intelectuais possuidoras de uma consciência de nível mais alto. O que o autor não percebe é que ele coloca as irracionalidades como inerentes às massas, considerando-as como deficientes intelectuais e políticas. A irracionalidade da vida social é retirada do processo histórico, que só pode ser entendido como um conjunto de relações em processo, e passa a ser intrínseca a um grupo social.

A planificação permite a superação de um estágio em que havia diversos grupos lutando pela hegemonia, estágio no qual os diversos antagonismos sociais são transformados em cooperação (MANNHEIM, 1962). Mannheim (1953) afirma que a possibilidade dos sistemas democráticos derrotar os perigos totalitários exige que se desenvolvam técnicas sociais capazes de criar uma vontade política unificada, através do acordo entre os grupos sociais antagônicos.

A planificação deve ser aceitável pela maioria da população de uma sociedade, a qual não adere a perspectiva dos reacionários que não querem nenhuma mudança, nem à dos radicais que querem uma mudança abrupta na sociedade. A maioria por não aderir à esquerda ou à direita, encontra-se no centro, e é desta posição que consegue cooperar para os acordos fundamentais¹⁵⁹. Com estes acordos, o planejamento consegue conciliar qualquer divergência sobre problemas concretos, ao mesmo tempo que promove uma mudança social pacífica (MANNHEIM, 1953).

O sistema democrático não deve impor um ajuste às diversas perspectivas¹⁶⁰. A democracia deve permitir o contato entre diversas perspectivas, a oposição entre

¹⁵⁹ Cabe ressaltar que os acordos fundamentais não são colocados em questão nos processos deliberativos em que participa a maioria da população. Em processos eleitorais, por exemplo, os diversos partidos deveriam trazer em seus programas os possíveis resultados para a execução dos acordos fundamentais, e não novos acordos (MANNHEIM, 1953). A participação da chamada "maioria" é para Mannheim mais uma legitimação do planejamento do que uma parte dinâmica deste processo.

¹⁶⁰ O autor afirma que se um grupo ascende ao poder por meio de uma revolução, este terá de criar uma coesão social em pouco tempo, de modo a ter de utilizar de formas de imposição como a seleção de quem adentra no poder, ou como o estabelecimento de uma fidelidade permanente (MANNHEIM, 1953).

estas enquanto ideias e o contato concreto entre os seus portadores. Todas as perspectivas podem ser colocadas no debate, desde que a mentalidade coletiva¹⁶¹ tenha um poder sintetizador que possa reconhecer cada uma delas dentro de uma série; na qual o centro deve ser suficiente firme para manter o equilíbrio e as pontas extremas devem ser consideradas perigosas. O espírito democrático¹⁶² é experimental, aceita a vida social como dinâmica. A mudança nas perspectivas políticas¹⁶³ não ocorre como um pêndulo que vai de uma direção a outra a partir de um centro fixo, mas como se o próprio centro se movimentasse. O conjunto de ideias que é objeto do debate político muda com o tempo¹⁶⁴. Esta mudança não pode ser abrupta, pois geraria um caos mental, devendo então ser gradual (MANNHEIM, 1953).

A percepção que Mannheim tem do sistema democrático permite afirmar que o autor compreende a mudança histórica de longo prazo, como tendo um de seus traços a mudança na conscientização dos processos sociais. Esta conscientização seria promovida em meio às mudanças nas relações de poder que estão fundamentadas nos controles sociais (em mudança). Se, por um lado, a perspectiva do autor permite uma compreensão de que os processos sociais se modificam quando os grupos que dele participam constroem maior consciência sobre esses, por outro, acaba por atribuir tanto à conscientização, quanto ao processo de mudança, uma dependência para com a dinâmica das técnicas sociais e das funções sociais. Por isto as mudanças abruptas são consideradas pelo autor tão perigosas à estrutura social.

As decisões tomadas na democracia surgem da vida em comum, não sendo permitida a sabotagem dos acordos comuns que delimitam as leis. Toda mudança deve ser feita dentro dos meios dispostos por elas. No sistema democrático a fidelidade à lei é uma fidelidade ao processo aceito, sendo uma ofensa ao espírito da democracia atacar seus métodos (MANNHEIM, 1953).

¹⁶¹ Mannheim se refere a mentalidade coletiva enquanto a aceitação de certos pressupostos por todos os grupos. Para ele esta aceitação só ocorre através das relações sociais, não existindo algo como uma consciência coletiva acima da história, que se imponha a estes grupos.

¹⁶² A ideia de espírito usada pelo autor não remete a uma existência sobrenatural, mas sim a valorações culturais desenvolvidas ao longo do tempo. No caso, remete ao que o autor entende como tendencial nas sociedades democráticas e, ao mesmo tempo, como fundamental ao planejamento democrático.

¹⁶³ Mannheim (1953) usa um parlamento como exemplo.

¹⁶⁴ Exemplo disto é o uso de concepções, usadas antes apenas por socialistas, como pressupostos em grupos conservadores naquele momento.

Mannheim (1962) afirma que o maior argumento contra a planificação é o da guerra de classes; afirma também que existe a possibilidade¹⁶⁵ de que as lutas de classe se sobressaiam sobre as outras relações, mas que, devido às experiências com as ditaduras da época, nenhuma classe estaria mais disposta a realizar uma ditadura pela vitória absoluta¹⁶⁶. O autor também afirma que não existem antagonismos de classe absolutos afirmando que: “As classes que, numa configuração, parecem ser irreconciliáveis, noutra situação marcham juntas” (MANNHEIM, 1962, p.350).

A dinâmica das classes é compatível com a adaptação parlamentar. Esta, por mais que proceda à mudança mais lentamente, não oferece os riscos ditatoriais de uma revolução. A análise das técnicas sociais mostra os perigos dos regimes totalitários e demonstra que certas mudanças sociais, na história, foram promovidas por meios evolucionários, enquanto eram defendidas de modo revolucionário em outros países¹⁶⁷. Esta análise busca observar as oportunidades que foram oferecidas aos meios evolucionários e comprova a possibilidade de usá-las na planificação¹⁶⁸ (MANNHEIM, 1962).

Este ponto fortalece a crítica que foi colocada a Mannheim a respeito deste se ater mais a um modelo de mudança social do que aos antagonismos presentes no processo histórico. Mannheim defende o parlamentarismo como um instrumento para a mudança social, sendo este tipo de mudança mais importante que a própria mudança. Há a pressuposição de que o parlamentarismo conseguiria colocar-se acima das disputas políticas para mediá-las, conseguindo o método de mudança sair da história para ser seu árbitro, contradição no pensamento de Mannheim, já que ele mesmo tenta dar as respostas aos problemas sociais dentro da história, contradição

¹⁶⁵ Mannheim (1953) afirma que a suposição de que a guerra de classes é inevitável pertence a um contexto de escassez. O desenvolvimento das técnicas sociais demonstra a possibilidade da mudança social ocorrer em ambientes com menores tensões e através de reformas.

¹⁶⁶ Mannheim (1961) afirma que as disputas violentas e revolucionárias tendem para a vitória dos reacionários fascistas contra os comunistas, de modo que o reformismo se sobressai, cada vez mais, na perspectiva dos progressistas, como a melhor alternativa.

¹⁶⁷ A distinção entre revolução e reforma, ou meios evolucionários, realizada pelo autor, visa distinguir respectivamente um meio de mudança em que a tomada do poder ocorre de modo violento por um grupo que impõe mudanças à coletividade, e outro na qual se mantém métodos coletivos de deliberação aceitos pelos diversos grupos que compõem a sociedade.

¹⁶⁸ Mannheim (1961) afirma ser possível realizar revoluções sociais de maneira pacífica, no sentido de realizar grandes mudanças estruturais por meio do planejamento. Entende que isso é possível se os que saírem perdendo forem reajustados em novas funções e os que ganharem desmedidamente com a mudança forem taxados por isto. Ele também diz que o processo de mudança poderia manter antigas lideranças políticas que estivessem dispostas a cooperar com a reconstrução social.

que só fica mais nítida quando se percebe a prioridade que as técnicas possuem sobre fatores políticos na análise dele.

Mannheim (1953) afirma que a planificação tem de ir além do debate sobre revolução e contrarrevolução, que são alternativas sangrentas e destrutivas. Ele afirma que a planificação política é a arte do possível, que permite estabelecer novas normas e valores de modo consciente. Esta possibilidade está ligada ao avanço nas técnicas de administração e nas técnicas estatísticas, que permitem prever e controlar mais os processos de mudança.

O entendimento de Mannheim, sobre o planejamento democrático como a arte do possível, ressalta dois aspectos importantes da abordagem do autor. O primeiro é a perspectiva possibilista¹⁶⁹ adotada pelo autor. Sua análise tenta observar as possibilidades históricas dispostas nos contextos analisados sem recorrer a determinismos. O segundo é o entendimento das possibilidades históricas dentro das funções sociais. O planejamento necessita apreender estas funções, para utilizá-las na direção desejável. Se a abordagem possibilista foge dos determinismos, isto não significa que Mannheim não tenha fundamentado sua perspectiva em alguns deles, como esta monografia demonstra em alguns momentos.

4.6.2 A Dependência do Planejamento para com as Elites

A existência de funções sociais na teoria do autor é acompanhada pela existência de grupos que exercem estas funções, que variam no tempo e estão ligadas às relações de poder, o que fica perceptível quando Mannheim (1961) aponta, como uma das maiores mudanças no seu tempo, a cisão nas elites educadas e ricas em dois grupos. Um que vê sua posição como a fruição de um poder ilimitado e o outro entende esta mesma posição como oportunidade para usar seus conhecimentos e habilidades como objetivo de compartilhar responsabilidades com o restante da sociedade e dar-lhe orientação. “O primeiro grupo representa os chefes potenciais do fascismo, ao passo que o último se compõe dos que estão

¹⁶⁹ Guerreiro Ramos (2009) faz uma distinção entre abordagens possibilistas e deterministas, sendo parte de sua exposição dedicada a análise da teoria de Mannheim.

dispostos a ajudar a erguer uma nova ordem social subordinada a líderes competentes” (MANNHEIM, 1961, p. 16).

Mannheim (1961) afirma que as classes dominantes mais inteligentes dariam preferência pelo planejamento democrático devido aos perigos oferecidos pelo fascismo, que, embora não as destituam de suas posses, pode subjugar-las. A questão estratégica para as elites seria dividir suas fileiras de modo a permitir que os que têm potencial fascista se distanciem dos que só tem a perder com esta alternativa.

O planejamento democrático, para Mannheim, depende duplamente das elites, de um lado, a possibilidade deste ser efetuado depende da opção das elites a esta alternativa, a qual o autor vê como uma tendência. E do outro, o planejamento utiliza da função das elites enquanto orientadoras da direção social. Esta dependência existe porque o autor vê a mudança social como atrelada às elites, pressuposição impossibilita enxergar uma alternativa de mudança em que as elites não tenham papel central.

Mannheim (1961), a partir da análise das funções sociais, afirma que os sofrimentos dos grupos oprimidos foram inúteis enquanto permaneciam isolados, mas, ao serem integrados em uma base crítica e construtiva transformaram-se em funções sociais¹⁷⁰. O autor afirma que o sofrimento passado e o atual existente nas sociedades industriais não é culpa das massas, e que a questão não é encontrar um responsável por este sofrimento, mas resolver a situação agindo nos elementos profundos da vida social: as técnicas sociais.

A afirmação de que o sofrimento dos oprimidos não tinha funcionalidade é embasada na perspectiva do autor de acordo com a qual a realidade social se explica por papéis ativos e passivos¹⁷¹. Os grupos que não possuem papéis ativos não atuam na história de modo dinâmico, mas seriam determinados pelos grupos que os exercessem. Deste modo, a história se explica mais pelo movimento

¹⁷⁰ Esta afirmação se relaciona com uma problemática com que lida o fazer sociológico: a definição de um problema social. A respeito deste tema existem autores, como Lenoir (1996) e Nogueira (1964) que afirmam que o problema social se constitui enquanto tal na medida em que se torna consciente aos indivíduos daquela sociedade. Este tipo de visão é contraposta por Costa Pinto (1986) que entende que os problemas sociais existem estruturalmente independente da consciência dos indivíduos sobre sua existência ou não. Mannheim ao afirmar que os aqueles sofrimentos só ganham relevância política ao se tornarem conscientemente contrapostos parece favorecer a primeira abordagem, por mais que sua análise sociológica contenha elementos que podem ser utilizados a favor dos argumentos da visão de Costa Pinto, que é influenciado por Mannheim.

¹⁷¹ Segundo Mannheim (1953) a tarefa do sociólogo é analisar os grupos e seus dirigentes com papéis ativos na sociedade. A esta unidade de análise ele conceitua como corpo político.

realizado pelas elites do que pelas interdependências existentes entre os grupos. A existência de funções sociais que atribuem a um grupo ou a outro a dinâmica do processo depende das possibilidades oferecidas pelas técnicas sociais. Por isto a história é avaliada por Mannheim não exclusivamente, mas fundamentalmente, baseada na atuação das elites em relação às técnicas sociais.

4.6.3 O Controle dos Controles e a Determinação dos Fatores Técnicos sobre os Políticos

Para o autor, as técnicas sociais é que permitem o controle racional da vida social, o que fica evidente quando, ao elogiar a separação do consenso parlamentar das disputas egoísticas dos grupos, ele faz a seguinte afirmação: “Não é a incompatibilidade funcional entre planificação e democracia que torna a solução difícil, mas o elemento político e tático” (MANNHEIM, 1962, p.352). Os elementos funcionais permitem a elaboração do planejamento e contêm as soluções, cujos impedimentos são gerados pelos fatores políticos. As forças políticas, que têm como sujeitos os partidos, as classes e quaisquer grupos sociais que participem da disputa pública¹⁷² pelo poder, são geradoras de problemas.

Mannheim (1953) afirma que a profundidade das intuições alcançadas na vida social dá alcance aos problemas e respostas de uma época a qualquer mente madura. Mas o técnico¹⁷³ alcança os problemas e respostas com maior refinação mediante uma linguagem avançada, a que serve de base para a planificação. O autor compara a função dos técnicos do planejamento à do clero na Idade Média; ambas podem produzir uma visão unificada apta a orientar a vida social.

Mannheim (1962) afirma que uma questão central da planificação é como controlar o Estado, que é um instrumento de controle. Para ele a história do parlamentarismo¹⁷⁴ é a história do controle dos controles. O desenvolvimento constitucional resultou da concentração de centros de controle que antes atuavam

¹⁷² Mannheim (1961) coloca os conflitos políticos como sendo aqueles que ocorrem no âmbito público. Isto faz parte de seu entendimento de que a análise sociológica tem a tarefa de analisar os grupos ativos politicamente. Este tipo de análise se torna incapaz de analisar profundamente as relações de poder do âmbito considerado privado.

¹⁷³ Este técnico a que Mannheim se refere, é aquele que maneja os conhecimentos científicos no planejamento. Sendo associado a produção científica, na qual possui destaque a sociologia.

¹⁷⁴ Mannheim (1961, 1962, 1953) toma os países anglo-saxões como modelos, com os quais ele fundamenta a planificação. O restante do mundo seguiria aqueles modelos.

independentemente. A sua concentração obrigou os que disputavam o poder a abandonarem perspectivas parciais e a adotarem uma perspectiva unificada na qual se disputa os caminhos que o poder concentrado seguirá. Existem disputas políticas que permeiam o Estado, mas estas são secundárias em face das questões técnicas. O Estado, que na sua fase liberal era controlado pelas forças sociais, começa a controlar as forças sociais¹⁷⁵. Deste modo, seria mais correto dizer que o Estado tende a absorver a sociedade e não o contrário.

A máquina parlamentar contém os elementos técnicos para o controle dos controles, mas este só se efetivará quando houver desejo político de reformulá-la. A possibilidade da racionalização dos controles é que fundamenta o planejamento democrático, sendo as disputas políticas um elemento a ser levado em conta a partir das possibilidades técnicas. Estas últimas submetem as disputas políticas e condicionam as mudanças sociais¹⁷⁶ (MANNHEIM, 1962).

Mannheim (1962) afirma que é vital para a democracia que o povo contribua para o direcionamento das questões públicas, mas, deve limitar-se a dar apenas indicações para os governantes, os quais têm de levar em conta as possibilidades técnicas das indicações. Apenas a direcionalidade final dos assuntos públicos deve ser vista como um elemento político, tornando-se a tradução desta política na prática um assunto puramente técnico. A planificação tende a reduzir os elementos políticos nas decisões com a finalidade de controlá-los. O autor exprime que a formulação de um acordo sobre as questões políticas possibilita que a discussão se dirija para a sua aplicabilidade técnica.

O fato de Mannheim apontar a direcionalidade política como anterior ao fator técnico não significa que o fator político anteceda de fato o técnico na realidade social ou que tenha predominância sobre ele. O autor entende justamente o contrário. As técnicas sociais possibilitam a formação de acordos fundamentais que garantam a funcionalidade da ordem social. Estes acordos servem de base inquestionável aos grupos políticos, de maneira que qualquer perspectiva política, acordo político, ou sugestão popular, não podem contrariar com suas posições

¹⁷⁵ Mannheim (1962) afirma que as três fases da descoberta (ocasional, invenção e planejamento) também se aplicam ao controle dos controles, que passa de um controle ocasional, para um que regulamenta algumas instituições e por fim a planificação que consegue exercer o controle central das posições-chave.

¹⁷⁶ Mannheim (1962) ao falar do perigo das emoções das massas na arena política afirma: "A finalidade da democracia não é jogar com as emoções das massas, mas impedir as vacilantes reações do sentimento popular, de frustrar as opiniões racionais e ponderadas da nação" (MANNHEIM, 1962, p. 364) Estas opiniões ponderadas e racionais são originárias das elites.

políticas aqueles fatores técnicos. A direcionalidade da política já contém em si o elemento técnico, mas mesmo assim ela recebe nova ordenação técnica quando colocada em prática, vendo-se, assim, claramente a submissão dos fatores políticos aos técnicos, na obra de Mannheim.

O planejamento democrático apontado por Mannheim visa uma ruptura com o estágio anterior visto que propõe uma intervenção consciente sobre a vida social. Entretanto esta proposta também conserva contradições sociais na sua necessidade constante de manter a funcionalidade da ordem social.

4.6.4 As Classes Médias como Estabilizadoras

A análise de Mannheim (1953) se atém às técnicas sociais e examina as relações sociais em termos da ordem social, enquadrando nelas, as próprias diferenças sociais, e afirma que existiria uma igualdade desejada, a qual remete a necessidade de não haver grandes diferenças sociais para o planejamento, e uma indesejada, que é a nivelação, que terminaria por não produzir estímulos aos indivíduos. A estratificação social¹⁷⁷ pode ser submetida a um controle social e é considerada desejável desde que não impeça grupos de viverem em comum.

O funcionamento da ordem social possibilita mudanças. Como já exposto, o autor concebe as massas como irracionais e perigosas¹⁷⁸, como também a organização dos seus sindicatos. As organizações de massas possuem forte poder nas sociedades industriais e precisam ser controladas para não gerarem disputas seccionais na sociedade, que culminem na prevalência de um grupo sob a proteção de um Estado totalitário. O autor defende que o planejamento democrático fortaleça os grupos orgânicos e as pequenas associações voluntárias para serem um contrapeso aos sindicatos. Isto protegeria a liberdade política do indivíduo e

¹⁷⁷ Mannheim (1953) classifica as diferenças de posição social em primárias - remetendo as diferenças econômicas - e secundárias - remetendo às relações étnicas, familiares, geográficas e educacionais -, sendo que ambas são sobrepostas. Segundo o autor existiria a possibilidade no planejamento de compensar uma desigualdade em um setor por uma vantagem em outro, de modo a evitar rupturas e garantir a renovação gradual da sociedade. Esta concepção do autor toma as diferenças sociais como valores harmônicos que podem ser trocados entre si. Tal concepção foge da realidade social com a pretensão de justificar desigualdades mantidas pelo planejamento proposto por ele.

¹⁷⁸ Mannheim (1953) afirma que o perigo do fascismo não está no bárbaro, mas no soldado e no operário superdisciplinado que perde repentinamente sua função e não tem mais a quem obedecer.

garantiria que o parlamento não virasse uma representação das organizações de massas (MANNHEIM, 1953).

Conforme Mannheim (1953), para impedir as organizações seccionais é fundamental a existência de um setor da população que possua moderadamente bens. As classes médias atuam como estabilizadoras das sociedades ocidentais e assim permitem mudanças sociais de acordo com a tradição ocidental. Exercem ação estabilizadora na medida em que tendem a defender a ordem social através de um equilíbrio entre os excessos oligárquicos das classes dirigentes e o ímpeto revolucionário do proletariado¹⁷⁹.

O autor afirma que as esperanças do reformador social, na aplicação das técnicas modernas, dependem de que a estabilidade seja do interesse das classes médias e altas¹⁸⁰. A reforma também fornece serviços às classes baixas com a finalidade de que estas também se transformem em elementos estabilizadores (MANNHEIM, 1953).

4.6.5 O Planejamento Econômico com Manutenção do Capitalista

A discussão sobre as estratificações sociais e sobre suas relações na sociedade industrial tem por objetivo entender como o planejamento intervém na esfera econômica. Mannheim (1953) afirma que o crescimento monopolístico é fomentador de desintegração social ao deixar as massas abandonadas no ciclo econômico¹⁸¹. Ele defende a intervenção estatal para impedir os monopólios arbitrários com a finalidade de garantir a utilização dos recursos para benefício da comunidade, mantendo a liberdade de empresa. Isto seria possível através de uma democracia industrial, na qual as autoridades centrais encarregadas do planejamento democrático determinassem qual a influência que os trabalhadores poderiam ter na direção da indústria.

Mannheim (1953) concebe que um sistema misto de inversões estatais e privadas é o mais viável para a planificação, na qual as empresas estatais ficariam

¹⁷⁹ Ernest K. Bramsted e Hans Gerth (1953) afirmam que Mannheim entende as classes médias como conectadas à planificação por estarem entre a reação e a revolução.

¹⁸⁰ Um exemplo de uma elite que se volta contra a ordem social é quando a camada intelectual não encontra papel na sociedade de massas não planificada (MANNHEIM, 1953).

¹⁸¹ Mannheim (1953) enfatiza que os efeitos econômicos são apenas uma parte da expressão da desintegração social, por mais que apenas a guerra seja mais visível que o desemprego em massa.

com os setores de base e a iniciativa privada com as indústrias que envolvem mais iniciativa. A iniciativa das inversões deve permanecer nas mãos dos industriais, sendo apenas em casos extremos requerida a intervenção planejada com controle de preços, salários e inversões. Este controle total é incompatível com a planificação. A coexistência desta com a descentralização econômica é fundamental ao planejamento democrático, e é garantida pelo acordo entre os grupos econômicos a favor do progresso sem uma transformação econômica radical. A propriedade privada exerceria uma função educadora para fomentar a iniciativa industrial a partir de pequenas empresas.

O autor defende que o uso da propriedade privada com finalidades sociais pode ser controlado pelo Estado, mas sem recorrer as expropriações. O industrial manteria a renda alta e o *status*, mas perderia o poder político, pois a direcionalidade dos investimentos não atenderia a suas escolhas arbitrárias (MANNHEIM, 1962). As propostas do autor no campo econômico seguem a perspectiva geral do planejamento; realizar mudanças graduais que não retirem os grupos de suas posições sociais sob o risco de desestabilizar a funcionalidade da ordem social¹⁸².

4.6.6 A Condução do Planejamento Democrático pelas Elites

A planificação tem como uma de suas questões fundamentais a pergunta sobre quem planifica os planejadores, isto é, que grupo social realiza a planificação? Mannheim dá a seguinte resposta a este conflito, entre grupos, pela possibilidade de planificar: “Mas também esse conflito, como todos os conflitos da história, será decidido por uma pequena minoria, pois as massas sempre tomam a forma que as minorias criadoras, no controle da sociedade, escolhem para elas” (MANNHEIM, 1962, p.85).

¹⁸² Mannheim (1953) também afirma que os países desenvolvidos ao se depararem com o dilema de usarem formas de exploração extremas teriam encontrado uma saída na colonização dos países não desenvolvidos. O que é bastante contraditório, pois mostra que o autor não entendia a exploração realizada nos países não desenvolvidos como uma forma de exploração. Ele também afirma que o imperialismo estaria saturado devido a fricção econômica e que o despertar dos povos atrasados pelo contato com os avançados, tenderia a fazer a Europa sofrer uma contração tornando as disputas por oportunidades mais megalomaniacas. O autor utiliza de uma perspectiva eurocêntrica para entender as relações entre os povos desenvolvidos e os não desenvolvidos - como se refere a toda população dos países que não sejam desenvolvidos, indiferenciadamente se sejam classificados como subdesenvolvidos ou não desenvolvidos, como se faz na discussão da sociologia do desenvolvimento.

A posição das elites na sociedade é um dos fundamentos da planificação. Segundo Mannheim (1953) as técnicas sociais promovem a existência de posições-chave e, com isto, favorecem o governo da minoria. As técnicas modernas são fruto de um processo de desenvolvimento fomentado pela disputa de poder entre certos grupos. Estes aprimoravam as técnicas já existentes, nas quais se fundamentava o exercício de seu poder, com a finalidade de ampliar o poder de que dispunham, sendo as elites os grupos que mais fomentaram este desenvolvimento.

Mannheim (1962) aponta mudanças nas elites com o advento da sociedade de massas. A primeira mudança remete ao aumento do número de elites devido a democratização, e teria ocasionado uma neutralização mútua entre estas, já que quanto mais elites, menor é o poder de uma delas influenciar profundamente toda a sociedade. A segunda modificação seria a perda da exclusividade das elites, ocasionada pelo aumento da participação pública na vida social, fazendo com que os gostos dessas não tenham tempo de se amadurecer em pequenos grupos, antes de serem apreendidas pelas massas como impulsos. Isto resulta em uma metrópole cheia de sensações passageiras¹⁸³.

Segundo o autor, para que a cultura floresça é importante manter certa exclusividade ao mesmo tempo que se fomenta o acesso às elites,¹⁸⁴. Cada indivíduo que ingressa na elite traz consigo os interesses do grupo do qual veio, enriquecendo a atmosfera na qual a elite vive e também promovendo uma mediação da elite para com aquele grupo. O planejamento deve lidar com as formas de acesso às elites; que esta baseia-se na propriedade, no sangue e na realização, sendo que a última tende a aumentar sua influência na democracia moderna, sendo o elemento dinâmico. Ele afirma que por mais positivo que isto seja, pode gerar efeitos destrutivos, visto que uma sociedade de massas que funcionasse apenas pelo princípio da realização poderia proporcionar uma troca muito rápida entre elites, minando a ampliação lenta e gradual da influência destes grupos, que garante a continuidade social (MANNHEIM, 1962).

¹⁸³ Esta neutralização dos gostos também ofereceria uma oportunidade para as ambições ditatoriais, que não enfrentariam resistência real, devido aos valores e gostos reais daquela sociedade estarem neutralizados. O autor também considera que as mudanças culturais e políticas ocorrem primeiramente nos pequenos grupos das elites e devido a *democratização fundamental* se espalhariam para as massas (MANNHEIM, 1962).

¹⁸⁴ Mannheim (1962) afirma que a mudança para uma sociedade de massas teve inicialmente um efeito positivo na criação de cultura pelas elites intelectuais, que se libertavam de amarras para com a ordem social anterior, mas teve um efeito negativo com o aumento excessivo de intelectuais.

Mannheim (1953) afirma que o destino das classes dirigentes é salvar a humanidade pela adoção da democracia militante e pela instrução intelectual. Estas deveriam ser instruídas nos conhecimentos das ciências sociais¹⁸⁵ e elas deveriam aderir a uma filosofia social que fosse adequada a uma sociedade democrática evolutiva.

Cabe as elites definir os princípios e objetivos da democracia, assim como as formas práticas para alcançar estes, mediante as reformas e a opinião de acordo das massas, isto não significa a defesa de um fanatismo pela elite, já que a unidade do grupo dirigente deve ser dialética e não pode predizer exatamente quais serão os objetivos para os quais direcionar o processo social, sendo que estes só se definem e redefinem no processo experimental de esforço comum. As elites promovem variadas vezes a síntese dos interesses em oposição, mantendo apenas um mínimo indispensável em comum: os acordos fundamentais¹⁸⁶ (MANNHEIM, 1953).

A importância da manutenção de acordos comuns e de padrões culturais pelas elites, atribuída por Mannheim na planificação, decorre da relevância da tradição para o processo social. Segundo o autor é esta tradição que, aliada às técnicas sociais, evitou que a desintegração, a qual ele vê na sociedade, levasse à anomia (MANNHEIM, 1953).

O autor afirma que existem fases de expansão e de contração na história. As primeiras são marcadas por uma diminuição do super-ego que permite as classes ascendentes uma liberação de emoções antes reprimida, as segundas representam a busca de manter as relações de poder pelas classes dominantes, sendo a fase que tende a fomentar um novo equilíbrio (MANNHEIM, 1953). Nesta lógica de expansão e contração, o papel das elites também se apresenta como dinâmico, pois por mais que a liberação de energia venha das classes ascendentes, as formas que estas assumirão dependem das classes dirigentes que definem o novo equilíbrio social. Mas, cabe salientar que as elites não têm domínio total sobre o processo

¹⁸⁵ O autor afirma que o sociólogo é privilegiado no acesso ao contexto real em que se aplicam as normas, tendo função central no planejamento das diversas partes deste (MANNHEIM, 1961). O planejamento necessitaria, devido ao aumento das unidades sociais e do corpo administrativo, preparar dois tipos de indivíduo, um que dirige a política e outra que a executa (MANNHEIM, 1962). Isto demonstra que o papel das elites e dos técnicos não é exatamente o mesmo para Mannheim, por mais que se fundamentem um no do outro.

¹⁸⁶ Mannheim (1962) em vista de promover espaços para a elite elaborar estes objetivos e sínteses, propõe espaços afastados da crítica das massas, mas não isolados destas, para as elites determinarem o que é praticável. O autor também propõe a formulação de um fórum de intelectuais para a realização do ajustamento moral (MANNHEIM, 1961).

histórico, já que esta liberação de energias também redefine as possibilidades históricas.

Mannheim (1961) afirma que a via reformista permite as velhas lideranças cooperarem no processo de mudança, não realizando ataques impiedosos aos valores tradicionais da Europa, como o humanismo e o cristianismo, permitindo o rejuvenescimento da tradição através da mescla das antigas lideranças com as novas.

4.7 MORAL, RELIGIÃO E TRADIÇÃO COMO CONSTITUIDORAS DO PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO

4.7.1 A Busca do Controle Consciente sobre as Questões Morais

O pensamento de Mannheim é permeado pela concepção de que existem elementos metafísicos e ontológicos nas perspectivas sociais. Mesmo antes de colocar a questão nestes termos em **Ideologia e Utopia** (1982), o autor já apontava, em **Gênese e Natureza do Historicismo** (1982b), a existência de questões filosóficas na base da descrição histórica. Ele afirma que, após enquadrar o fato histórico em uma totalidade, a pergunta a ser feita passa a ser: qual o significado daquele acontecimento histórico? Esta indagação filosófica seria resultado de um movimento metafísico e universal realizado pela análise social historicista. Fazendo com que a ciência da história se tornasse uma filosofia da história, na qual os motivos filosóficos inconscientes que determinavam as tensões sociais e as visões de mundo torvam-se conscientes. Esta consciência permitiria uma autorrealização sistemática da filosofia da história.

A sucessão no tempo de um princípio filosófico para outro remete a passagem de um padrão de atitude vital para outro¹⁸⁷. Implícita na mudança cultural de uma sociedade está a existência de uma lei de estruturação ou de um princípio de sistematização, os quais correspondem a uma totalidade que determina os fatos imediatamente perceptíveis pelos indivíduos. Esta totalidade é geradora da cultura e

¹⁸⁷ Mannheim (1982b) destaca que o historicismo não utiliza apenas de uma análise teórica, sendo um de seus grandes avanços, para com as análises históricas anteriores, a percepção dos conflitos filosóficos enquanto conflitos vitais, isto é, conflitos entre grupos sociais disputando o poder. Percebendo, assim, raízes extra-filosóficas e pré-filosóficas vinculadas às condições sociais de existência, nos pensamentos analisados.

seus diversos fatores “[...] abrem novos mundos dentro e em torno de nós” (MANNHEIM, 1982b, p.143). A passagem de uma filosofia a outra significa a incorporação do pensamento anterior ao novo. O novo sistema parte de centros mais abrangentes do que os anteriores, resignificando-os de modo a colocá-los como uma parte de seu próprio sistema (MANNHEIM, 1982 b).

O autor propõe a substituição da epistemologia como ciência fundamental pela filosofia da história que atuaria como uma metafísica dinâmica (MANNHEIM, 1982b). Modifica a defesa por uma filosofia da história, elaborando uma sociologia do conhecimento¹⁸⁸, mas continua a apontar a existência de elementos responsáveis pela mudança histórica que necessitam ser descobertos por meios filosóficos.

Mannheim (1982b) afirma haver três funções básicas do método dialético: a primeira delas é racionalizar o indivíduo histórico em meio aos acontecimentos que o cerceiam, a segunda a racionalização do desenvolvimento da civilização estudada, e a terceira a racionalização filosófica da história, isto é, dar um significado a história. Essas promovem uma racionalização de coisas essencialmente irracionais e, com isto, exigem o pensamento metafísico.

A sociologia do conhecimento de Mannheim tem como um de seus fundamentos a intrínseca vinculação entre pensamento e intenção. A valoração está presente em toda perspectiva, mas se isso pode demonstrar apenas a vinculação histórica e limitada do conhecimento, não evidenciando a busca de conhecimento através de meios metafísicos, o mesmo não ocorre com o planejamento democrático e sua discussão sobre a moralidade.

O planejamento democrático tem como tarefa o ajustamento das diversas esferas da vida social às novas técnicas sociais da época, a realização deste permite a elaboração de princípios morais fundamentais a serem seguidos por aquela sociedade. O conhecimento técnico permite entender o tipo e a quantidade de poder necessário para exercer determinadas funções, e, através deste conhecimento, possibilita elaborar critérios morais para a utilização do poder. O planejamento deve buscar determinar suas finalidades, a partir de seus meios: as técnicas sociais. (MANNHEIM, 1953).

¹⁸⁸ Em **O Pensamento Conservador** (1981), obra que antecede **Ideologia e Utopia** (1982), o autor vai defender a busca de princípios imanentes à situação social para explicar as mudanças nos estilos de pensamento.

O conhecimento técnico condiciona a elaboração de fundamentos morais, os quais são aplicáveis para direcionar as relações de poder. Mannheim condiciona a parte moral do planejamento à técnica e utiliza ambas para fundamentar as relações políticas. A relação entre estas áreas não é estática, mas também não ocorre com elas em um mesmo plano. As disputas de poder no planejamento seriam limitadas pelos princípios, que são elaborados de modo externo às disputas políticas, pelo conhecimento técnico e pela moralidade.

Mannheim (1953) afirma que em toda sociedade existem ideias operativas que indicam a sua forma de vida. A personalidade democrática teria como um elemento constitutivo a conduta integradora, que significa a tolerância para com as outras visões de mundo, em vista de absorver características de seres humanos essencialmente diferentes. O autor aponta que esta conduta só é possível aos indivíduos que, ao se disporem à cooperação e a troca de ideias, não temam perder sua posição social e individualidade. O temor de perder a posição social é o maior obstáculo a uma atitude experimental, sendo contraposto a um caso ideal de participação democrática, na qual a posição social não interfere nas relações devido a uma igualdade essencial a que aderem os indivíduos. A conduta integradora é uma definição científica para as tendências latentes que sempre existiram nas ideias de democracia e de tolerância, e que passam a ser mais perceptíveis pela consciência ao longo do tempo.

Ao conceber que existe uma tendência latente para a integração nas sociedades, Mannheim aponta a existência de um elemento externo aos confrontos, não porque não participe destes, mas porque os condiciona a partir de outro plano, que não pode ser atingido pelas disputas de poder. A proposta de se conceberem acordos fundamentais de ordem moral para o planejamento se baseia na concepção de que existem elementos condicionadores da história que devem ser controlados¹⁸⁹.

Mannheim (1953) defende que se utilize o conhecimento científico para a realização da orientação moral. A metafísica não pode permitir o mesmo experimentalismo da análise científica, pois isto geraria a perda da base da moral, que não pode variar tanto quanto a base de uma hipótese científica. Mas é

¹⁸⁹ Disto resulta afirmações do autor sobre o planejamento ser anti-fascista, anti-comunista e anti-capitalista (MANNHEIM, 1953). Estas só podem ser entendidas devido a uma tentativa de colocar-se acima destas disputas entre perspectivas parciais.

necessária certa dosagem deste experimentalismo para permitir uma utilização da sociologia pelo teólogo. O autor afirma que se o sociólogo deve partir da análise empírica sem pressupor a existência de valores a-históricos que condicionem as relações sociais, o teólogo deve usar sua interpretação para ver em que pontos estão os limites da sociologia e são necessários conhecimentos de outro tipo. A perspectiva sociológica deveria entender que o poder espiritual é necessário para a integração¹⁹⁰, o que não autoriza o sociólogo a ser um clérigo, mas implica na formulação de um planejamento que leve em conta a liderança religiosa¹⁹¹.

4.7.2 Os Arquétipos

A existência de um fator de inspiração religiosa, que condiciona a mudança histórica, culmina na formulação do conceito de arquétipo¹⁹²; é um paradigma historicamente determinado. Se determinarmos, como faz Mannheim, este paradigma como um meio de se orientar na realidade social, então: “A História consistirá, assim, em materializar essa substância cristã¹⁹³ de acordo com a transformação do ambiente social em que as gerações de homens são chamadas a viver” (MANNHEIM, 1961, p. 136). A ideia de arquétipo como paradigmas é uma referência às parábolas em que se podem ver princípios fundamentais nas situações concretas do tempo de Jesus Cristo. A utilização do arquétipo consiste na passagem destes valores fundamentais para outras situações históricas. Quando sociedade é muito complexa se precisa da sociologia para esta remodelação.

Mannheim (1961) afirma que os arquétipos presentes na ascensão das classes burguesas representavam as tensões de seu tempo, mas se transformaram

¹⁹⁰ “Se realmente existe apenas uma Verdade, esta haverá de ser mais ampla do que pode abarcar um só ser humano ou um só partido” (MANNHEIM, 1953, p.343) O autor afirma que não se pode saber por quem ou que grupo se manifestará a voz de Deus - entidade divina cristã -, sendo fundamental ouvir a todos para a unificação religiosa e para a integração da sociedade planificada. Não só a integração tem um lado religioso, como a mudança da personalidade também o tem, tanto que o autor afirma que ela poderia ser entendida enquanto uma conversão, termo religioso que significaria uma mudança total da personalidade de modo confessado, isto é, consciente. O fato de conceituar a mudança da personalidade com um conceito religioso indica que existe uma mudança moral nesta transformação (MANNHEIM, 1953).

¹⁹¹ No final de **Libertad, Poder y Planificación Democrática** (1953) o autor desenvolvia pontos sobre como deveria atuar a religião na planificação. Os escritos se interrompem devido ao falecimento de Mannheim.

¹⁹² Arquétipo é uma concepção de Santo Agostinho, utilizada por Jung. Mannheim (1961) afirma que sua pretensão em usar o conceito é descobrir qual a função social deste elemento.

¹⁹³ Mannheim (1961, 1953) concebe a religião cristã como orientadora da integração religiosa no planejamento. Isto será discutido adiante.

em um ceticismo inadequado à unificação de valores. O desvanecimento dos arquétipos foi responsável por uma desespiritualização na era moderna. A anulação da função social dos arquétipos explica a crise dos valores da época, o que leva Mannheim a explicar as situações sociais a partir dos arquétipos. Como nesta afirmação: “Os conflitos sociais são, corretamente entendidos, sintomas de uma discrepância entre formas consagradas de atitudes e valores e a situação mutável” (MANNHEIM, 1961, p.139). A situação de crise social é colocada como a ausência da função social destes paradigmas.

A ideia de arquétipos requer contínua reinterpretação de uma substância. O impedimento desta reinterpretação levou o autor a se perguntar: “Como podemos planejar de molde a encorajar o livre curso dessas forças e deixar que seu poder espiritual sature toda a essência da vida?” (MANNHEIM, 1961, p. 143). Mannheim tenta investigar a função social exercida por esta substância no tempo, entretanto, sua análise não só pressupõe que algum ordenamento moral tenha de atuar para realizar uma função social, mas pressupõe que um determinado ordenamento moral atuará para realizar funções sociais de diferentes épocas. A mesma substância se remodela, sendo que a origem desta é a-histórica, visto que vêm das revelações religiosas do cristianismo.

Com este movimento teórico-metodológico, o autor acaba por utilizar da concepção de que haveria pressupostos metafísicos nas perspectivas, para justificar a existência de elementos metafísicos atuando na realidade social. Não é apenas o ser humano que tenta atribuir sentido a vida social, mas a vida social encerra um sentido gerado por elementos da realidade que lhe dão um significado no universo metafísico. Estes elementos introduzidos na análise não são obtidos por ela, mas sim pela inserção de uma concepção metafísica. Este movimento é um salto mortal para o sociólogo, já que além de realizar uma defesa metafísica, ele acaba por defender esta como científica, quando o método de determinar primeiramente o arquétipo é ler um livro sagrado e entender uma parábola, somente depois atribuindo uma função social àquele.

4.7.3 A Necessidade da Religião para o Planejamento

A concepção de arquétipo fundamenta o uso da religião no planejamento. Mannheim (1953) afirma que a mente humana busca finalidades nas coisas e que isto confirma a existência de estruturas arcaicas nessa, comprovando a necessidade de uma base religiosa que fundamente a atividade humana¹⁹⁴. A elaboração de princípios comuns pelo planejamento democrático necessita da religião¹⁹⁵. As energias religiosas, ou quase religiosas, são necessárias para promover a integração fundamental¹⁹⁶. O autor enfatiza que a religião não deveria agir como um dogma fixo que determinasse o planejamento inteiro, mas como um elemento criador da mudança.

Mannheim (1961) afirma que a transformação democrática faria com que a ordem social da planificação fosse cristã¹⁹⁷. O autor afirma que o planejamento não determina nenhum credo específico, conjuntamente diz que é melhor para a fé cristã impregnar a todos os pontos de vista. Com isto ele deixa evidente que os arquétipos do planejamento são cristãos, e que, portanto, mesmo se prevalecesse outra religião naquela sociedade, os arquétipos cristãos teriam de estar dispostos naquela religião¹⁹⁸. Esta concepção demonstra que o planejamento não fixa regras de mudança espiritual e social, mas planeja visando a experiência e o desenvolvimento de uma substância básica¹⁹⁹.

A experiência religiosa atua como um elemento de manutenção e remodelação da tradição, neste sentido o cristão busca a harmonia da situação social com a sua experiência básica, e nisto reside o elemento tradicional e conservador da ação cristã. Esta é contrastada com um elemento progressista,

¹⁹⁴ Mannheim (1961) afirma que as experiências paradigmas humanitária e comunista também são arcaicas mas, por serem mais racionais que as religiosas, oferecem o risco da desintegração.

¹⁹⁵ Mannheim (1961) afirma que se a sociedade se preocupar apenas com a eficiência do ajustamento acabará se desintegrando.

¹⁹⁶ Mannheim (1961) afirma que os sacrifícios que a vida democrática exige só seriam aceitos por meio da educação oferecida pela religião. Ele menciona que este ensino distinguiria as vantagens imediatas dos problemas duradouros, o que indica uma proximidade à ideia de pecado e punição.

¹⁹⁷ Ernest K. Bramsted e Hans Gerth (1953) apontam uma ruptura de Mannheim para com seu período na Alemanha, a respeito do papel da religião. A análise social teria limites e caberia para a religião a integração última das atividades humanas. O autor teve influência de um grupo de pensadores cristãos do qual participava, na elaboração da resposta à pergunta de quem planificava os planejadores.

¹⁹⁸ Mannheim (1962) afirma que os símbolos autênticos vindos dos arquétipos primevos dificilmente modificaram-se. Ele menciona o uso destes arquétipos pela igreja católica após assimilação dos mesmos de rituais pagãos. A explicação do autor não deixa de ter um certo misticismo, ao atribuir a esta assimilação religiosa o caráter de ser a apreensão legítima dos arquétipos primevos e, deste modo, deslegitimando as outras assimilações feitas por outras religiões.

¹⁹⁹ O autor chega a propor uma entidade semelhante ao clero para vigiar os padrões básicos da sociedade, mas, desde que não fosse uma entidade dogmática. (MANNHEIM, 1961).

referente a tentativa do cristão reinterpretar as mudanças em curso na realidade social. O elemento conservador condiciona a visão e o progressista realiza a atualização (MANNHEIM, 1961).

4.7.4 A Manutenção da Tradição na Mudança Social

O papel da experiência religiosa na planificação remete ao papel da tradição na mesma. Mannheim (1953) afirma que a tradição fomenta uma ligação entre as experiências comuns e as expectativas de uma comunidade. Ela necessita, para se efetivar, de uma mudança social lenta, assim como da possibilidade das instituições sociais serem reconciliadas. Com isto ele afirma que o planejamento não pode se efetivar sobre antagonismos irreconciliáveis através da mudança abrupta, pois assim deslocaria a tradição na mudança. Ele concebe que o rejuvenescimento da sociedade necessita tanto de fatores conservadores quanto de progressistas. Os primeiros assegurando a continuidade da tradição e os segundos com aspectos construtivos das mudanças²⁰⁰.

O planejamento tem como base um rejuvenescimento da tradição através da remodelação de um arquétipo, contendo não apenas uma determinação metafísica e religiosa, mas também apresentando a noção de mudança social presente nas demais partes da planificação. A mudança social ocorre com base no que já está presente na ordem social, é realizada por meios lentos, tendo como principal preocupação não desvalorizar a tradição. Este tipo de mudança se adequa a perspectiva de Mannheim de que a dinâmica do processo cabe as elites com poder na ordem social. As elites sendo, para o autor, as principais responsáveis pelas elaborações culturais e pela racionalidade política, são também as portadoras da tradição de uma sociedade. A tradição também possui a dinâmica sobre o novo no

²⁰⁰ Foracchi (1982) afirma que a noção de planejamento em Mannheim apresenta variações em suas obras, sendo que inicialmente esta aparecia como decorrência inevitável do processo histórico e depois se apresenta como uma possibilidade. Ela afirma que estas duas concepções não são contraditórias e sim complementares, pois a noção de planejamento se expressa tanto quanto técnica social quanto como processo social: como técnica mostra o caráter do planejamento como elemento de preservação da ordem social; como processo concebe um enriquecimento da tradição cultural pela incorporação de novos valores individuais e coletivos. Há uma ideia de redescoberta na planificação, no sentido que se redescobre e revaloriza o ser humano no processo social, assim como se reintegram as instituições e se redescobre o pensamento. A autora também diz que a noção de técnica social de Mannheim teria se aproveitado e reformulado a noção de *práxis* de Marx, visto que ambos os conceitos tentam abarcar tanto fatores decorridos do processo histórico, quanto possibilidades de intervenção. Foracchi também destaca que o conceito de planejamento acaba tomando um tom mais emocional do que objetivo em toda a obra do autor.

planejamento; afinal o arquétipo se remodela com base em seu próprio paradigma. Deste modo a concepção religiosa e metafísica do autor manteve, no que concerne a questão de que grupos promovem a mudança e a dinâmica desta, a perspectiva histórica contida em sua sociologia do conhecimento e nas outras partes do planejamento democrático.

A perspectiva histórica de Mannheim atribuí racionalidade a certos grupos e irracionalidade à outros, ao mesmo tempo que mantém a proposta de uma mudança racionalizada da sociedade, mas com um fundo irracional não modificável que determina aquela mudança²⁰¹. A intervenção na realidade é garantida pelo domínio dos elementos racionais, as técnicas sociais, entretanto o sentido da história é determinado por um elemento não compreensível racionalmente - os arquétipos - gerando uma tensão entre estes dois fatores e levando o autor a propor o domínio das técnicas sociais - que se modificam na história - concomitantemente ao entendimento de uma remodelação da função social do arquétipo religioso; este seria o caminho para a apreensão consciente e para o controle das tendências do processo histórico.

4.8 DIRECIONALIDADE, REVERSIBILIDADE E IRREVERSIBILIDADE DO PROCESSO HISTÓRICO PARA MANNHEIM

4.8.1 A Dialética do Controle Humano sobre as Técnicas Sociais

Mannheim (1953) afirma que toda sociedade produz, através da educação, restrições aos impulsos primários dos indivíduos no processo de civilização, sendo que a organização dessas leva à civilização. Entretanto, caso estes impulsos

²⁰¹ Se fizermos uma análise dos estilos de pensamento nos moldes propostos pelo autor, perceberíamos uma tensão entre influências conservadoras, e socialistas nestes traços de pensamento. Ao mesmo tempo se corporifica a racionalidade e a irracionalidade em grupos sociais, a elite e a massa, procedimento que o autor atribuí ao conservadorismo e que também é utilizado pela perspectiva socialista. De mesmo modo a racionalização do planejamento acompanhada de um aspecto irracional, o arquétipo, na mudança, tem traços próximos a racionalidade que a perspectiva socialista tenta colocar à mudança que; culmina em uma irracionalidade: a revolução. Mas diferente desta perspectiva a preservação da tradição tem mais importância para o autor do que a modificação das estruturas. É possível apontar outras relações como estas, além de diversos traços liberais em Mannheim, mas esta análise seria muito prolongada para esta monografia, ficando apenas como indicação de um possível desdobramento desta pesquisa.

primários rompem com as restrições sociais, o que é possível com uma catástrofe²⁰² social, a sociedade pode regredir para um estágio social anterior ou, até mesmo, à barbárie. Esta afirmação pode gerar a interpretação de que Mannheim concebia a possibilidade do processo histórico regredir ilimitadamente devido a fatores sociais, visto que o próprio autor afirma isto explicitamente, entretanto, sua análise social contradiz isto, já que o autor não entende esta possibilidade como real.

O autor afirma que não existe uma tendência de progresso moral e racional inerente ao espírito humano e menciona a possibilidade de retroceder estágios na história, citando o caso da Europa de sua época que havia nitidamente retrocedido com as ditaduras totalitárias (MANNHEIM, 1962). A reforma defendida por ele seria uma oportunidade fugaz existente no processo histórico, a qual as forças progressistas deveriam tentar promover, mas que, se fosse perdida, poderia se perder para sempre (MANNHEIM, 1961). Mannheim (1961, 1962, 1953) indica que, caso o planejamento democrático não se efetivasse, ocorreria um retrocesso em direção aos regimes totalitários, sendo esta é sua preocupação central, visto que sua análise concreta estava se dirigindo para os acontecimentos da Europa de seu tempo.

Por mais que afirma a inexistência de uma tendência ao progresso ligado ao espírito humano, Mannheim (1953, 1961, 1962) aponta a existência de uma tendência ao desenvolvimento ascendente das técnicas sociais; o avanço destas promoveu posições-chave na sociedade que tornaram a sustentação da ordem liberal impossível e a reformulação desta através do planejamento inevitável, o que não indicava um desdobramento democrático da situação histórica, e sim uma necessidade de domínio consciente sobre as técnicas, que só era possível pelo totalitarismo ou pelo planejamento para liberdade, entendidos como duas formas de planejamento.

As técnicas sociais são os elementos centrais da análise do planejamento de Mannheim; as concebe como as formas de controle sobre a conduta humana. O desenvolvimento dessas técnicas atenderia a uma lógica própria das formas de controle; pensadas como os principais componentes da ordem social e tomadas como determinantes das outras relações sociais.

²⁰² Mannheim (1953) afirma que o arqui-inimigo das democracias é o caos, semeador de ditaduras.

As técnicas sociais não podem ser pensadas sem levar em consideração as relações de poder, entretanto, Mannheim as concebe como as responsáveis pela dinâmica da história e das relações de poder existentes nesta. Mas a história, a cultura, e as relações de poder, não são pensadas como responsáveis pela dinâmica das técnicas. Ele concebe que os elementos condicionadores da conduta humana na ordem social, são os elementos dinâmicos da história; as técnicas seriam um desdobramento da própria ordem social, de modo a terem uma autonomia para com as relações de poder, e se sobreporem a estas.

A ordem social tem seu desdobramento de modo autônomo para com as relações de poder, visto que o que condiciona este desdobramento são elementos considerados como necessários às funções sociais. Quando Mannheim formula a sociologia sistemática, e defende a busca do funcionamento geral da sociedade, ele tenta dar base empírica, através da comparação, à certos preceitos, considerados como necessários a uma sociedade: as chamadas funções sociais. Após este procedimento, toma-se essas funções, que são exercidas por técnicas sociais, como constituidoras de toda sociedade.

Este tipo de abordagem isola a análise histórica concreta das relações de poder, insere na análise da situação concreta um pressuposto, retirado de um estudo feito separadamente da observação histórica. Tal pressuposto não é histórico e é tomado como inevitavelmente existente nas relações a serem analisadas concretamente, visto que é tomado como a parte dinâmica da análise, em contraposição as relações de poder concretas - que não são inevitáveis, em um formato específico, e são colocadas como determinadas por aqueles elementos vindos da análise não histórica.

Mannheim (1962) afirma que não é apenas devido as forças sociais que as sociedades de sua época apresentavam tantos conflitos e tanta dificuldade para encontrar uma solução. A responsabilidade a isto também cabia a uma falha da humanidade em controlar estas mudanças. Isto porque a mudança que ocorria de modo espontâneo e inconsciente não pode mais ocorrer, existindo a necessidade da consciência sobre a realidade social para que a mudança possa ser controlada e ocorrer. Controle que poderia ser direcionado à democracia ou à ditadura e era resultado de um domínio da humanidade dos desdobramentos das técnicas sociais.

Mannheim (1962) afirma que o domínio da técnica liberta²⁰³ a humanidade da tirania da natureza. Esta passa a ser mais controlada, e os indivíduos menos determinados por ela. Este maior domínio das técnicas gera, por outro lado, uma maior dependência dos indivíduos para com a cooperação em um processo de divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, provoca um efeito não intencional na esfera psicológica. Os indivíduos passavam a mudar o seu caráter em uma mudança na qual “[...] o homem, modificando seu meio, modificou-se também” (MANNHEIM, 1962, p.382). Este processo de civilização²⁰⁴ corresponde a criação de uma “segunda natureza”, assim descrita:

Essa “segunda natureza” é a técnica – e as relações organizadas que o domínio da técnica exige. Quanto mais a técnica nos liberta das forças arbitrarias da circunstância, mais nos emaranhamos na rede das relações sociais que criamos. Do ponto de vista humano, essa “segunda natureza” não será menos caótica e ameaçadora do que a primeira, enquanto essas relações não puderem ser apreendidas em sua totalidade e, portanto, controladas (MANNHEIM, 1962, p.382).

O controle sobre esta “segunda natureza” só é possível através da consciência e manuseio das posições-chave de uma sociedade, intervenção na realidade a qual o autor chama de planejamento democrático. Este propicia a liberdade de intervir não apenas dentro da rede de relações estabelecidas, mas nas relações ainda em formação, necessitando de certa espontaneidade no uso das

²⁰³ Mannheim (1962) afirma que as três fases do desenvolvimento da técnica social: ocasional, invenção e planejamento se aplicam à mudança na liberdade humana. O primeiro estágio corresponderia a uma experimentação para com o ambiente, a falta de liberdade significaria não conseguir satisfazer os desejos na medida em que surgem, enquanto a garantia de liberdade era a possibilidade de escapar em uma situação de perigo. No segundo estágio, o da invenção, ocorre a superação da dependência da natureza e se formula uma nova dependência para com a sociedade, é possível utilizar meios intermediários para finalidades desejadas, mas não se consegue coordenar a totalidade das organizações em uma direção, sendo que a garantia da liberdade seria a possibilidade de conseguir jogar as instituições umas contra as outras. A terceira fase corresponde a planificação que consegue influir na conduta social através de posições-chave e a garantia de liberdade nesta fase consiste em planificar a intervenção nos pontos-chave, de modo a protegê-los durante a execução do plano. O autor utiliza de uma concepção dialética para entender a passagem de uma fase a outra, sendo cada passagem representa a superação daquela fase, mas não o abandono daquela liberdade, que é incorporada na nova forma de liberdade. Esta mesma concepção é utilizada para entender as três fases da técnica social e do controle dos controles, sendo estes processos inter-relacionados no avanço das técnicas.

²⁰⁴ Existem proximidades desta concepção à de processo civilizador de Norbert Elias (1993). A proposição de Mannheim de que a mudança nas técnicas corresponde a uma mudança nas relações para com a natureza, na relação para com as relações sociais, e na formação do caráter, se aproximam da concepção de configuração de Elias (1999), a qual se refere as relações de controle para com a natureza, entre indivíduos e para com si mesmo. Cabe distinguir que Elias se esforça por analisar uma sociogênese do processo civilizador, o que se distingue da concepção de Mannheim de que a mudança na técnica gera uma mudança psicológica, mas se aproxima da concepção do mesmo de que a humanidade, mudando seu meio, modifica a si mesma, mesmo que mantendo ainda a distinção do segundo autor conceber a existência de um exterior e um interior ao indivíduo enquanto o primeiro rechaça esta concepção.

posições-chave em direção a uma atividade criadora²⁰⁵. A planificação permite uma menor determinação do ser humano pelas forças sociais e uma maior possibilidade de direcionamento humano sobre os processos sociais e, portanto, sobre seu destino (MANNHEIM, 1962).

O desenvolvimento das técnicas sociais possui uma direção e sentido, tornando-se mais complexas e permitindo uma maior interdependência entre os indivíduos. A partir de certo estágio de seu desenvolvimento as técnicas não mais se desenvolvem de modo autônomo sobre suas próprias tendências, mas necessitam de serem controladas conscientemente. Neste sentido, podemos dizer que o fator dinâmico da história passa, em certo momento, ao controle da humanidade. Processo que ocorre devido a própria tendência destes fatores. Sendo assim a história é colocada enquanto um processo ascendente de controle da humanidade sobre as suas próprias condições, que culmina no estágio da autodeterminação humana. Esta dialética ascendente da realidade concebida por Mannheim possui características prometeicas²⁰⁶, de modo a refletir a perspectiva histórica do autor, que concebe uma direcionalidade e um significado à história. Por mais que considere a possibilidade de que este processo encontre obstáculos, ele não diminui a sua convicção na existência de tendências, intrínsecas ao processo histórico, que o direcionam no sentido da planificação democrática.

4.8.2 A Tendência Histórica da Relação entre Totalitarismo e Democracia

²⁰⁵ Destaca-se que a intervenção criadora parte das posições-chave definidas dentro das relações estabelecidas, o que acentua a determinação da ordem existente e de suas técnicas sociais sobre a mudança.

²⁰⁶ Gurvitch (1987) distingue autores por usarem dialéticas ascendentes e descendentes. De maneira simplificada, esta distinção remete a uma concepção da história em que existe uma tendência à humanidade controlar o processo histórico, e a uma concepção na qual o processo histórico tende a sempre determinar as relações humanas. Isto não significa que a classificação de um autor em uma categoria implica uma caracterização deste como estando em um dos extremos de modo absoluto. Ele apontou que traços destes prevaleciam em uma série de autores, como Marx, o qual usava uma dialética ascendente, ou Hegel, ao qual ele diz que usava uma dialética descendente e uma ascendente ao mesmo tempo. O termo prometeico é uma referência a uma concepção ascendente, fazendo referência a Prometeu da mitologia grega. Esta distinção de Gurvitch nos parece ser mais útil para pensarmos em que medida se concebe o controle humano sobre a história e o contrário. Neste sentido podemos dizer que, se prevalece um traço ascendente em Mannheim, isto não exclui a existência de elementos descendentes, como a determinação da história pela mudança nas técnicas sociais, a participação dos arquétipos na mudança, e o entendimento das crises sociais como geradoras de situações que permitem uma maior consciência histórica. Cabe também esclarecer que a pesquisa não adota o hiper-empirismo dialético de Gurvitch.

O planejamento democrático, segundo Mannheim (1961, 1962) não é pré-determinado, mas sim uma possibilidade histórica. Com isto o autor afirma que para realizar esta possibilidade, se necessita optar por ela e promover um controle das técnicas que favoreçam esta. Mas promover tal processo não é uma necessidade às sociedades, na medida em que estas podem tomar os rumos do totalitarismo. O autor aponta a história como um processo aberto, no qual os países poderiam seguir uma destas tendências de planificação, entretanto, a análise do autor também aponta elementos que tendem para a dissolução das ditaduras em prol dos regimes democráticos.

A análise de Mannheim (1953) de que as ditaduras totalitárias conseguem dominar muitas técnicas sociais, mas não conseguem dominar a todas estas, pode ser comparada a percepção ascendente do domínio das técnicas sociais. Com isto fica perceptível que ele compreende as ditaduras como soluções parciais e ineficazes para as necessidades históricas colocadas pelas técnicas sociais²⁰⁷. Tal solução parcial tende a ser superada pelas tendências a um maior controle, ou seja, pela possibilidade do planejamento democrático. Sendo que o fato do autor reiterar tantas vezes o perigo do totalitarismo decorre da percepção de que a história está aberta a adotar estas soluções, mesmo que temporariamente²⁰⁸, o que não anulava os perigos oferecidos por elas, já que a persistência por décadas de uma ditadura totalitária traz consigo diversas consequências sociais, as quais operam como um entrave para o planejamento democrático.

O autor aponta que, a partir de uma comparação dos tipos de conduta e responsabilidade gerados nas sociedades, pode-se estabelecer uma comparação com as etapas de maturidades humana, na qual as sociedades que tenham responsabilidades autoritárias e condutas mais dominadoras estão mais próximas a infância, enquanto as que tiverem uma responsabilidade mais compartilhada e uma conduta integradora que favoreça a cooperação democrática se encontram em uma maturidade avançada (MANNHEIM, 1953). Ao colocar estas sociedades em uma linha ascendente o autor aponta a tendência de um amadurecimento, ou de uma mudança histórica da sociedade, no sentido da democratização.

²⁰⁷ Um exemplo disto é a afirmação de Mannheim (1953) de que a ânsia por exploração do fascismo é tão grande, que se este regime conseguisse algo como um poder total, os próprios fascistas gerariam rebeliões até a destruição mútua.

²⁰⁸ Foracchi (1982) afirma que para Mannheim as soluções totalitárias eram provisórias e sem sustentação devido a sua falta de capacidade crítica.

A análise sobre a conduta e a responsabilidade contém uma contribuição da teoria do planejamento democrático à teoria sociológica, que é a busca de analisar como as relações de poder, entendidas por ele através dos controles sociais, constroem formas de responsabilidade, isto é, relações interdependentes, nas quais o poder pode ser mais concentrado ou mais distribuído, contribuindo para o entendimento da democratização ou da desdemocratização de uma sociedade. Esta contribuição também fornece indícios para o estudo sobre como as vinculações mais interdependentes promovem, ou não, novas formulações éticas sobre o controle e a análise da vida social.

Mannheim interpreta que existe a possibilidade de retrocesso no processo histórico, mas este retrocesso jamais é total. O avanço das técnicas permite o planejamento, que pode retroceder para uma forma totalitária, mas não para a ausência de planejamento, o que demonstra que o autor compreende a reversibilidade do processo histórico como parcial, ou seja, a história é aberta à diversas possibilidades, mas estas possibilidades variam com o tempo - possibilidades que existiam em momentos anteriores da história podem se fechar, o que não significa sua exclusão total do processo histórico, mas uma superação histórica, em que esta tendência é incorporada ao desdobramento histórico. O desenvolvimento das técnicas impede a volta para um estágio integrado comunalmente, ou a uma fase não industrial; as possibilidades que se apresentam naquela contingência histórica não são infinitas. O autor alia em sua perspectiva histórica a percepção de uma possibilidade de reversão histórica parcial, a uma irreversibilidade histórica quanto a certos elementos centrais da estrutura social.

4.8.3 As Valorações e a Metafísica na Análise Social: do Sociólogo ao Aprendiz de Feiticeiro

A busca das possibilidades históricas dispostas à mudança traz outra contribuição da teoria de Mannheim à perspectiva sociológica: a percepção do fazer sociológico, assim como da intervenção consciente na realidade social, enquanto uma atividade que deve desmistificar determinismos e fatalismos através de uma análise profunda das relações sociais. Esta perspectiva possibilista esclarece que a análise social deve romper com interpretações que justifiquem as relações de poder

na realidade social. Deste modo a observação tem de ir para além destas e perceber as possibilidades de outras relações de poder se constituírem; neste ponto se constitui uma maior responsabilidade social do sociólogo para com a intervenção consciente na realidade social.

A análise de Mannheim, de que as perspectivas sociais são dotadas de valorações, não constitui uma ameaça a cientificidade da análise sociológica. A atividade possibilista para com as relações de poder, ao utilizar de valorações, aprofunda interpretações sobre a realidade, de modo a ter o potencial de desmistificar mais as relações de poder e observar possibilidades não observáveis mediante outras perspectivas. A conscientização sobre as relações de poder é uma atividade dentro das relações de poder e conduz para relações menos arbitrarias, fatalistas, e autoritárias entre os indivíduos. A percepção clara do cientista social sobre com que perspectivas está lidando e como estas se constituem nas relações de poder no decorrer do tempo, permite uma análise objetiva, mas esta objetividade é parcial, já que a existência da valoração na análise científica indica que o cientista social está inserido nas relações de força da época e que é influenciado, assim como influi nestas, o que indica que a perspectiva sociológica será mais profunda quanto mais promover a consciência sobre as tendências históricas que a possibilitam.

Se a análise sobre as valorações permite um aprofundamento epistemológico, e até mesmo ontológico, sobre a possibilidade da investigação científica como uma atividade de mudança social, cabe apontar que a sociologia do conhecimento do autor indica preocupações que vão para além da preocupação com a análise científica da história. Como foi demonstrado, Mannheim parte de uma interpretação da filosofia da história no historicismo, passa por uma que compreende existirem elementos metafísicos nas perspectivas sociais e culmina na formulação da ideia de arquétipo enquanto um elemento metafísico na realidade social – elemento que possui vinculação com a noção de técnica social. A irreversibilidade a longo prazo e a reversibilidade parcial das técnicas sociais é aplicável também aos arquétipos. A existência deste elemento metafísico compõe a interpretação do autor sobre a história.

Mannheim (1953) afirma que o fato dos indivíduos terem um propósito em suas atividades faz com que seja difícil conceber o universo como um produto do azar, sem sentido, dizendo que conceber a vida como não tendo propósitos é

intolerável²⁰⁹. A existência de propósitos seria tão arraigada que não seria algo possível de prescindir. Outro fator arraigado na existência humana seria a existência de um ser misericordioso ao qual os seres humanos podem recorrer. Seria intrínseco a natureza humana a busca de satisfação desta necessidade por este ser divino, e disto resultaria a necessidade das religiões. A busca de um elemento metafísico na história leva Mannheim a afirmar que:

[...] o fato de os acontecimentos e os significados na história não serem reversíveis, em suma, a circunstância de não encontrarmos na história situações absolutas, indicam que a história somente é muda e sem significado para aquele que não espera dela aprender coisa alguma (MANNHEIM, 1982, p. 119).

O argumento de Mannheim de que existem pressuposições metafísicas em toda perspectiva parece ter embasamento no fato dos seres humanos procurarem atribuir sentido a história. Esta percepção permite tomar um caminho próximo ao que Elias (1999) propõe, ao conceber que o significado da história só pode ser atribuído por seres humanos tentando dar sentido ao controle que adquirem sobre os processos históricos, mas não sendo esse sentido algo implícito na história. Entretanto, Mannheim toma justamente o caminho oposto, o de supor que existem princípios metafísicos implícitos na história. Com isto ele acaba por justificar certas suposições e perspectivas suas através de elementos metafísicos. Não por um acaso a existência dos arquétipos contribuí para sua teoria do valor da tradição e da centralidade das elites que a preservam na mudança; correlação que demonstra a limitação da resposta de Mannheim.

Mannheim (1962), se referindo à angústia de planificar ou não a sociedade, utilizou a alegoria do aprendiz de feiticeiro de Goethe, que convoca espíritos que não consegue controlar. Não seria exagero de nossa parte utilizar a mesma metáfora para dizer que Mannheim convocou elementos metafísicos para a pesquisa que não só não soube controlar, mas que acabaram controlando ele próprio.

²⁰⁹ Esta concepção contrasta com a de Elias (1999) que defende uma análise distanciada do desenvolvimento dos processos sociais. O distanciamento está tanto na questão das valorações no fazer científico, como na questão do uso da metafísica para entender a vida social. O próprio Elias aponta o desenvolvimento da sociologia como um processo contrário a perspectiva metafísica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a perspectiva histórica de Karl Mannheim em sua sociologia do conhecimento e em sua planificação para a liberdade, utilizando uma análise documental baseada na metodologia da hermenêutica de profundidade

Demonstrou-se como, para o autor, o processo histórico tem como elemento dinâmico as técnicas sociais, as quais abarcam todas as formas de intervenção na conduta humana, sendo mais amplas e contendo a divisão social do trabalho em sua concepção. A perspectiva de Mannheim compreende a passagem das técnicas sociais de um estado inconsciente de atuação para um necessariamente consciente, como uma mudança histórica inevitável, na qual se constrói a necessidade da planificação social, que pode ser totalitária ou democrática; o autor assinala a tendência histórica de que a segunda persista pelo fato da primeira não dominar inteiramente as técnicas sociais.

A planificação social teria como uma de suas partes a formulação de uma síntese das perspectivas políticas, feita com base na análise das técnicas sociais vigentes na sociedade, as quais são analisadas pela camada de intelectuais que dispõem de conhecimento sociológico para sua análise. Além desta síntese, existe a observação da continuidade da tradição na mudança, que é garantida por uma análise sociológica das funções sociais exercidas por arquétipos e por uma análise moral destes, a primeira analisada por intelectuais e a segunda não necessariamente por eles; existe uma participação ativa de teólogos nesta construção.

Demonstrou-se que, na interpretação do autor, as perspectivas sociais são dotadas de elementos valorativos, com origem ontológica e metafísica. A interpretação de Mannheim desdobra-se e culmina na perspectiva de que existem princípios metafísicos que regem a mudança social. O autor tenta justificar estes princípios como científicos e com isso cria uma grande contradição em sua obra.

Após a realização das análises sociais das técnicas e dos arquétipos, o caminho é aberto para as elites econômicas e políticas promoverem uma integração de suas perspectivas tradicionais às novas exigências, realizando assim uma nova integração democrática. O planejamento perduraria segundo princípios fundamentais definidos e vigiados pela atividade das elites intelectuais.

As massas são consideradas como irracionais e perigosas; elas participam do processo fomentando a criação de novas tendências de mudança, as quais devem ser dirigidas pelas elites que, por serem mais racionais, conseguem conduzir o processo de mudança. O processo educativo tende a fazer com que a racionalidade das elites seja transmitida parcialmente às massas, aumentando a possibilidade de cooperação consciente, mas não excluindo o papel das minorias no controle dos controles, isto é, na organização estatal e na direção do planejamento.

A análise de Mannheim encerra um caráter elitista e entende a irracionalidade e a racionalidade como intrínsecas a certos grupos sociais. Também possui uma noção harmoniosa da complementaridade das perspectivas, que obscurece os antagonismos entre estas. A sociedade se deslocaria de um estado harmonioso, em que as técnicas são inconscientes, para uma desintegração e, depois, para uma integração consciente que visa a restituir a harmonia, que ele pressupõe existir na sociedade. As elites seriam capazes de restabelecer esta harmonia no planejamento.

O processo histórico é para o autor parcialmente reversível na medida em que pode regredir a formas autoritárias, mas é, a longo prazo e em suas tendências centrais, irreversível, sendo que o planejamento é inevitável e tende para a sua versão democrática, que garantiria maior liberdade humana pelo controle humano sobre as técnicas sociais e sobre a reformulação dos arquétipos e, portanto, sobre a direcionalidade do processo histórico.

A pesquisa observou a possibilidade de utilizar do raciocínio sociológico de Mannheim, que defende a desmistificação dos determinismos e fatalismos no fazer sociológico. Observou-se os métodos empregados, no estudo da complementaridade e dos antagonismos das perspectivas, como produtivos para uma pesquisa hermenêutica e dialética de um contexto, mas sem deixar de apontar limitações no modo como o autor operacionaliza seus métodos.

A pesquisa também deixa diversas indicações para futuras pesquisas, como sobre a formulação de maiores responsabilidades entre os indivíduos no que se

refere às relações de poder, ou sobre as relações de Mannheim com diversos outros autores de seu contexto e com outros receptores de outros contextos e temporalidades.

REFERÊNCIAS

BÔAS, Glaucia Villas. Os Portadores da Síntese: Sobre a Recepção de Karl Mannheim. **Cadernos CERU**, USP, v.13, p. 125-143, 2002.

BRAMSTED, Ernest K; GERTH, Hans. Nota Sobre la Obra de Karl Mannheim. In: MANNHEIM, Karl. **Libertad, Poder y Planificación Democrática**. México: Fundo de cultura económica, 1953. p. 9-18.

COSTA PINTO, L. A. **Sociologia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Introdução a sociologia**. Lisboa: 70, 1999.

_____. **O processo civilizador: Formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESPINOSA, Emilio Lamo de. En El centenário de Karl Mannheim (1893-1947). **Reis**.n.62, p. 7-13. 1993.

FERNANDES, Florestan. A concepção de Ciência Política de K. Mannheim. In: **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Nacional, 1970. p. 223-291.

FURTADO, Celso. La hegemonía de Estados Unidos y El futuro de América Latina. In: **La dominación de América Latina**. Buenos Aires, Amorrortu, 1968. p. 29-52.

FORACCHI, Marialice M. Introdução. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p. 9-48.

GURVITCH, George. **Dialética e Sociologia**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

LENOIR, Remi . Objeto sociológico e problema social. In: Patrick Champagne, Remi Lenoir & Dominique Merllié. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, Vozes, 1996.

MANNHEIM, Karl. A sociologia. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982a. p. 51-66.

_____. **Diagnóstico de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. Gênese e Natureza do Historicismo. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982b. p. 137-151.

_____. **Ideologia e Utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

_____. **Libertad, Poder y Planificación Democrática**. México: Fundo de cultura econômica, 1953.

_____. **O Homem e a Sociedade**: estudos sôbre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1962.

_____. O Pensamento Conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 77-131.

_____. O Problema do Intelectual. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982c. p. 101-106.

MAZUCATO, Thiago. Aspectos Históricos e Metodológicos: Alguns Elementos Teóricos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. **Revista Florestan**. n.3, p. 13-40. Jun. 2015.

MOTTA, Diego Airoso. Notas introdutórias à Hermenêutica de Profundidade como referencial de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. In: VIII Congresso Português de Sociologia, 2014, Évora, Portugal. Actas do VIII Congresso Português de Sociologia. Lisboa, Portugal: Associação Portuguesa de Sociologia, 2014, p.1-12.

MUÑOZ, J.Carlos Gómez. El Retorno de La Sociologia de Mannheim a una Epistemologia de Corte Weberiano. **Reis**.n.62, p. 45-59. 1993.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo, Editora Nacional, 1964.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1965.

_____.A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília, UNB, 2009.

WIRTH, Louis. Prefácio. In: **Ideologia e Utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

YNCERA, Ignacio Sánchez de la. Crisis y orientación. Apuntes sobre el pensamiento de Karl Mannheim, **Reis**, n. 62, p. 17-43. 1993.

YNCERA, Ignacio Sánchez de la; SEDANO, M. de Garcia de la Parte. La obra de Karl Mannheim Una compilación actualiza de sus escritos más relevantes, **Reis**, n. 62, p. 245-253. 1993.

